

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Bibiana Silveira Luft

**TOPOLOGIA DAS VIOLÊNCIAS EM REDE:
UMA HERMENÊUTICA DA DOCÊNCIA A PARTIR
DO CASO DA PROFESSORA DE INDAIAL**

Santa Maria, RS
2023

Bibiana Silveira Luft

**TOPOLOGIA DAS VIOLÊNCIAS EM REDE:
UMA HERMENÊUTICA DA DOCÊNCIA A PARTIR
DO CASO DA PROFESSORA DE INDAIAL**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutora em Educação**.

Orientador Prof. Dr. Amarildo Luiz Trevisan

Santa Maria, RS
2023

Luft, Bibiana Silveira

Topologia das violências em rede: uma hermenêutica da docência a partir do caso da professora de Indaial / Bibiana Silveira Luft.- 2023.

139 p.; 30 cm

Orientador: Amarildo Luiz Trevisan

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento, RS, 2023

1. Formação de professores 2. Internet 3. Violência 4. Plataformas digitais I. Trevisan, Amarildo Luiz II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, BIBIANA SILVEIRA LUFT, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Tese) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Bibiana Silveira Luft

**TOPOLOGIA DAS VIOLÊNCIAS EM REDE:
UMA HERMENÊUTICA DA DOCÊNCIA A PARTIR
DO CASO DA PROFESSORA DE INDAIAL**

Projeto de tese apresentado ao Curso de Pós-Graduação em educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutora em Educação**.

Amarildo Luiz Trevisan, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Elaine Conte, Dra. (UNILASALLE)

Adriana Moreira da Rocha Veiga, Dra. (UFSM)

Heli Meurer, Dr. (Procergs)

Iara da Silva Ferrão, Dra. (UFSM/UAB)

Elaine Maria Dias de Oliveira, Dra. (Suplente -URI Santiago)

Caroline Mitidieri Selvero, Dra. (Suplente – UFSM/UAB)

Santa Maria, RS

2023

À minha família, amigos e mestres.
Todas aquelas pessoas que participaram dessa caminhada.
Vocês vivem no meu coração e na minha história.

AGRADECIMENTOS

A redação dos agradecimentos é, a meu ver, a parte mais difícil de todo o processo acadêmico. O medo do esquecimento, nesse momento tão tenso que é a conclusão de uma pesquisa, povoa o imaginário ao longo de todo o processo. Por isso, começo agradecendo a todas as pessoas que fazem e fizeram parte dessa jornada. À minha família, em toda sua extensão, e aos diversos (em todos os sentidos) amigos pelo apoio incontestável durante todos esses anos de formação. Sem eles, nada seria possível.

Em especial, meu marido Eduardo, filho Gustavo e enteados Danilo e Bibiana (sim, somos duas Bibiana Luft nessa família rs), por relevarem os surtos, as ausências e garantirem o gás (e a comida) para concluir mais esta etapa, assim como tantas outras. Meus pais, Noeli e Ada, primeiros exemplos desse caminho escolhido, além de serem referência em seus respectivos campos que compõem a base deste trabalho. Aos tios, os de sangue e os escolhidos, especialmente minha comadre Lia, companheira e incentivadora de uma vida toda. Minha avó Zebina, madrinha, matriz e suporte, e meu Bica (*in memoriam*), a segunda metade dessa grande base que sempre me sustenta.

E claro, os pets, pílulas peludas de calma e a extensão familiar de quatro patas, nossa cãostelação inclusiva. Cosmo Nauta, o gato ranzinza, Astro Nauta, o cachorro mamute, e Estrela Guria, nossa própria cachorra Fiona. Fontes de carinho, alegria e dores de cabeça, e que nos trouxeram esse grupo maravilhoso de amigos que são os Dogs do Parque.

À Anninha meu amor, minha rocha em tantos momentos difíceis e companheira em tantas alegrias. Espero estar à tua altura.

Aos amigos Luciano, Debinha (*in memoriam*), Angélica, Helvinha, Cica, Márcio, Marilene, Carmen e todos os Olhares e Solares pelo apoio e arte (e memes) que agregam ao meu caminhar.

Aos colegas de trabalho na Procergs, pela compreensão ao aceitar uma novata no meio, pelo carinho e por todos os ensinamentos que agregaram ao meu repertório.

Aos colegas de doutorado e companheiros de GPForma, muitos agora amigos, que ajudaram a configurar esta colcha de retalhos em forma de texto, compartilhando comigo suas

diversas formações, inquietações e vivências. Muitos dos questionamentos aqui presentes surgem a partir de nossas conversas, e por isso sou eternamente grata.

A todas as figuras docentes que povoaram e povoam minha vida, em especial os que foram figuras ativas nessa caminhada. Particularmente à Sandra, por me abrir esse mundo de plataformas e me guiar todas as vezes que me perdi por ele, inclusive no momento de qualificação desse estudo.

Ao meu orientador e amigo Amarildo, por uma vida de ensinamentos e paciência, por ver em mim um potencial que eu mesma raramente via, e pela aposta feita a tantos anos atrás. Chegamos!

*Hoje, depois do terrível desafio que superamos,
devemos dizer: Democracia para sempre!*
Luiz Inácio Lula da Silva

*A Internet poderia ser um passo positivo em direção
à educação, organização e participação
em uma sociedade significativa.*
Noam Chomsky

*Fluxo de informação é o centro da Internet.
Compartilhamento de informação é poder.
Se você não compartilha suas ideias, pessoas
inteligentes não podem agir sobre elas, e você
permanecerá anônimo e sem poder.*
Vint Cerf

*A Internet muda a estrutura da sociedade a todo
momento, essa massificação feita de indivíduos.*
Ai Weiwei

*A Internet pode empoderar grupos cujos objetivos
são de fato antitéticos à democracia.*
Evgeny Morozov

*O drama da Internet é que ela promoveu
o idiota da aldeia a portador da verdade.*
Umberto Eco

RESUMO
TOPOLOGIA DAS VIOLÊNCIAS EM REDE:
UMA HERMENÊUTICA DA DOCÊNCIA A PARTIR
DO CASO DA PROFESSORA DE INDAIAL

AUTORA: Bibiana Silveira Luft
ORIENTADOR: Amarildo Luiz Trevisan

A presente tese busca investigar e refletir sobre as violências em rede, propagadas com auxílio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), especificamente no contexto as plataformas de redes sociais, em sua repercussão no que tange à educação em geral e à figura docente em específico. Através de uma hermenêutica reconstrutiva sobre um estudo de caso, busco esclarecer as correlações entre os conceitos centrais violência, plataformas digitais e educação. A pesquisa parte de estudo do caso que denominamos de “Professora de Indaial”, envolvendo uma docente pertencente à rede pública de ensino, cuja manifestação em rede social sobre violência física sofrida em sala de aula, culminou por colocá-la em condição estigmatizadora. Proponho investigar o modo como a relação entre plataformas de redes sociais e violência pode contribuir para interpretar a topologia das violências em rede (HAN, 2017) e como isso impacta a compreensão da mesma no que refere ao exercício da docência e à formação de professores. Focando em dois aspectos da violência revelados pela interpretação hermenêutica do caso em estudo, estruturo a tese em dois momentos: 1) a violência de nível micro, articulando sujeito-sujeito; e 2) a violência de nível macro, articulando plataforma-sujeito. O texto organiza-se a partir da perspectiva de abordagem da hermenêutica reconstrutiva (DEVECHI; TREVISAN, 2011). Em termos de referência teórica, a pesquisa considera a centralidade das plataformas de redes sociais na contemporaneidade e a horizontalização da socialidade e do poder a partir dessa mudança, pensando a relação entre poder e violência a partir de Han (2015, 2017, 2018a). Apoiando-se em Žižek (2010), Arendt (1970) e Benjamin (1986, 2013), propõe investigar como a tensão entre poder e violência se articula nos espaços de fluxo (CASTELLS, 2016), resultando em violências em rede que afetam a todos, particularmente a figura docente. A abordagem metodológica considera a netnografia como procedimento de coleta de dados (KOZINETZ, 2015), aliada ao estudo de caso (YIN, 2001). Os resultados permitem considerar que a temática deveria merecer mais atenção dos currículos de licenciatura e de todos os cursos de educação superior, ampliando a docência a partir dos conhecimentos básicos sobre a cultura digital, para além de sua concepção instrumental de ferramenta. Um segundo aspecto aposta na transformação da base da formação continuada para profissionais, considerada condição mínima de formação para a cidadania ativa nesse contexto, tendo a figura docente como reconciliadora do sentido autocrítico da formação cultural e das redes sociais, combatendo a falsa cultura fabricada nas redes e revigorando/valorizando/a favor da cultura. A tese propõe a transformação da docência em mediadora de mudança cultural, no sentido de maior conhecimento sobre a paisagem digital na qual estamos cada vez mais inseridos.

Palavras-chave: Formação de professores. Internet. Violência. Plataformas digitais.

ABSTRACT

**TOPOLOGY OF NETWORKED VIOLENCES:
A HERMENEUTIC OF DOCENCE FROM
THE CASE OF THE INDAIAL TEACHER**

AUTHOR: Bibiana Silveira Luft
ADVISOR: Amarildo Luiz Trevisan

This thesis seeks to investigate and reflect on network violence, propagated with the help of Information and Communication Technologies (ICT), specifically in the context of social networking platforms, in their repercussions regarding education in general and the teaching figure in specific. Through a reconstructive hermeneutics on a case study, I seek to clarify the correlations between the central concepts of violence, digital platforms, and education. The research starts from the study of the case that we call “Professora de Indaial”, involving a teacher belonging to the public school system, whose manifestation on social media about physical violence suffered in the classroom, culminated in placing her in a stigmatizing condition. I propose to investigate how the relationship between social media platforms and violence can contribute to interpreting the topology of network violence (HAN, 2017) and how this impacts its understanding in terms of teaching and teacher training. Focusing on two aspects of violence revealed by the hermeneutic interpretation of the case under study, I structure the thesis in two moments: 1) micro-level violence, articulating subject-subject; and 2) macro-level violence, articulating platform-subject. The text is organized from the approach perspective of reconstructive hermeneutics (DEVECHI; TREVISAN, 2011). In terms of theoretical reference, the research considers the centrality of social media platforms in contemporary times and the horizontalization of sociality and power from this change, thinking about the relationship between power and violence from Han (2015, 2017, 2018a). Relying on Žižek (2010), Arendt (1970) and Benjamin (1986, 2013), it proposes to investigate how the tension between power and violence is articulated in spaces of flow (CASTELLS, 2016), resulting in network violence that affect the everyone, particularly the teaching figure. The methodological approach considers netnography as a data collection procedure (KOZINETTS, 2015), combined with the case study (YIN, 2001). The results allow us to consider that the theme should deserve more attention in the teaching curriculum and in all higher education courses, expanding teaching based on basic knowledge about digital culture, beyond its instrumental design as a tool. A second aspect bets on the transformation of the basis of continuing education for professionals, considered a minimum condition for training for active citizenship in this context, with the teaching figure as a reconciler of the self-critical sense of cultural education and social networks, combating the false culture manufactured in networks and reinvigorating/valuing/in favor of culture. The thesis proposes the transformation of teaching into a mediator of cultural change, in the sense of greater knowledge about the digital landscape in which we are increasingly inserted.

Keywords: Teacher training. Internet. Violence. Digital platforms.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Captura de tela da postagem original da vítima em seu perfil do Facebook.	46
Figura 2: Captura de tela de comentários sobre a matéria narrando o caso.	47
Figura 3: Usuários de Internet que acessam apenas por celular.	60
Figura 4: Usuários de Internet por atividade realizada.	61
Figura 5: Interesse pelo termo de pesquisa transformação digital de acordo com o Google Trends ao longo no período 2004-2022.	92
Figura 6: Transformação digital do resultado da pesquisa Scopus Analyze 1953-2021.	93
Figura 7: Gráfico mostrando número de documentos por área de conhecimento a partir dos resultados de busca na plataforma Scopus	94
Figura 8: Meme falando sobre o papel de professores e pais como influenciadores.	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Resultados da busca dos índices “violência”, “plataformas digitais”, “Redes Sociais” e “Facebook”, por Área de Concentração.....	23
Tabela 2: Resultados da busca dos índices “violência” e: “plataformas digitais”, “Redes Sociais” e “Facebook”, por Ano de Publicação.....	24
Tabela 3: Resultados por categoria.....	25
Tabela 4: Resultado do levantamento realizado na plataforma Scopus.....	95

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	14
1. AS ESTRUTURAS DA PESQUISA – OU A LISTA DE PERSONAGENS	19
1.1. O ESTADO DA ARTE	19
1.2. A PESQUISA PROJETADA	27
2. A VIOLÊNCIA E A ESCOLA – OU O ÓDIO AVANÇA NO COTIDIANO.....	42
2.1. O CASO NARRADO	42
2.2. AS VIOLÊNCIAS E OS CONCEITOS	50
3. A VIOLÊNCIA E A COMUNIDADE – OU A PLATAFORMIZAÇÃO DA SOCIEDADE	66
3.1. OS ESTUDOS DE PLATAFORMA.....	66
3.2. A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	90
4. EDUCAÇÃO, VIOLÊNCIA E CULTURA DIGITAL – OU ABRINDO A CAIXA PRETA.....	99
4.1. ANTECEDENTES VIOLENTOS NA CULTURA DE MASSAS.....	99
4.2. A EDUCAÇÃO E A VIOLÊNCIA	103
4.3. OS CAMINHOS POSSÍVEIS	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAS.....	128

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente tese busca investigar e refletir sobre as violências em rede, propagadas com auxílio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), especificamente nesse contexto as plataformas de redes sociais, em sua repercussão no que tange à Educação em geral e à figura docente em específico.¹ A proposta se faz necessária, haja visto a explosão das expressões de violência direcionadas à figura docente no novo século, especialmente pelo uso da plataforma de rede social como o Facebook. É também um fator de referência a incompreensão generalizada que parece ter tomado conta das comunicações e relações humanas. Entendo que é central ainda a limitação percebida nas produções encontradas sobre o tema da violência e redes sociais, que 1) se voltam à análise de casos pontuais, apenas rascunhando projeções do problema a nível macro, e 2) partem do princípio de que a violência se origina nas redes.

Assim, vejo como necessária uma interpretação do fenômeno que o considere no nível estrutural, em um movimento de afastamento filosófico, a fim de melhor compreender as violências em rede na sua totalidade e, assim, podermos nos colocar à frente dela, através de um saber emancipatório em relação às caixas pretas que se converteram as tecnologias e plataformas de redes sociais, ou ao menos nos posicionarmos com mais segurança face a elas.

A eleição do termo neutro “figura docente” se dá em alusão às questões que envolvem as noções de sexo e gênero na docência educacional, bem como o fato de a maioria docente atuante na Educação básica brasileira ser feminina. A afirmação é suportada pelo Censo da Educação (BRASIL, 2007) que mostra que as mulheres constituem mais de 80% do corpo docente nacional no nível básico. Outro aspecto que se apresenta fundamental é a constatação empírica de que a questão do gênero é importante na discussão, dada a centralidade feminina como vítima de discurso de ódio na Internet.

¹ Projeto decorrente de investigações realizadas no contexto do projeto de pesquisa *Teorias da violência na educação: formação de professores para atuar em situações de conflito*, contemplado na Chamada MCTIC/CNPq nº 28/2018 – Universal/Faixa C, Processo CNPq nº 425947/2018-1, com tempo de execução previsto de 18/02/2019 a 17/02/2025 (prorrogado pelo CNPq em função da pandemia da COVID-19), desenvolvido na Universidade Federal de Santa Maria/Centro de educação, no âmbito do Grupo de Pesquisa Formação Cultural, Hermenêutica e educação (GPForma). Este é coordenado pelo prof. Dr. Amarildo Luiz Trevisan, e busca tratar o tema da violência nas teorias da educação a partir das reflexões abertas desde o texto *Para uma crítica da violência*, de Walter Benjamin, apoiado também em outros autores da filosofia contemporânea.

Para tanto, proponho partir da realidade concreta que está posta, por meio do estudo de um fenômeno específico, o caso da Professora de Indaial e que é apresentado a seguir. A pesquisa parte de estudo do caso de violência sofrida por uma docente no município de Indaial, no Estado de Santa Catarina, pertencente à rede pública de ensino e vítima de agressão física no espaço escolar. Ao publicar sobre uma experiência em seu perfil particular em rede social, bem como tendo o caso repercutido através da publicação em canais de mídia massiva e comercial, ela passa a ser vítima de violência simbólica em rede. Registro o esforço de aproximação anterior ao caso, o que amadureceu meu propósito de toma-lo como referência empírica e ponto de partida do relato da presente tese (SILVEIRA-NUNES; TREVISAN, 2018a).

A escolha pelo caso em específico se dá porque o fenômeno contraria a lógica do senso comum instituído de que a violência emerge das plataformas de redes sociais, do online, para o espaço real, offline. Entendo que o caso possui os elementos pertinentes para explicitar a compreensão de que as plataformas de redes sociais não são a fonte da violência, mas sim meio de sua expressão. E com tal caso creio ser possível tratar de dar visibilidade às alterações provocadas na imagem social da figura docente por meio das violências em rede, que carregam os registros da digitalização das mediações comunicativas, entendidas como um processo irreversível na história da humanidade.

Faço referência aqui de experiência prévia em estudos sobre cultura e plataformas digitais bem como no uso do estudo de caso como método, realizado durante Mestrado Profissional em Indústrias Criativas na Universidade Feevale, entre 2016 e 2018, quando investiguei o uso de plataformas digitais no contexto da Indústria Criativa. Apoio-me também na presente investigação, no contexto do Grupo de Pesquisa Formação Cultural, Hermenêutica e Educação (GPForma), sobre violência sob a ótica da filosofia. É a partir dessas aproximações, bem como de uma leitura interdisciplinar, que busco construir esta pesquisa.

Friso, assim, que a abordagem do estudo não é psicológica, apesar de valer-se da Psicologia em alguns momentos, especialmente por sua contribuição para a compreensão da dimensão psicopolítica que a presente tese contém. Trata-se de trabalho interdisciplinar, norteado pela Filosofia da Educação cujo foco não está no sujeito, no presente caso a professora vitimizada, mas sim no fenômeno em si e suas origens e consequências. Portanto, dentre as escolhas metodológicas adotadas, não foi realizada aproximação à mesma, sendo utilizados apenas os rastros das interações que levaram o caso a ganhar tamanha repercussão.

Dada a diversidade de campos de estudo envolvidos no projeto, estruturei o texto pela perspectiva hermenêutica, ou seja, pressupondo que existe uma circularidade no processo

compreensivo, segundo a qual o desenvolvimento dos conceitos mencionados pode reverberar no entendimento do tema de maneira mais aprofundada, buscando ser o mais clara possível, considerando se tratar de campos que costumeiramente não se sobrepõem.

Muitas reflexões me afetaram no transcurso da presente tese no propósito de aclarar minha percepção pessoal sobre a importância de desenvolver um estudo no tema. Ela foi começada anteriormente à pandemia e a estou finalizando quando ela passa a ser o que se acredita um fenômeno endêmico. A figura docente cresceu e foi igualmente afetada em tal contexto. Ultimamente, entendo que o que espero com a realização de minha tese é promover uma aproximação entre docentes, muitos leigos digitais, e as temáticas aqui exploradas. De maneira alguma exaurindo a discussão, mas sim construindo pontes entre estes sujeitos, tornando os conceitos mais familiares ao campo da Educação e da formação de professores. E que este conhecimento torne visíveis as violências veladas e/ou simbólicas às quais estamos sujeitos a cada vez que interagimos com essas caixas pretas tecnológicas, ou seja, um complexo e intrincado mecanismo responsável por mediações comunicativas e que é, de maneira geral, ignorado por quem as utiliza.

Como a pandemia deixou bastante claro, não há mais fronteira entre o espaço digital e a educação formal, como foi a tentativa com os ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), os espaços estéreis e controláveis que se assemelham a uma sala de aula física, onde reina a figura docente. O espaço digital de hoje é social, e é nele que as interações se dão. E nós usuários temos um mínimo de controle, e a hierarquia tende a minimizar-se.

Como é de costume em pesquisas desenvolvidas no âmbito do GPForma, apoio-me em um mito que guia a pesquisa, já que “os mitos cumprem de forma paradigmática a função de fundar a unidade, própria das imagens do mundo” (HABERMAS, 1999, p. 71). Mas, nesse caso, escolho não um mito grego clássico, mas a peça das peças: Hamlet, de William Shakespeare (2019). Assim como os mitos de outrora, “a literatura também une; com o mundo e a mente do homem, ajudando-nos a ver coisas em perspectivas de tempo e local, culturas e outras especificidades” (BHAR, 2016, p. 52). A autora apoia-se em Barthes quando este coloca mito como discurso, e continua desenvolvendo o próprio conceito de mito a partir de uma leitura contemporânea.

O que então é um mito?

Um mito, a princípio, é aquilo que é tradicional e arquetípico, com um sentido de ir além do presente e imediato; tem a capacidade inata de preservar e produzir um padrão repetitivo de um fenômeno, dando-lhe vida própria, independente de outros parâmetros como tempo, espaço e cultura. Mais comumente confrontado com outros paradigmas como religião, teologia e história, um mito também pertence ao reino do

irracional, do incerto e também do inexplicável, ou seja, o natural. Mitificar é romantizar, fazer nascer lendas. Sempre houve uma comunhão entre mito, história e religião, não obstante uma comunhão de antipatia e antagonismo. Mas os mitos podem ir além dos campos conhecidos da religião e da teologia, chegando a campos puramente seculares, de onde parte a ideia de mitificação, formando um padrão ou um desenho, que se torna repetitivo por um longo período de tempo. Os mitos podem nem sempre ter sua origem na pré-história, mas podem evoluir de épocas históricas muito específicas de tempo, espaço e cultura, para alcançar um reino além para os horizontes mais amplos do passado, presente e futuro, para a eternidade do tempo em geral (BHAR, 2016, p. 55).

A menção ao mito do Príncipe da Dinamarca, na obra Hamlet, se apoia na proximidade com o sujeito de estudo: o social e o político, e suas convergências. A história gira em torno de relações sociais e suas desconexões em um nível, mas se aprofundarmos a leitura, fala sobre o duplo movimento da corrupção – na família, porque um irmão mata o outro para usurpar seu lugar como marido, e no Estado, porque o rei é assassinado para que o assassino assuma seu lugar.

Ainda no âmbito ficcional, recorro a uma rede de intrigas em Rosencratz e Guildenstern, performance social na loucura assumida pelo filho para descobrir a trama do assassinato do pai, o passado que não será esquecido na figura do Fantasma...

São muitas as semelhanças, mas não me atentarei por buscar apenas um fundamento na produção ficcional. Creio que basta dizer que são estas as razões para tomar a condição de figura que, como nas obras referidas, caracteriza o propósito do presente estudo. Este, na tentativa de pensar o presente, se apoia na figura – criada – do passado, que representa uma mudança paradigmática em curso. No caso, a passagem do modo de vida Medieval para o Moderno, de mudança de maneiras de ver o mundo e nele posicionar-se. Eram desafios que podem assemelhar-se ao movimento que vivemos hoje, com a plataformização das relações e a transformação digital afetando profundamente a sociedade.

Este relatório de pesquisa inicia por estas Considerações Introdutórias, que pretendem situar o leitor na jornada que está prestes a embarcar. Segue com o Capítulo 1, As Estruturas da Pesquisa – ou A lista de personagens, onde apresento os elementos que estruturam o estudo. O estado da arte traz um retrato do tema como tem sido abordado pela comunidade científica, processo que se mostrou bastante desafiador, considerando sua atualidade e complexidade. Este é seguido pela estrutura da pesquisa empírica, A Pesquisa Projetada, que traz os elementos usuais de uma pesquisa científica: objetivos, justificativa, metodologia. Trata-se da parte do texto que apresenta os temas que serão abordados, as personagens em termos teatrais, e mostra ao leitor onde estes se localizam em relação ao espaço e tempo.

Este é seguido pelo Capítulo 2, A violência e a Escola – ou O Ódio Avança no Cotidiano, onde é proposta uma aproximação lateral à questão da violência direcionada à figura docente, feita através do estudo de um caso que recebeu grande visibilidade nas mídias tradicional e social, seleção que é balizada principalmente pelo fato de se tratar de caso envolvendo professora e aluno em ambiente escolar, offline, que se estende ao online, incutindo dessa maneira uma multitude de violências – tanto à professora como indivíduo, quanto como representante de sua classe profissional, e também ao aluno em sua participação nos processos.

O Capítulo 3, A violência e a Comunidade – ou A Plataformização da Sociedade, parte do fato de que a rede pode ser sim a origem da violência. Em específico, as plataformas digitais e seu desenvolvimento com objetivos especificamente econômicos, ao invés de estar a serviço da emancipação, como foi originalmente pensada a Internet – ou ao menos é o que diz a lenda. Aqui, realizo aproximação aos Estudos de plataforma e também à transformação digital, que está sendo implantada na governança de Estado, afetando diretamente a Educação.

O Capítulo 4, Educação, violência e cultura digital – Ou abrindo a caixa preta, traz o ápice da narrativa construída. Ou, em termos teatrais, o clímax. Aproxima os dois eixos, a escola e a comunidade, em torno do tema central, a Educação. Como os dois universos discutidos, o do indivíduo e o da plataforma, afetam e são afetados pela Escola, e como a figura docente se vê neste imbróglio.

Concluo a presente tese com as Considerações Finais – ou Epílogo nos termos que o bardo Shakespeare usaria. Neste, retomo os passos que foram dados, realizando um encerramento que, esperançosamente, auxilie na compreensão do todo – tanto por mim, como escritora, como pelo leitor. Tendo apresentado a jornada, passemos a ela.

1. AS ESTRUTURAS DA PESQUISA – OU A LISTA DE PERSONAGENS

Aqui, apresento os elementos que estruturam o estudo. O Estado da Arte traz um retrato do tema como tem sido abordado pela comunidade científica, processo que se mostrou bastante desafiador considerando sua atualidade e complexidade. Segue-se a ele a apresentação da estrutura da pesquisa, denominada A Pesquisa Projetada, que traz os elementos usuais de uma pesquisa científica: objetivos, justificativa, metodologia.

1.1. O ESTADO DA ARTE

Uma maneira de iniciar o estudo é pela pesquisa do estado da arte acerca do tema. O que provou bastante difícil no início da pesquisa, devido à multiplicidade de aproximações à violência, redes sociais, e questão docente nesse contexto. O que se tornou bastante claro, logo no início do percurso, foi a falta de consenso sobre conceituações e terminologias empregadas.

Assim, como forma de elucidar o tema investigado, realizo procedimento exploratório visando, pelos fatos, tornar latentes os campos, conceitos e terminologias envolvidos, buscando esclarecer o estado da arte das investigações sobre o tema. Da mesma maneira, o levantamento do estado da arte mais apurado sobre violência mediada por TIC direcionada a professores, colabora para explicitar o tema deste estudo. Especificamente, busco saber 1) quais os campos abordam a questão da violência no espaço e contexto digital, e 2) qual a conceituação/terminologia empregada, além de 3) um levantamento quantitativo que reforce a legitimidade de investigação a respeito do tema.

O propósito de realizar o estado da arte não é apenas quantificar os momentos de diálogo entre os campos, mas qualificar tais dados, entender de onde partem, seus contextos e resultados. Para tanto, escolho abordagem quali-quantitativa. Entendo que a abordagem qualitativa permite flexibilidade em primeiro momento experimental, de descoberta das possíveis categorias. A partir de tal abordagem, é possível sugerir relações entre índices e variáveis do(s) locutor(es), sendo ela adaptável a índices não previstos ou possíveis evoluções (BARDIN, 2016). Já a escolha pela abordagem quantitativa se dá pela possibilidade de sistematização dos dados, assim possibilitando o conhecimento da amplitude do diálogo, bem

como dos estudos já realizados. Para isso, parto de recortes a níveis semântico (o tema “violência” e suas variações) e linguístico (a palavra “violência” e outras possivelmente empregadas).

O estudo do estado da arte é balizado pela Análise de Conteúdo (AC) como proposta por Bardin (2016). Como a própria autora coloca, a AC não propõe um protocolo de atuação, mas sim uma estrutura analítica que pode ser adaptada a diferentes estudos, de acordo com suas particularidades. Objetivamente, me interessa entender a interação acadêmica entre os campos de Filosofia, Educação e violência, especificamente aquela violência que surge ao redor das plataformas digitais. Não é interesse esgotar o assunto, apenas explorar a paisagem e familiarizar-me com ela. Assim, seguindo procedimento de exploração que permite, através de técnicas sistemáticas, “apreender as ligações entre as diferentes variáveis” (BARDIN, 2016, p. 129), defini as etapas do estudo, tendo como norte a análise categorial. Os passos definidos foram 1) coleta de dados; 2) preparação dos dados; 3) codificação e 4) análise. Passo agora à descrição de tais etapas.

As primeiras aproximações à produção científica consistiram em buscas simples utilizando a ferramenta Google Acadêmico, com uma variação de índices e ao longo de longo período. Os resultados se mostraram numerosos, e de várias áreas do conhecimento. Porém, a ferramenta em si não se mostrou uma escolha acertada para o tipo de pesquisa, e principalmente o tipo de resultados que eram procurados. Assim, optei por utilizar o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes como fonte de dados, através de processo manual.² Realizei uma primeira busca piloto e, a partir dos resultados, estruturei metodologia a ser seguida que consiste em uma primeira busca pelo índice, seguida por recortes a partir dos filtros resultantes, particulares a cada situação.³

Optei por focar em estudos ligados diretamente à Educação, acreditando que este recorte traria mais clareza ao campo sendo estudado. A primeira coleta partiu do índice “violência”. Esta traz, entre 1996 e 2021 (período ininterrupto), 16.401 resultados, em todas as grandes áreas do conhecimento catalogadas pela Capes. É observável aumento constante no número de pesquisas sobre o tema desde 1996. O gráfico abaixo ilustra tal movimento. Há registro de apenas 14 trabalhos anteriores na mesma temática, todas dissertações, isolados em 1988.

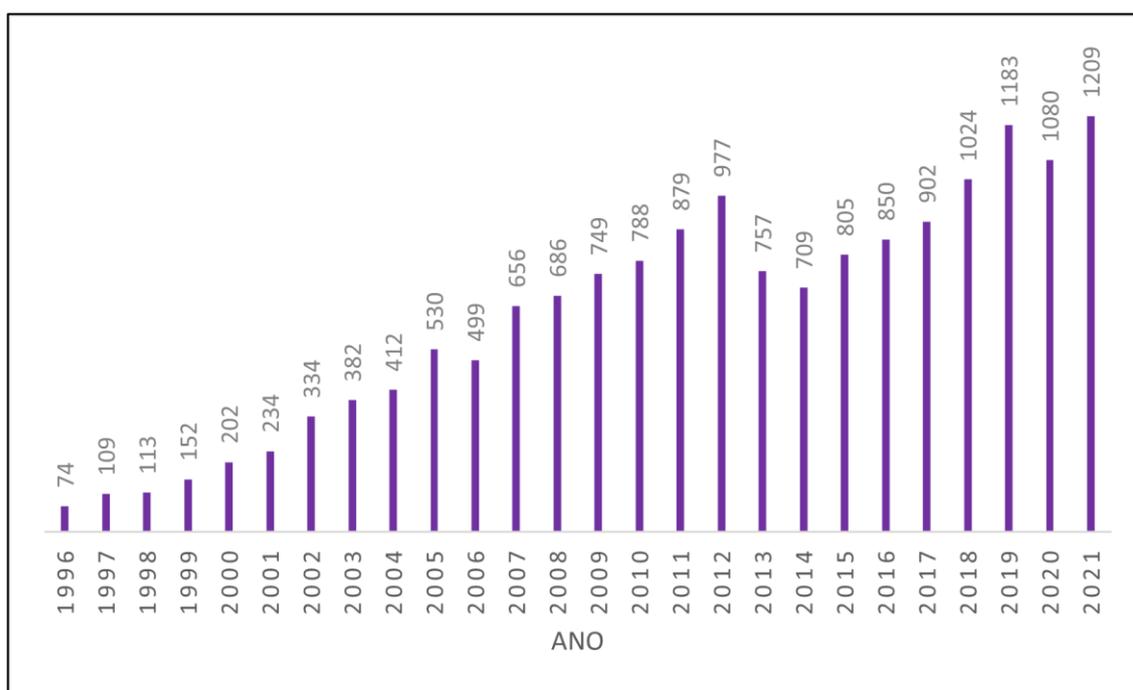
Restringindo estes resultados àqueles que partem da Educação, a janela temporal é definida ao período 2013-2021, com 582 resultados, uma média de 64,6 estudos. O nível de

² Disponível em <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

³ Resumimos nossa busca a essa base de dados por esta disponibilizar filtros de busca, e por sua característica de ser referência de informações quantitativas sobre a produção científica do país.

investigações se mostra constante, como demonstrado pelo gráfico abaixo. Os estudos se dividem em Doutorado (151), Mestrado (371), e Mestrado Profissional (60), e estão divididos, por “Área do Conhecimento”, em EDUCAÇÃO (548), EDUCAÇÃO DE ADULTOS (9), EDUCAÇÃO EM PERIFERIAS URBANAS (6), EDUCAÇÃO ESPECIAL (2), ENSINO PROFISSIONALIZANTE (10), ENSINO-APRENDIZAGEM (7)⁴.

Gráfico 1: Teses e Dissertações sobre violência - 1996-2021



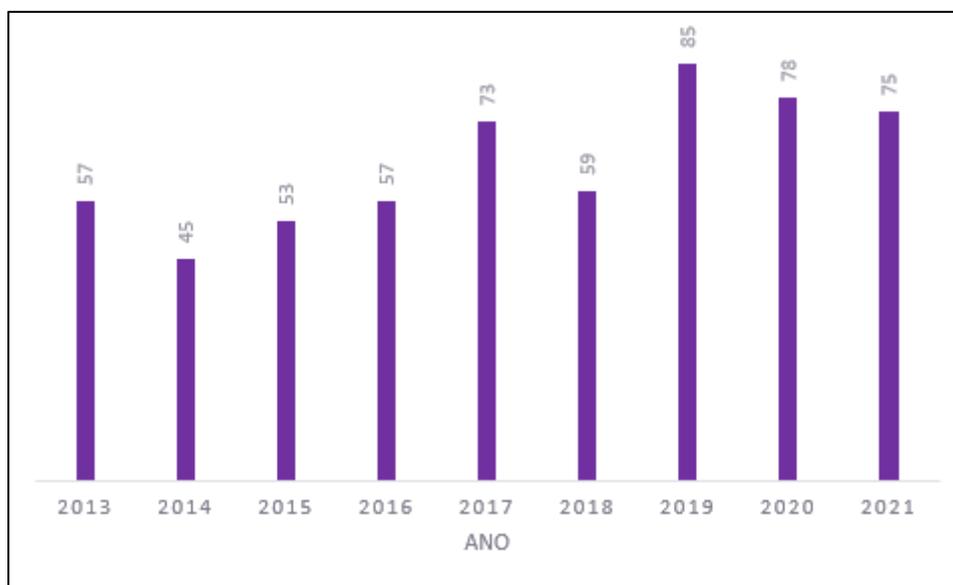
Fonte: a autora, 2022.

Inicialmente, especifiquei como primeiro filtro aplicado, dentre os disponíveis pela plataforma, o “Grande Área do Conhecimento”, especificamente “Ciências Humanas”, seguido por “Área do Conhecimento”, que limitou os resultados ao campo “educação”, aliado ao filtro “Tipo de trabalho”, que limitei a teses por sua natureza inédita e seu grau de aprofundamento do assunto e, finalmente, o filtro “Ano”, que limitei ao período 2017-2021, os últimos 5 anos. Como o objetivo não é exaurir o tema, apenas obter um retrato do estado da arte que informe a presente pesquisa, realizo ainda uma última filtragem, por “Área de Concentração”, selecionando dentre as áreas disponíveis, aquelas que, por leitura flutuante, se assemelham ao tema que está sendo pesquisado e que levou à busca. São estas EDUCACAO, EDUCAÇÃO,

⁴ Mantenho a escrita em caixas alta e mista porque essa distinção é relevante para o banco de dados, categorização e consequente resultados de busca, como fica claro em um dos resultados, que diferencia EDUCAÇÃO e Educação, como mostrado a seguir.

EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE, ESTUDOS CULTURAIS EM EDUCAÇÃO, e educação.⁵

Gráfico 2: Teses e Dissertações sobre violência partindo da educação - 2013-2021



Fonte: a autora, 2022.

Nesse momento, tomo como índices os temas “violência” e “plataformas digitais”, sendo o último grafado entre aspas, o que indica ao motor de busca que as palavras precisam ser consideradas em conjunto. Esta busca resulta 65 teses, sendo os resultados estratificados por área de concentração EDUCACAO (10), EDUCAÇÃO (44) EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE (4), EDUCAÇÃO E SOCIEDADE (1), ESTUDOS CULTURAIS EM EDUCAÇÃO (1), e educação (5), e por ano 2017 (9), 2018 (14), 2019 (15), 2020 (18), 2021 (8), uma média de 13 investigações por ano. O movimento também mostra um aumento no interesse pelo tema desde 2017.

Por uma rápida leitura flutuante dos títulos, percebo que os resultados não estão diretamente relacionados ao tema “plataformas digitais” no sentido que me refiro, de redes sociais. Assim, parto para uma segunda busca, agora valendo-me dos índices “plataforma” e “Redes Sociais”, utilizando os mesmos filtros que anteriormente empregados. São resultantes 89 teses, sendo estes divididos, por Área de Concentração, em EDUCACAO (11), EDUCAÇÃO (62), EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE (9), EDUCAÇÃO E

⁵ Mantenho a grafia como foi cadastrada na plataforma, inclusive o uso de caixa alta ou baixa, o que é fator de diferenciação nesse contexto.

SOCIEDADE (1), ESTUDOS CULTURAIS EM EDUCAÇÃO (1), e educação (5), e por ano 2017 (16), 2018 (21), 2019 (18), 2020 (22), 2021 (11), com média anual de 17,8 teses.

Novamente, percebo discrepância entre os títulos e o tema de referência, o que leva a uma estratificação mais profunda, agora pelo uso dos índices “violência” e “Facebook”. Fazendo uso dos mesmos filtros, chego a um total de 79 resultados.

Categorizando pelo filtro Área de Concentração, tenho como resultado EDUCACAO (11), EDUCAÇÃO (61), EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE (9), EDUCAÇÃO E SOCIEDADE (1), ESTUDOS CULTURAIS EM EDUCAÇÃO (1), e educação (5). E, estratificando por ano, resulta 2017 (13), 2018 (18), 2019 (18), 2020 (19), 2021 (10), uma média de 15,8 teses ao ano.

Para uma melhor compreensão desses dados, os organizo no formato tabela, o que ajuda bastante na visualização de padrões quantitativos. A tabela 1 traz os resultados da busca classificados por índice e área de concentração. Já a tabela 2 estratifica os dados por índice e ano de publicação.

Tabela 1: Resultados da busca dos índices “violência”, “plataformas digitais”, “Redes Sociais” e “Facebook”, por Área de Concentração

Área de Concentração	“violência” “plataformas digitais”	“violência” “Redes Sociais”	“violência” “Facebook”
EDUCACAO	10	11	10
EDUCAÇÃO	44	62	55
EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE	4	9	5
EDUCAÇÃO E SOCIEDADE	1	1	1
ESTUDOS CULTURAIS EM EDUCAÇÃO	1	1	1
Educação	5	5	7
Total	65	89	79

Fonte: a autora, 2022.

Como último passo na preparação dos dados, transformo as listas de teses em tabelas, separando os valores por colunas. Posteriormente, classifico cada lista por ordem alfabética de autor e concateno as mesmas, buscando entradas duplicadas e unificando as três listas. Chego assim a 100 resultados únicos, dos 232 inicialmente encontrados. Realizo um último recorte, passando a busca automatizada dos resultados pelos índices “plataformas digitais”, “Redes Sociais” e “Facebook” nos títulos, o que indica centralidade do tema no estudo. Neste estágio, o índice “plataformas digitais” não aparece em nenhum título, “Redes Sociais”, está presente

em 4 resultados, e “Facebook”, em 11 títulos de tese, totalizando 15 entradas a serem analisadas em profundidade.

Tabela 2: Resultados da busca dos índices “violência” e: “plataformas digitais”, “Redes Sociais” e “Facebook”, por Ano de Publicação

Ano de Publicação	“violência” “plataformas digitais”	“violência” “Redes Sociais”	“violência” “Facebook”
2017	9	16	13
2018	14	21	18
2019	15	18	18
2020	18	22	19
2021	8	11	10
Total	65	89	78

Fonte: a autora, 2022.

Dessa maneira, chego em uma lista de trabalho, iniciando pela categorização por “acervo”, resultante da classificação analógica e progressiva dos elementos, a partir dos resultados encontrados (BARDIN, 2016). Dessa maneira, procuro entender em que contexto ocorrem tais diálogos. Codifico estes em categorias que emergem dos dados, sintetizadas ao longo do processo. Considero código e significação para realizar inferência dos dados. Início o processo pela leitura flutuante dos títulos, categorizando as unidades (títulos) em códigos/categorias, pela alusão aos índices no título. Chego a 4 categorias, as quais nomeio Ensino aprendizagem (4), Figura docente (4), Identidades (5) e, Outros (2), conforme a tabela abaixo. Tal designação faço de maneira natural a partir das entradas, sistematizando, combinando e sintetizando-as conforme critérios de agrupamento em função do contexto, o qual assumo como título. Categorizo as entradas pelo critério expressivo de classificações das especificidades emergentes (BARDIN, 2016).

Destes resultados, seleciono aqueles 4 categorizados como “Figura docente” para aprofundamento, por serem os mais alinhados à pesquisa, e por colaborarem para explicitar de forma ainda mais contundente o tema deste estudo. Seguindo o link disponível na entrada original, na plataforma Sucupira, crio um novo documento com os dados disponíveis, o que inclui o resumo, e passo à análise. Esta, também, é feita manualmente, pela leitura de título e resumo, e inferências resultantes. Os resultados dessa exploração dão lastro à pesquisa e auxiliam no decorrer da mesma.

Tabela 3: Resultados por categoria.

Categoria	Entradas
Ensino aprendizagem	4
Figura docente	4
Identidades	5
Outros	2
Total	15

Fonte: a autora, 2022.

Partindo de postagens na página do Facebook Professores do Paraná, Colodel (2018) analisa aspectos da profissionalidade docente, buscando identificar representações e concepções docentes por meio destas postagens, publicações e interações. A autora utiliza como referências no campo educação José Contreras, António Nóvoa, Selma Garrido Pimenta e outros. Sobre a Sociedade Contemporânea, apoia-se em Manuel Castells, Pierre Lévy, Zygmunt Bauman e Néstor García Canclini, além de Albert-László Barabási, Raquel Recuero e Robert V. Kozinets nos estudos de rede. A pesquisa parte da coleta de dados através de formulário online para a identificação da relação docente com Internet, tecnologia e plataformas de redes sociais. Tal foi seguida pela análise da relação docente com o Facebook, a partir de entrevistas. Por fim, analisa publicações na página para identificar elementos constitutivos da profissionalidade docente apresentados na rede social. Como resultado, a investigação aponta “[...] para a permanência de elementos historicamente atribuídos à docência, bem como a presença de novas perspectivas relacionadas à profissionalidade, decorrentes da mediação entre os sujeitos, as redes sociais digitais e o mundo socialmente constituído” (COLODEL, 2018, p. 7). Apesar de não abordar diretamente o tema violência, creio ser esta robusta fonte de referência, por aprofundar a relação entre docentes e plataformas digitais.

Já Rosado (2018) investiga os significados atribuídos por docentes às relações com seus alunos, quando mediadas pelo Facebook, além de como docentes tensionam seu papel em vista da assimetria, base da relação pedagógica. O estudo, de base etnográfica, fundamentou-se na observação exploratória e sistemática dos perfis no Facebook dos sujeitos da pesquisa, além de entrevista semiestruturada e análise das categorias emergentes. Como referencial para análise, a autora se apoia nos temas cibercultura, redes sociais na Internet, conectividade, amizade e papel docente. A tese tem como argumento o fato de que, no Facebook, ambiente no qual as relações acontecem de forma horizontal, a relação entre professores e alunos tensiona o papel docente, visto que esta relação pressupõe assimetria pedagógica. “Os resultados apontaram para

existência da assimetria pedagógica mesmo no Facebook e demonstraram que relacionar-se com alunos nesta rede tensiona o papel docente na medida que pode promover reconfiguração desta função assim como da imagem deste profissional” (ROSADO, 2018, p. 10). Novamente, o estudo não aborda diretamente a temática violência, mas sim aprofunda a relação pedagógica mediada pelo Facebook, o que é central ao estudo proposto aqui.

Santos (2017) defende a tese da existência de tensões no espaço de sociabilidade virtual, especificamente no Facebook. Tais tensões revelam uma dessacralização da imagem de professor, produzida a partir de deslocamentos social e sociológico. O deslocamento social seria fruto da estrutura de comunicação da plataforma, que é horizontal e faz com que a interação deixe de contar com marcadores nítidos de hierarquização. Já o deslocamento sociológico encontra suporte na narrativa sociológica de deslocamento da imagem de professor do sagrado ao profano. De acordo com o autor, esse duplo deslocamento condiciona as formas de gestão da imagem de professor no Facebook, coletivamente provadas por professores, o que leva a inferência da inexistência objetiva de professores no Facebook, apenas a autodefinição de usuários como professores em momentos determinados, em um espaço não nitidamente educacional. Estes seis momentos permitiriam a observação de que “uma imagem sagrada da imagem de professor é tanto mantida quanto vulnerabilizada em virtude do tipo de comunicação do Facebook, onde circulam conteúdos às vezes julgados como socialmente inapropriados” (SANTOS, 2017, p. 5). O autor menciona uma crise institucional, expressa pelo Facebook, que preocupa professores, sujeitos como são, à apreciação pública. O autor trata de um tipo de violência à qual a figura docente está sujeita, apesar de não utilizar esse conceito. Uma violência estrutural, vinda da plataforma, a qual também é tema do estudo aqui proposto.

Em sua tese, Santos (2021) investiga a representação, através de memes, da relação pedagógica e representações da docência. Apoiando-se em fundamentos teóricos da Teoria Crítica, especialmente a indústria cultural; ainda, analisando conexões entre cibercultura e produção de representações socialmente compartilhadas; e, também, apoiando-se na Psicanálise Freudiana para discutir questões de exposição e manifestação em redes sociais, a autora analisa os dados coletados no Facebook. Chega a quatro eixos centrais de representações da figura docente através da imagem: 1) indica que há ambivalência no elo pedagógico, materializado na ambiguidade irônica do conteúdo das imagens; 2) apresenta imagens de tabus em relação à profissão de ensinar; 3) trata diretamente da violência simbólica considerada cyberbullying, especificamente aquele contra professores, através de imagens jocosas que atenuam o movimento de exposição e ridicularização docente; 4) analisa o papel do humor, o qual sugere operação ambígua “que pode tanto banalizar e dessensibilizar a construção de estereótipos e

manifestações violentas, como subverter e ressignificar o olhar dos professores sobre os dilemas que os afetam cotidianamente” (SANTOS, 2021, p. 10). Dos conteúdos analisados, este é o primeiro que faz alusão direta à violência, estando alinhado ao que já foi levantado durante a presente investigação.

Nestes resultados levantados surpreendeu-me a ausência de teses que tratem da questão do discurso de ódio voltado a professores, tema que se mostrou bastante pesquisado no início do processo e que está mais centrado em estudos do campo Comunicação. Tal discrepância levou, no início da pesquisa, a bastante confusão e erros de direcionamento, mas indica também a não associação do discurso de ódio à temática da violência, em especial da violência simbólica. Outra temática bastante trabalhada que não está presente entre estes resultados é a do cyberbullying, o bullying em espaço digital que também se apresenta no contexto educacional e pode ser direcionado a professores. Essas discrepâncias, penso, devem ser consideradas no andamento e estruturação da pesquisa.

1.2. A PESQUISA PROJETADA

Estou aqui pensando a pesquisa em educação como integrantes das Humanidades e, conseqüentemente, uma pesquisa sobre a Sociedade; considerando minha trajetória e minha propensão (quase infantil) por fazer perguntas, que as vezes podem parecer óbvias, mas que geralmente servem como (auto)provocações que levam a reflexões; e partindo de uma convicção ingênua e esperançosa – no sentido freireano – naquilo que proponho. Volto-me aqui ao design, minha área de formação e atuação e ao fato de que, “Em termos históricos, o grande trabalho do design tem sido ajustar conexões entre coisas que antes eram desconexas” (CARDOSO, 2016, p. 234). Não vivemos um momento de desconexão? Pois bem,

O design é um campo de possibilidades imensas no mundo complexo em que vivemos. Por ser uma área voltada, historicamente, para o planejamento de interfaces e para a otimização de interstícios, ela tende a se ampliar à medida que o sistema se torna mais complexo e à medida que aumenta, por conseguinte, o número de instâncias de inter-relação entre suas partes. O design tende ao infinito – ou seja, a dialogar em algum nível com quase todos os outros campos do conhecimento. Em seu sentido mais elevado e ambicioso, o design deve ser concebido como um campo ampliado que se abre para diversas outras áreas, algumas mais próximas, outras mais distantes. Nesse sentido, o designer pode sim ser [...] uma infinidade de outras coisas. A grande importância do design reside, hoje, precisamente em sua capacidade de construir pontes e forjar relações num mundo cada vez mais esfacelado pela especialização e fragmentação de saberes (CARDOSO, 2016, p. 234).

É a isso que me refiro quando falo em design, e à minha formação, a qual apresentarei na sequência. Também, é essa formação que me aproxima da Teoria da Complexidade proposta por Morin (2005). Gilbert (2016) fala sobre o problema de entender o emergir e a relação entre propriedades locais e globais de sistemas complexos. No texto, o autor está abordando a questão de IA – inteligência artificial –, porém inicia mostrando que a Sociologia também luta com esse mesmo problema conceitual. Aponta o fato de que

tanto as sociedades quanto os sistemas computacionais [...] são compostos de muitos agentes interativos (também conhecidos como pessoas, atores ou membros). Esses sistemas podem, portanto, ser descritos em termos das propriedades e comportamento dos agentes, ou em termos do sistema como um todo. O primeiro modo de descrição foca no nível “micro”, ou seja, as características dos agentes individuais e seu ambiente local (que eles podem perceber diretamente), enquanto o segundo foca no nível “macro”, ou seja, os padrões globais ou regularidades formadas pelo comportamento dos agentes como um todo. O problema é como caracterizar a relação entre esses dois tipos de descrição, em particular quando se pode dizer que as propriedades macro “emergem” do comportamento no nível micro (GILBERT, 2016).

Fala ainda que disciplinas vizinhas, apesar de estarem falando sobre o mesmo tema, frequentemente o fazem em linguagens distintas, próprias de cada campo. O que resulta em falhas de comunicação, lacunas que precisam ser superadas. Este é um dos propósitos colocados aqui: a aproximação entre a violência e a figura social docente, nas relações mediadas por plataformas digitais. O objetivo não é determinar um ou outro caminho a seguir, ou solução pronta, mas interpretar o fenômeno. Promover a aproximação entre essas temáticas, atravessando o contexto educacional e propondo a familiarização desses conceitos ao campo da educação e da formação de professores. Também, tornar visíveis as violências veladas e/ou simbólicas que estão justapostas à cultura digital. A recente experiência decorrente da Covid-19 nos mostra que não há mais espaço entre a cultura digital e a Educação formal. Portanto, se faz necessária a introdução, ou aprofundamento, dos estudos de plataformas digitais na formação de professores. Inclusive, a questão da violência nesse contexto.

Estamos muito focados nas violências cotidianas mais aparentes, físicas e gritantes, mas talvez seja hora de dar um passo atrás e refletir sobre a paisagem na qual essas violências ocorrem, às diferentes interpretações e representações e, especialmente, as conexões entre elas. Não seriam esses estouros de violência visível manifestações de reação a uma violência mais sutil e velada? Reações (também) a essa rápida tecnologização do cotidiano? Não seriam, até certo ponto, dores de crescimento, como se o corpo estivesse se adaptando a sua nova realidade física, suas novas dimensões? Assim como a 1ª Revolução Industrial trouxe consigo revoluções culturais, essa nova Revolução Pós-Industrial que vivemos também traz mudanças profundas à

sociedade como um todo. Nos cabe analisar como essas evoluções se expressam no ambiente escolar no Brasil, especificamente no que diz respeito à figura docente e a violência direcionada a ela, que precisa se adaptar rapidamente a uma nova paisagem, na qual muitas vezes é estrangeira.

Para refletir sobre esse panorama, parto do fenômeno da violência em rede e seu reflexo na figura docente; especificamente tendo como ponto zero a instância da Professora de Indaial, evento em que uma professora foi agredida fisicamente em sala de aula e, posteriormente, sofreu violência simbólica através de discurso de ódio em meio digital – sendo figurativamente linchada. O caso, ocorrido em agosto de 2017 e amplamente abordado pela mídia tradicional, repercutiu de maneira simbolicamente violenta (ŽIŽEK, 2010), o que gerou uma grande reação em cadeia.

Nesse caso configura-se um espaço onde todos que o acessam estão suscetíveis à violência, seja como agentes ou vítimas – possivelmente os dois. Considerando essa primeira aproximação ao caso, penso não em buscar uma solução para o problema da violência mediada por mídias digitais, já que esta, como a cultura digital, se encontra integrada, incorporada e cotidiana (HINE, 2015). Mas sim, a partir do estudo aprofundado desse caso, tentar realizar uma interpretação em nível macro, de estruturas, dessa violência propagada em rede, fruto da tensão entre poder e violência, no contexto da nova estruturação sociopolítico-econômica, que se propaga em nível micro, de indivíduos, e como esta afeta a figura docente no Brasil. E, talvez, entender esse processo o suficiente para propor caminhos para uma futura construção de saberes (TARDIF; RAYMOND, 2000) que auxiliem na solução desse problema.

Pensando as plataformas de redes sociais – e todos os aparatos que a cercam – como caixas pretas (FLUSSER, 2013) cooptadas como dispositivos psicopolíticos (HAN, 2018a), proponho interpretar, entender e significar essa violência em rede, as tensões, fluxos e conexões com a questão do poder, como isso impacta a Educação e a figura docente. Penso ser essa interpretação um primeiro passo para a compreensão do fenômeno, que pode levar a uma futura sistematização de um novo saber (TARDIF; RAYMOND, 2000) – ou atualização de um existente – que dê conta de, ao menos, parte da complexidade envolvida (MORIN, 2013), numa dimensão teórica e não técnica – ou que, ao menos, sirva ao docente como primeiro passo na abertura dessa caixa preta que é a tecnologia digital do século 21 e suas repercussões sociais. A violência sofrida pela Professora de Indaial e outros docentes atacados em ambientes digitais serve para pensar as condições contemporâneas. Assim como a fotografia em Flusser (2013), quando a abordou com sua filosofia da caixa preta como pretexto para explorar algo muito mais

complexo e abstrato: a adaptação humana a uma realidade que ela mesmo criou, e sobre a qual perdeu o controle.

É necessário pensar, também, a relação entre professores e plataformas, haja vista não só a transformação digital que se mostra cada vez mais presente, mas também e principalmente a questão da pandemia de Covid-19 que acelerou exponencialmente a implementação dessa transformação. Entra aqui não apenas o uso de TIC e plataformas digitais, mas também os deslocamentos socioeconômico-culturais resultantes dessa virada. Retorno ao tema posteriormente.

Então me alço agora, como designer, na modesta tarefa de ajustar conexões – sejam elas quais forem. Pensando nessas conexões, apresento minha jornada acadêmica até aqui, com o intuito de situar o leitor no caminho que trouxe à minha perspectiva desse universo ao qual me aproximo. O que estrutura a construção da pesquisa que agora apresento, considerando o uso de abordagem hermenêutica “que parte do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado” (ALVES, 1991, p. 54).

Quanto à minha trajetória acadêmica e o que me traz ao atual momento, começo-a no curso de Artes Visuais da UFSM, então Desenho e Plástica, quando sou selecionada bolsista de Iniciação Científica – PIBIC pelo professor doutor Amarildo Trevisan. Atuo durante um ano como bolsista no projeto “Imagens da Formação Cultural: uma Hermenêutica no Sentido Expressivo do Conceito”, financiado pelo CNPq com Bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ) e FIEEX. Vivência essa que marca minha formação de forma permanente. Por questões pessoais, tranco o curso e afasto-me da iniciação científica.

Ao retornar à graduação, opto por transferência para o curso de design de Produto da UFN (então Unifra), seguido por Especialização em Artes Visuais – Fotografia, o que me levou de volta ao estudo em Artes e imagens. Atuando profissionalmente como fotógrafa e designer, volto-me à Internet e, ali, descubro o empreendedorismo criativo, meu campo de trabalho durante o mestrado em Indústria Criativa, na Universidade Feevale, onde desenvolvo, orientada pela professora doutora Sandra Montardo, também egressa da UFSM, pesquisa sobre esse universo. Nesse momento, aprofundo os estudos em cultura digital, plataformas de redes sociais e a sociedade em rede.

Também durante o mestrado, volto a ter contato com a Educação através de uma disciplina específica sobre o tema. Surgem daí as inquietações iniciais voltadas à área, as quais ressoam com questionamentos que trazia comigo desde minha primeira graduação e minha

atuação como bolsista PIBIC. Baseada nessas experiências, volto a refletir sobre os estudos iniciais com o professor Amarildo, tecendo ligações entre os estudos anteriores e atuais. Por havermos mantido contato, sabia o que o GPForma estava estudando no momento. Quando os estudos se voltam à violência e barbárie, vejo aí a possibilidade de agregar meus conhecimentos nas novas indústrias criativas à pesquisa. É quando volto ao GPForma. Aproximo-me do grupo e, ao mesmo tempo, curso o Programa Especial de Graduação – Formação de Professores UAB-UFSM, formando-me docente. Tendo como linha central de formação as indústrias criativas e sentindo-me relativamente preparada, participo da seleção para o doutorado, ao qual ingresso no segundo semestre de 2018.

Desde então, passei em concurso público e fui chamada para atuar como designer na Procergs, empresa de TIC do Estado do Rio Grande do Sul. Lá, atuo criando soluções para governo digital – plataformas -, a partir da abordagem da Experiência do Usuário. Esta pensa sistemas tendo o componente humano como figura central, uma inovação do século 21 aos sistemas computacionais, que em suas bases eram duros, de difícil uso e assimilação. E vejo-me aplicando toda minha formação diariamente, seja ao pensar um sistema a partir do usuário, seja orientando estagiários que vêm a nós para uma formação mais especializada. E é nesse contexto que me aproximo da transformação digital, que está afetando a governança de nossa sociedade.

Sinto-me movida pela curiosidade. Quero entender e significar as maneiras pelas/para as quais as diferentes dimensões do mundo se relacionam. As conexões entre pessoas, coisas, espaços, grupos. A sincronicidade de Jung. Borges (2008), no epílogo de *O fazedor*, fala que o homem criou o mundo e o povoou com imagens, sendo que a soma dessas imagens, as linhas ou rastros dessas conexões, forma o retrato de sua cara. Quero entender como essas imagens se relacionam, como se sobrepõem e se afetam entre elas. Pensando essas imagens como camadas de significado sobrepostas, como elas interagem, afetam e modificam umas às outras. Como se tensionam, se embatem e quais as consequências desses movimentos. As novas imagens que produzem, assim como o faço em minha pesquisa fotográfica.⁶

Em design, chamamos de sistema o conjunto de informações relativas a um processo que estão associadas entre si e se afetam diretamente. Penso aqui o sistema educacional brasileiro inserido no sistema social brasileiro, que por sua vez está inserido no sistema social global, todos perpassados por diversos sistemas de poder e violências. Minha busca está centrada na compreensão das maneiras pelas quais esses sistemas se sobrepõem e se afetam,

⁶ Pesquisa esta que está disponível em <http://bibianasilveira.com>.

como interação entre si. Mais especificamente, como essas violências, frutos de tensões entre poderes, afetam o sistema brasileiro de Educação, o sistema da formação de professores e os próprios professores, especialmente nesse momento quando diversos outros sistemas estão em processo de colapso, modificação e/ou reestruturação.

Minha própria relação com a Educação é perpassada por tensões e violências. Venho de uma família de educadores e, por muito tempo, rebelei-me contra a ideia de seguir esse caminho. Somado a isso uma primeira experiência universitária extremamente difícil e violenta, escolhi seguir o caminho “do mercado”, tornando-me profissional das indústrias criativas por excelência: designer.⁷ Mas... a curiosidade seguiu comigo e, mesmo atuando profissionalmente como designer, continuei percebendo e observando fenômenos e tentando estabelecer relações entre eles: pensando como pesquisadora. E cada vez que me peguei pensando e planejando maneiras de sistematizar essas observações, ajudar outros a verem esses sistemas, ou até mesmo a usarem alguma das múltiplas ferramentas associadas a este fazer, me vi pensando como docente. O que me levou a seguir o caminho da academia que tanto havia negado. Como diz o ditado iídiche: “O homem planeja e Deus ri.” Assim me vi escolhendo o caminho de volta à academia, e chegando a este momento.

Minha participação está atrelada ao projeto *Teorias da violência na educação: formação de professores para atuar em situações de conflito*. O projeto busca tratar o tema da violência nas Teorias da Educação a partir das reflexões abertas pelo texto *Para uma crítica da violência* (BENJAMIN, 2013), discussão esta que, apesar de bastante estudada por diversos autores, ainda não foi suficientemente enfocada pela Educação. Benjamin aborda a questão da violência relacionada ao direito a partir de um ponto de vista moral. Entretanto a sua tese – de que há um tipo de violência que não se enquadra nas categorias tradicionais da coerção, e que é puro meio, não fim, citando o caso da Educação –, ainda necessita ser mais bem desenvolvida.

Outros autores que tratam a questão da violência veem o tema a partir de lentes negativas, partindo de uma perspectiva instrumental de meio-e-fins, tomando a violência como ferramenta para o alcance de um objetivo. Enquanto Benjamin, com sua tese da violência divina, compreende o tema de maneira positiva, de uma violência da formação, que não tem fim fora de si – uma dimensão ética onde o fim está dentro da ação. Fazer algo não por retorno, não com um fim, mas por simples contentamento, por fazer o bem. No trabalho docente, essa é a violência cometida contra o aluno: este nem sempre concorda com as medidas tomadas, com

⁷ design está no centro da Indústria Criativa por, também, sua característica de ligar a esfera da comunicação por imagens ao mundo da produção de valor e as pessoas de interesse nesses processos, tanto produtores quanto consumidores.

os passos realizados, mas o fim do professor ao cometer essa violência está na formação do aluno. Um fim em si, diferentemente de uma violência objetiva, ou subjetiva, que tem em si o fim de coerção. A violência divina é não-coercitiva, consequência de um processo formativo mais complexo e do encontro entre dois sujeitos, encontro esse que pode, em momentos, ser conflituoso.

Desse modo, a proposta do grupo de pesquisa é a de buscar evidenciar como seria a violência não-coercitiva na Educação e no que ela difere do conceito tradicional. violência esta reificada na Educação via teorias referenciais dos fundamentos e práticas educacionais, contribuindo para a biopolítica da violência e, no caso desse estudo em particular, sua psicopolítica.

O ponto de partida da investigação do grupo é a análise de um caso concreto a partir de um estudo interdisciplinar, conjugado pela visão da História, Filosofia, Sociologia e Psicologia da Educação. A escolha deste caso foi devido a atuação prática de membros do Grupo de Pesquisa na estruturação de parte da resposta que foi usada para a gestão da crise na escola e na cidade e que levou ao acompanhamento dos detalhes do ocorrido, fazendo despertar a percepção da necessidade de se refletir sobre possíveis lacunas que a formação de professores está deixando de considerar.

O que motivou a discussão, mais especificamente, foi o convite realizado para um membro do grupo de pesquisa Formação Cultural, Hermenêutica e Educação – GPForma a atuar em um caso de homicídio premeditado de um menino de 11 anos, que estudava em uma escola da cidade de Três Passos – RS, Brasil, por aqueles que, supostamente, deveriam ser seus cuidadores e protetores. O desafio do grupo é investigar como a temática da violência aparece e se constitui ponto de referência às ações educativas contemporaneamente e como é possível fazer frente a este contexto.

Sendo assim, o objetivo do projeto do grupo está em analisar a desconfiança das Teorias da Educação em relação à questão da violência e a sua relação com a ausência da preocupação, na formação de professores, em trabalhar com situações de violência e/ ou conflito. Afinal, sob a influência de alguns teóricos, como o historiador italiano Mário Alighiero Manacorda, os sociólogos franceses Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, e o pedagogo checo Comênio, considerado o pai da didática moderna, o tema da violência na Educação adquiriu, de certa forma, contornos negativos. Portanto, esta pesquisa exige um redimensionamento dos fundamentos e práticas educacionais, procurando inovar nas perspectivas sobre a compreensão da violência nas Teorias da Educação como condição para a formação de professores que

consigam lidar com situações de conflito. E é nesse contexto que a tese aqui proposta está inserido.

Por isso, acredito mais do que válida a aproximação proposta entre os campos de Redes Sociais, Filosofia da Educação e violência não apenas por minha formação, mas também por acreditar serem necessários para abordar o tema de pesquisa, bem como para criar um *corpus* de conhecimento que auxilie o docente a construir desenvoltura em sua atuação. Atentando a essa relação, penso como a violência nesse contexto se articula, como se dão esses fluxos e conexões que a compõem. Mais ainda, como o poder, reconfigurado nessa nova estrutura horizontal, bem como a tensão entre esse novo conceito e a maneira anterior de estruturação da sociedade, como esse amálgama impacta a Educação, especialmente a figura docente. Nesse sentido busco, através da minha formação interdisciplinar, agregar aos campos nos quais transito, de uma maneira que é peculiar a alguém com uma formação ao mesmo tempo tão diversa e tão restrita: diversa porque tratam-se, afinal, de diferentes campos do conhecimento; restrita porque, apesar de múltiplos, todos os campos estudados ligam-se à Indústrias Criativas que é, ela mesma, múltipla e diversa, retratando a complexidade da sociedade do século 21. Nesse sentido, apoio-me no questionamento de Trevisan (2006, p. 129): “Será que a cultura não oferece dispositivos teóricos capazes de auxiliar a compreensão do outro e a colocação da alteridade como condição imprescindível para a ocorrência do fenômeno da compreensão e da produção do conhecimento?” Nesse sentido, será que uma abordagem vinda da cultura digital e criativa não tem algo a agregar à discussão?

É considerando toda essa trajetória – profissional e pessoal – que hoje levanto à tona a discussão aqui apresentada, que tento desenvolver através desta tese. Combino a isso minha atuação como docente (em cursos livres e como docente convidada na UFN), minha própria formação docente e minha familiaridade com as áreas envolvidas. Como alguém que transita entre campos, ao mesmo tempo nativa e estrangeira, reconhecendo e estranhando os lugares por onde passa, sempre movida pela pergunta. Acreditando estar na singular posição de ser ingênua o suficiente para tentar aproximar campos que são aparentemente tão diversos, mas que a partir da minha perspectiva, parecem se complementar perfeitamente.

Levando em conta todos os fatores expostos até o momento, estabeleço como tema da pesquisa o seguinte: A partir de estudos em Filosofia da Educação e cultura digital, proponho interpretar as maneiras pelas quais a violência, especialmente aquela ligada à Educação, está mudando, partindo de meu próprio campo original das indústrias criativas e, através de uma hermenêutica reconstrutiva e partindo de um estudo de caso, esclarecer as correlações entre os conceitos centrais violência, plataformas digitais e Educação.

Por todas essas conexões, defino como questões de pesquisa: como a violência se apresenta no meio digital, da forma mais ampla possível? E especificamente em relação à figura docente? Quais as mudanças sociais associadas a docentes resultantes dessa violência? Quais os saberes necessários a docentes para que atuem com desenvoltura nesse contexto, considerando a necessidade de enfrentamento dessas violências? Como esses saberes impactam na própria formação de professores?

A pesquisa se justifica a partir do próprio panorama já descrito a respeito do tema. Os esforços e estudos sobre a violência na Internet concentram-se nas redes sociais como fonte da violência e sua erradicação, resistência, reflexão: estudos de casos sobre *cyberbullying* e discurso de ódio contra professores, para citar os ligados à Educação. Com o fenômeno da pandemia de Covid 19, o aprofundamento da midiatização social teve um ponto de não retorno, a virtualização habita definitivamente o ambiente escolar. E, a meu ver, estamos tratando os sintomas, as consequências, as materializações da violência, mas não estamos refletindo sobre a violência em si, como se estrutura, como ocorre, como se relaciona, como flui em rede. Principalmente no âmbito escolar, um dos mais afetados durante a pandemia de Covid-19. Esta impôs, sem pedir licença e sem alternativas, um novo formato de ser e viver, o mundo e a escola, transformando não só na maneira de ensinar, mas também no papel docente, no do educando e de todos os atores da rede.

Nesse contexto, trata-se da necessidade de entender a violência em rede, como ela se articula, seus fluxos, para podermos ir além da mera reação a suas expressões, aqueles fenômenos que são visíveis. Não basta observar, analisar, interpretar as expressões que se fazem visíveis, que ganham atenção midiática (e acabam se tornando espetáculo, por mais efêmero que seja). É necessário entender se de fato o centro desses fenômenos são seus fluxos, suas conexões, não apenas seus atores; e nesse sentido desvelar as estruturas de poder e violência que estão por trás dessas ligações. Especificamente, nesse caso, como esses fluxos atingem a Educação em geral e a figura docente em específico, considerando a inserção do estudo na LP1 – Docência, Saberes e Desenvolvimento Profissional, linha de pesquisa relacionada à formação de professores.

Haja vista essas questões, proponho como objetivo geral: investigar o modo como a violência se articula em redes digitais, a topologia das violências em rede, no que afeta a figura docente brasileira. Penso como objetivos específicos 1) Interpretar como as violências em rede mediada por plataformas digitais, afetam a Figura docente, em sua articulação com a teoria já estabelecida no arcabouço teórico proposto, especificamente as tensões entre poder e violência; 2) Significar a estruturação dessa violência em rede e suas origens e 3) Entender como essa

violência afeta a Educação brasileira em geral e a figura docente em específico. Que fique bem claro: não se trata de uma interpretação final, que dê conta do todo desse fenômeno. Mas uma incursão inicial, que aponte caminhos para a comunidade científica – caminhos estes a serem validados ou refutados no futuro. Uma provocação, à la Žižek.

Em termos de passos metodológicos, escolho seguir o caminho hermenêutico e acompanhar o percurso em sua possível circularidade, ao invés de delimitar passos de maneira linear. Assim, estabeleço dois momentos de pesquisa, que penso desenvolver concomitantemente: 1) a coleta de dados em ambiente virtual e sua interpretação, principalmente na plataforma Facebook, dado a) ser o *locus* de desenvolvimento do caso estudado; e b) seu amplo uso e relevância na propagação da violência em rede em dimensão nacional; sendo a coleta realizada através de metodologia proposta por Kozinets (2014); 2) o estudo de caso de um fenômeno específico através da metodologia proposta por Yin (2001); e 3) a investigação e interpretação teórica, baseada na produção existente sobre os temas abordados a em dimensão nacional e global, haja vista a especificidade da questão educacional brasileira e globalidade dos fenômenos em rede e seu estudo, seguindo durante todo o processo a hermenêutica reconstrutiva proposta por Devechi e Trevisan (2011).

Quanto à coleta de dados, apoio-me na netnografia (KOZINETS, 2014), uma abordagem etnográfica aplicada ao estudo de redes digitais para a observação e monitoramento de interações online, sem realizar uma etnografia por não se tratar de observação de grupos. A ferramenta se torna ideal especialmente no que tange questões éticas, as quais estão bem resolvidas pelo autor. Essa apropriação visa o conhecimento da realidade sociocultural e do universo simbólico estudados, buscando aprofundar o conhecimento dessas estruturas culturais – a saber, os meios de expressão das violências mediada por plataformas de redes sociais. O que vem ao encontro da proposta deste estudo, de identificar fluxos, espaços e expressões de violência na Internet, especificamente nas plataformas digitais – o fenômeno em si, não os aspectos concretos dos grupos envolvidos. Trata-se de explorar como essas plataformas digitais são usadas para a expressão de violência, especificamente no que afeta à figura docente. A visão da Internet como integrada, incorporada e cotidiana proposta por Hine (2015) baliza toda a estruturação da pesquisa.

Temporalmente, a coleta foi realizada, em primeiro momento, durante os meses de setembro e outubro de 2017, logo após o incidente. Posteriormente, foram realizadas coletas isoladas, o que é possível graças à natureza dos dados, rastros digitais de interações. Tais dados são trazidos como capturas de tela, imagens que registram sua existência, já que sua atualização

está sujeita à disponibilidade que é responsabilidade de terceiros e fora do controle de pesquisadores.

Considerando a natureza dos dados a serem coletados, limitados como estão a registros de interações passadas – os rastros (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2018) –, a coleta de dados não depende de interações com pessoas. Considerando que essa se resume a conteúdo classificado como público e partindo do princípio de que não existe expectativa de privacidade no conteúdo publicado em plataformas digitais, o consentimento informado por parte do grupo observado se faz desnecessário (KOZINETTS, 2014). Como especificado pelo autor, a camuflagem mínima é escolha ideal pelo fato de o conteúdo não apresentar possibilidade de danos diretos às pessoas envolvidas, dado que as identidades de todos envolvidos serão protegidas; também, por ser o conteúdo especificado como público, ou seja, de livre acesso a todos que têm acesso à plataforma.

No momento de ocultação de identidades, os sujeitos são distinguidos por cores no contexto da publicação, escolhendo não manter um esquema de cores entre as postagens analisadas, com o intuito de esclarecer o diálogo, porém sem criar interações entre as postagens. É também primordial não difamar, invadir a privacidade e/ou prejudicar indivíduos ou marcas, ou agir de forma negligente.

Quanto ao uso do Facebook, este serve apenas para acessar o conteúdo publicado por página ou indivíduo e consequentes interações, não sendo utilizado conteúdo intelectual proprietário da empresa. Também, os dados são acessados manualmente, sem uso de softwares ou assemelhados de terceiros. Conto com o princípio de uso justo do conteúdo, por se tratar de pesquisa acadêmica.

Estruturo a pesquisa como qualitativa, já que essa “trabalha preferencialmente no contexto da descoberta” (ALVES, 1991, p. 54). Especificamente, como teórico-bibliográfica-documental de cunho fenomenológico-hermenêutico, em seu viés reconstrutivo, utilizando o estudo de caso como principal ferramenta para a compreensão do fenômeno e a observação para a coleta de dados. Para tanto, valho-me da estratégia proposta por Yin (2001) para o estudo de caso. Para a coleta de dados, valho-me da observação do espaço digital, atentando para o fato de a Internet ser hoje integrada, incorporada e cotidiana (HINE, 2015), definição que penso ser de grande valia nesse contexto já que, entre as implicações da pesquisa qualitativa em Educação, destaca-se “o fato de se considerar o pesquisador como o principal instrumento de investigação e a necessidade de contato direto e prolongado com o campo” (ALVES, 1991, p. 54).

Eu faço uso da hermenêutica reconstrutiva para interpretação dos dados, assim como ela foi proposta para a discussão da Educação (DEVECHI; TREVISAN, 2011), principalmente pensando no que os autores apontam como um dos grandes problemas na área de formação de professores, a “falta de diálogo entre as diferentes perspectivas teóricas e despreocupação com a totalidade” (DEVECHI; TREVISAN, 2011, p. 412) ou, no presente caso, os diferentes campos teóricos possivelmente inseridos na discussão.

É assim que, penso a utilização de textos e documentos para a construção da pesquisa, escolha que se mostra também apropriada face à condição atual de pandemia mundial e resultante distanciamento social. Por textos refiro-me à produção teórica sobre os temas abordados, valendo-me de livros e artigos científicos. Já por documentos, refiro-me a materiais midiáticos relevantes ao estudo, sendo eles de origem digital, bem como a registros, ou rastros, de interações realizadas no Facebook, resgatados a partir de processo etnográfico, interpretados hermeneuticamente.

Para ter um mínimo conhecimento do caso estudado, já que muitos dos rastros foram apagados, aproprio-me da estratégia de estudo de caso proposta por Yin (2001) e secundada por Alves (1991). Considerando o objetivo geral do estudo, seus objetivos específicos, e sendo o caso da Professora de Indaial emblemático para a compreensão do fenômeno da violência em rede direcionada à figura docente no Brasil, por se tratar de violência física seguida de violência simbólica, acredito válida sua seleção como expoente de tal prática e referência para estudos.

Yin (2001) coloca estudo de caso como método “que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2001, p. 32). Como destaca Martins (2008) sobre a investigação empírica, esta, quando

Sustentada por uma plataforma teórica, reúne o maior número possível de informações, em função das questões e proposições orientadoras do estudo, por meio de diferentes técnicas de levantamento de informações, dados e evidências. [...] Busca-se, criativamente, apreender a totalidade de uma situação [...] [e] descrever, compreender, discutir e analisar a complexidade de um caso concreto, construindo uma teoria que possa explicá-lo e prevê-lo (MARTINS, 2008, p. 10).

Como observado por Prodanov e Freitas (2013), o estudo de caso é uma estratégia abrangente de pesquisa, incorporando diferentes ferramentas para coleta e análise de dados. No entanto, segundo Yin (2001), existem limitações em relação a seu uso, como a falta de rigor metodológico, a dificuldade de generalização científica a partir de um único ou poucos casos estudados, bem como o pouco tempo destinado à pesquisa, especialmente quando a estratégia

é comparada a outros métodos de coleta de dados que demandam um investimento maior de tempo (PRODANOV; FREITAS, 2013). Em resposta, aponto que a aproximação a esse caso foi iniciada em 2017; que a ideia original sempre foi partir desse um caso particular para pensar o universal, apoiada na tradição filosófica; e que o estudo está baseado em dados coletados através de observação participante e inserção no grande campo das plataformas de redes sociais desde 2015, quando começo estudos em cultura digital e desde quando construo as reflexões aqui apresentadas.

Aqui proponho estudo de caso único (YIN, 2001), o qual é paradigmático no que tange as violências em rede envolvendo a figura docente. Como campo de pesquisa, defino este objetivamente em função dos espaços de expressão de violências em rede previamente observados e suas interconexões (HINE, 2015); dada a vastidão que configuram as plataformas de redes sociais, estabeleço o campo de pesquisa a partir do foco nas interações relacionadas ao caso da Professora de Indaial, registros os quais foram previamente coletados (SILVEIRA-NUNES; TREVISAN, 2018a) e aos quais pretendo adicionar com novas observações, assim como quaisquer publicações jornalísticas relacionadas ao caso que ainda não tenham sido analisadas. Intenciono também realizar nova aproximação a esses dados já analisados, contando com o afastamento temporal para uma possível emergência de novas interpretações.

No que diz respeito ao processo hermenêutico reconstrutivo, este se fundamenta na racionalidade comunicativa, a qual por sua vez acredita em acordos para a legitimação de saberes. Essa legitimação depende da afirmação ou negação de pretensões de validade, as quais estão apoiadas em racionalidades (DEVECHI; TREVISAN, 2011). Partindo do individual ao universal como estamos, do estudo de um caso para propor a compreensão de todo um fenômeno, considerando “que a particularidade é parte integrante da totalidade” ((DEVECHI; TREVISAN, 2011, p. 413), proponho aqui, seguindo o caminho hermenêutico reconstrutivo, “dar conta de um ente particular [...] [esperando que] esse fenômeno possa ser utilizado como reflexão para compreender outros casos semelhantes” (DEVECHI; TREVISAN, 2011, p. 413), vinculando a observação e a reflexão a uma teoria que dê conta da e que estruture a pesquisa. E, por meio do processo de construção de tese, qualificar a discussão e buscar subsídios adequados à sua construção, através do diálogo e eventual acordo entre teorias, pesquisadora e banca, a comunidade estruturada ao redor do projeto.

Trata-se de “problematizar a situação, interrogá-la, para abalar as certezas prévias e provocar a reflexão, de modo que, diante de tal abalo, provocação, ou mesmo irritação, as pessoas sejam incentivadas de alguma forma a procurar saídas, seguindo seus próprios critérios e situações concretas vividas” (DEVECHI; TREVISAN, 2011, p. 414). Fazendo isso de

maneira que, apesar da abordagem interdisciplinar, não seja fragmentada e, em consequência, fragilizada. Mas sim, trate-se de aproximações laterais a um problema (o das violências em rede) que não está ainda bem identificado e/ou estruturado, que está sendo sintetizado enquanto se caminha. Tendo como horizonte a possibilidade de, através da compreensão do fenômeno, propiciar ferramentas e construir saberes que oportunizem à figura docente postura crítica frente às violências vividas, trabalhando para uma emancipação dessa figura em relação aos fluxos de violências e estruturas coercitivas aos quais pode facilmente se tornar sujeita através da caixa preta que são as plataformas digitais e a tecnologia em si.

Penso aqui, através da síntese dessas experiências vividas, instigar um diálogo entre redes sociais, design e violência não do ponto de vista tecnicista, mas sócio filosófico e comunicacional. A partir de estudos nessas áreas, proponho interpretar as maneiras pelas quais as violências, especialmente aquelas em rede e dirigidas à figura docente, estão mudando, partindo de meu próprio campo originário das indústrias criativas e, através de estudo de caso aliado à etnografia para a Internet e de uma hermenêutica reconstrutiva constituída a partir desses resultados, esclarecer as correlações entre os eixos centrais Redes Sociais, design e violência.

Proponho investigar o modo como a relação entre redes sociais, design e violência pode contribuir para interpretar a topologia das violências em rede e como isso impacta a compreensão sobre o fenômeno na formação de professores. Isso a partir de interpretação hermenêutica de 1) dados qualitativos e *insights* obtidos através de observação e monitoramento no Facebook, particularmente postagens relacionadas ao caso estudado e quaisquer outras identificadas como instâncias de violências, especialmente as direcionadas à figura docente e seus representantes, o campo de pesquisa, como um todo; 2) estudo de caso de um fenômeno específico, o caso da Professora de Indaial, de violência sofrida por docente, tanto no offline quanto no online via plataformas de redes sociais; 3) teorias a respeito de campos correlacionados, especialmente a filosofia e 4) reflexões sobre os fluxos entre os dois. Esse recorte é proposital, haja vista a posição do estudo na rede acadêmica em que está alocado – a saber, a LP1 – Docência, Saberes e Desenvolvimento Profissional.

A análise desses dados, aliada à interpretação do contexto histórico, apontaram para duas possíveis fontes de violência em rede que afetam a figura docente: 1) a expressão da violência cotidiana, de parte dos indivíduos, também através das plataformas e das redes sociais nela inseridas, o que resulta em uma violência em se tratando de sujeito; e 2) o uso, por grupos estabelecidos e não necessariamente visíveis, das plataformas como instrumento de controle e coerção do público, agora de maneira direcionada ao indivíduo ao invés das massas, como foi

feito em outros tempos – uma violência sistêmica. É por estas interpretações que estruturo o estudo: apresento o caso, apontando nele os momentos de violência; posteriormente, passo à interpretação desses momentos a partir da literatura. É esta a topologia aqui apresentada.

2. A VIOLÊNCIA E A ESCOLA – OU O ÓDIO AVANÇA NO COTIDIANO

É proposta aqui uma aproximação lateral à questão da violência direcionada à figura docente, com o intuito de agregar a todos os estudos já realizados na área. E tal aproximação é realizada através do estudo de um caso que recebeu grande visibilidade nas mídias tradicional e social, sendo esse movimento de transmídiação um filtro para seleção do caso.⁸ Essa seleção é balizada principalmente pelo fato de se tratar de caso envolvendo professora e aluno em ambiente escolar da rede pública, do âmbito concreto e offline e que se estende ao online, inculcando dessa maneira uma multitude de violências – tanto à professora como indivíduo quanto como representante de sua categoria profissional, como também ao jovem.⁹

2.1. O CASO NARRADO

Originário em ambiente escolar e amplamente abordado nos espaços jornalísticos da mídia tradicional, o caso teve repercussões violentas em plataformas de redes sociais. O círculo vicioso formado consistiu na promoção de seus aspectos violentos também por sites jornalísticos quando se valem das plataformas para estruturar seus formulários de comentários, numa circularidade que os alavancou desde as redes sociais em eventos noticiáveis pela mídia tradicional (CASTRO, 2017a).

Ao postar em seu perfil pessoal no Facebook sobre a agressão física sofrida em sala de aula, uma professora que busca atenção por sua condição de agredida, além de receber mensagens de apoio de sua rede de contatos, foi vítima de “manifestações de ódio” (CASTRO, 2017b) em decorrência de conteúdo previamente publicado por ela em seu perfil pessoal – seus rastros.

⁸ Por mídia tradicional, refiro-me aos canais comerciais de mídia, que traz consigo uma série de convenções e significações sociais, mesmo que sendo propagados em meio digital. Mídia social é usado como termo chave para caracterizar plataformas midiáticas cujo conteúdo é produzido por usuários, podendo ser este indivíduo ou organizações, através de perfis e outras estruturas características de cada plataforma. Essa distinção afeta não apenas o conteúdo, mas a maneira como é consumido e a socialidade ao seu redor (MANOVICH, 2001).

⁹ Este projeto vem sendo desenvolvido desde 2017, e desta discussão já resultaram 2 artigos apresentados em eventos e publicados (SILVEIRA-NUNES; TREVISAN, 2018a, 2018b). Em alguns momentos ao longo deste relatório de tese, faço uso justo desse material previamente publicado, apoiada em Samuelson (1994), posto que estes explicam o caso e os argumentos de maneira satisfatória, podendo haver alterações quando necessário.

O caso narrado possui suas nuances e perspectivas. Atendo-me aqui às narrativas ligadas à professora, por ser o foco do estudo e por ser o material textual disponível. A coleta de dados foi pautada pela netnografia proposta por Kozinets (2014) a partir de observação, pesquisas em plataformas de busca e extraídos de sites relacionados a veículos da mídia tradicional que também veiculam comentários de seus leitores/usuários. Eles são o Portal G1 de Santa Catarina, ligado às Organizações Globo (G1 SC); o Portal do Grupo Zero Hora (GZH); UOL Notícias, do grupo de mesmo nome e consagrados por sua audiência nacional. De caráter regional e/ou local, outros jornais online das regiões Norte e Nordeste do Brasil também manifestaram interesse. Eles são Rondônia Real, da autodenominada “empresa de mídia” de Cujubim (RO) e Novo Notícias, jornal online do Rio Grande do Norte. Também utilizo sites de profissionais de mídia, jornalistas ou não, dedicados à cobertura e comentários do cotidiano social, como Caldas, Castro, Costa e Wenzel, mencionados a continuação.

Sendo assim, descrevo o incidente a partir da narrativa de uma professora cuja identidade pode ser facilmente recuperada em plataformas digitais e que aqui não será mencionada dada sua escassa relevância para nosso estudo.

Em seus depoimentos à polícia, à mídia de referência e em seu perfil na plataforma de rede social Facebook, a professora, aqui denominada Professora de Indaial, expõe os motivos que a levaram a declarar-se publicamente sobre a ocorrência.

Conforme recolhe-se das manifestações referidas, foi durante sua aula no Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) de Indaial – SC, na manhã do dia 21 de agosto de 2017 (CASTRO, 2017a), que a professora teria pedido a um determinado aluno que colocasse seu livro didático sobre a mesa – livro que estava apoiado sobre o colo do jovem de 15 anos (WENZEL, 2017). De acordo com o relato da professora, tanto em seu perfil em plataforma de rede social quanto em boletim de ocorrência arquivado por ela e posteriormente divulgado, o jovem alterou-se, respondeu de maneira violenta e proferiu xingamentos. Em vista disso, a professora pediu que o jovem se retirasse da sala, rumo à diretoria da escola. Ainda de acordo com a professora, ao sair o jovem jogou o livro em questão em direção a ela. Quanto ao livro ter atingido a vítima ou não, as narrativas são conflitantes (G1 SC, 2017; UOL NOTÍCIAS, 2017b). Já na sala da direção, na presença da professora, da diretora e da secretária da escola, o jovem teria negado o ocorrido, exaltando-se e acusando a professora de mentir. Nesse momento, teria começado a agressão física do jovem para com a professora, por meio de tapas e socos que causaram lesão no olho direito da vítima. A professora recebeu pontos no supercílio e ficou com o olho direito roxo. Esses resultados da altercação foram publicados pela própria

professora em rede social, sendo as imagens propagadas por veículos de comunicação de massa da mídia tradicional (G1 SC, 2017; WENZEL, 2017).

Consta que a partir do registro de boletim de ocorrência feito pela professora, foi executado pela Polícia Civil um auto de apuração de ato infracional de adolescente, procedimento de investigação do ato específico quando o suspeito é menor de idade. Também, foi expedida guia para exame de corpo de delito da vítima, realizado no dia seguinte ao ocorrido (GZH, 2017). Durante a apuração, foram ouvidas a diretora e a secretária da escola, que confirmaram as agressões conforme relatadas pela vítima (CALDAS, 2017). Na quinta feira seguinte, dia 24, a apuração foi concluída e encaminhada à Justiça, indicando o aluno como culpado por lesão corporal. De acordo com o delegado responsável, o adolescente infrator poderia ser condenado a medida socioeducativa por meio de prestação de serviço, ou apreensão e internação (CALDAS, 2017).

Segundo a professora, era a primeira aula em que atuava com aquela turma específica e não conhecia o rapaz que a atingiu. A professora, com 51 anos na data do incidente, atuava há 12 anos no magistério, sendo docente da rede estadual de ensino do estado de Santa Catarina e contratada em caráter temporário (ACT) pelo município de Indaial, no Vale do Itajaí, para atuar em unidade de Ensino de Jovens e Adultos (EJA) (WENZEL, 2017). Em entrevista, concedida ao Diário Catarinense na noite do incidente, a professora se colocou como mulher forte, guerreira, propondo-se pessoalmente como “voz do magistério brasileiro” e afirmando sua luta a favor deste. Aludiu à “força divina” atuante sobre ela no momento da altercação, que a permitiu manter a calma diante da barbaridade que presenciava (WENZEL, 2017). Também colocou a si e a toda a categoria docente como vítimas de descaso da sociedade e da mídia, que estão “nos abandonando [ao magistério brasileiro], a sociedade, o governo, as famílias, todos têm culpa. Todos ajudaram a deixar meu olho roxo” (WENZEL, 2017).

Em condições que se acredita normais, a professora receberia apoio de seus contatos, seria abraçada pela sociedade ao compartilhar sua história, o que talvez tenha sido sua intenção ao postar em seu perfil pessoal de rede social. De ter seus apelos ouvidos, entendidos, ser reconhecida como vítima. Não foi o caso aqui.

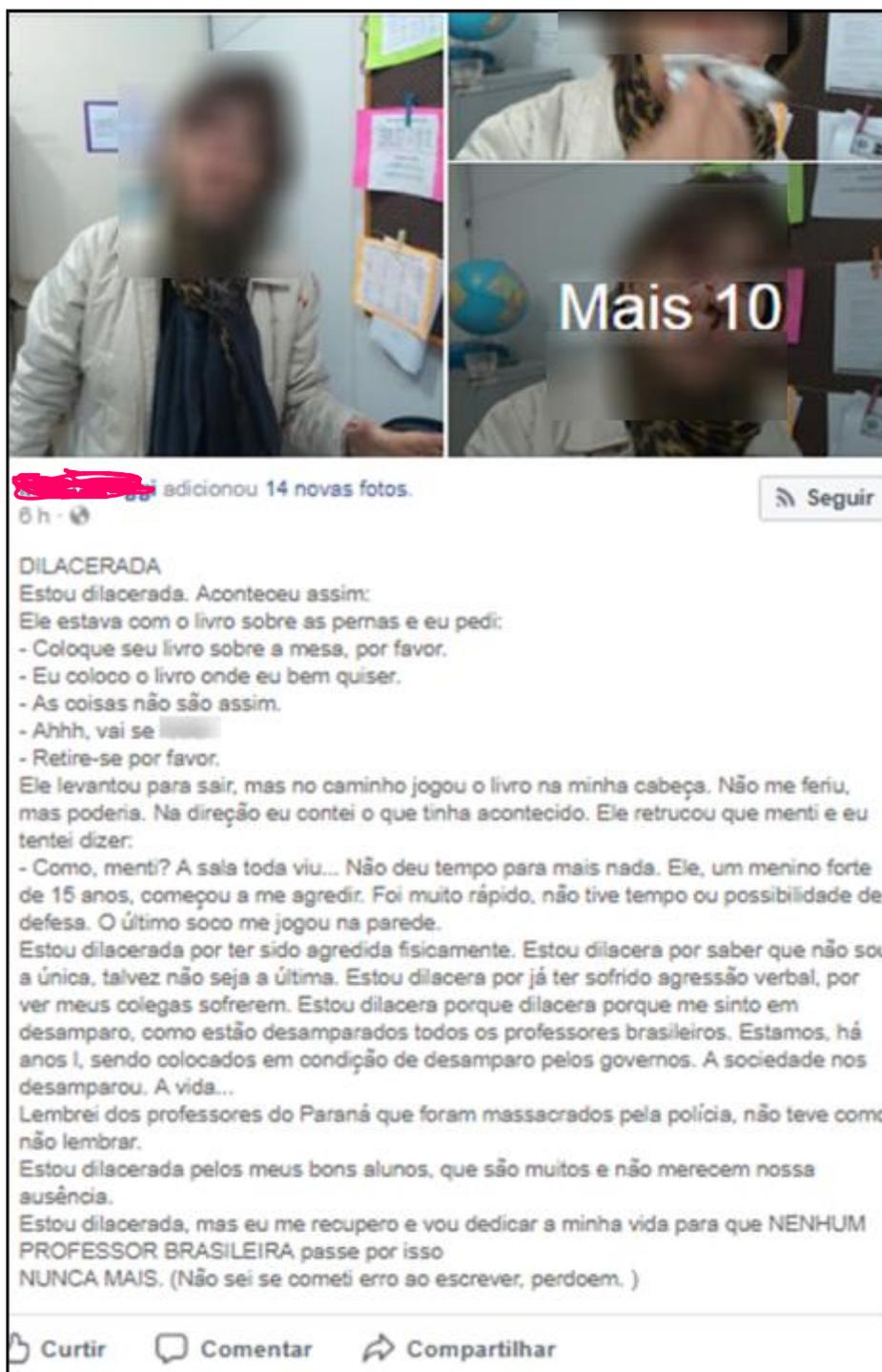
Entendo, a partir das análises que fazemos no GPForma, que por consequência da conjuntura social pela qual o Brasil passa, do *Zeitgeist* negativo que acometeu a sociedade brasileira no início do século 21, a configuração das relações sociais sofre profunda modificação. Aliada a isso, à emergência de inovações tecnológicas como as chamadas plataformas digitais (o que será discutido a seguir), há uma facilitação e/ou predisposição à

agressão aos profissionais da Educação, um mal-estar social que canaliza seu desconforto à/aos docentes e ao que ela/es representam.

Ao postar, na tarde do incidente, em seu perfil pessoal no Facebook sobre a agressão física sofrida em sala de aula (figura n.1 abaixo), a professora agredida recebeu mensagens de apoio de sua rede de contatos. No entanto, para além disso, ela foi vítima do que alguém interpretou como “manifestações de ódio” (CASTRO, 2017b; GZH, 2017). Abertamente apoiadora do Partido dos Trabalhadores e havendo publicado várias postagens sobre temas políticos, inclusive nos dias anteriores ao ataque, a professora foi ativa e violentamente criticada por seu posicionamento político na plataforma de rede social. Os comentários foram agressivos e de cunho pessoal, proferidos por atores abertamente filiados a movimentos de extrema direita (CASTRO, 2017b). Tal filiação, de acordo com a reportagem, pode ser observada nos perfis pessoais dos comentaristas e no cunho das postagens realizadas. A postagem em referência não está mais disponível no perfil da professora, existindo apenas uma captura de tela (G1 SC, 2017) como evidência de sua existência, captura esta que não mostra comentários ao post; portanto dependemos da narrativa publicada por veículos de mídia tradicional para debater sobre o assunto.

De acordo com Castro (2017b), as acusações de origem política aludiam ao apoio da professora, em seu perfil pessoal do Facebook, à jovem que atirou ovo no então deputado Jair Bolsonaro (PSD-RJ), no início do mês de agosto do mesmo ano (UOL NOTÍCIAS, 2017a). A professora também haveria associado o parlamentar ao neonazismo e teria pedido “ovadas” no então prefeito de São Paulo, João Doria (PSDB). O repórter coloca esses eventos como motivo para a origem das críticas recebidas pela professora. A partir disso, as agressões teriam sido percebidas pelo público como merecidas (CASTRO, 2017b). As referidas postagens da professora também não estão mais disponíveis em seu perfil pessoal, o que nos leva a depender da narrativa colocada pela mídia comercial.

Figura 1: Captura de tela da postagem original da vítima em seu perfil do Facebook.

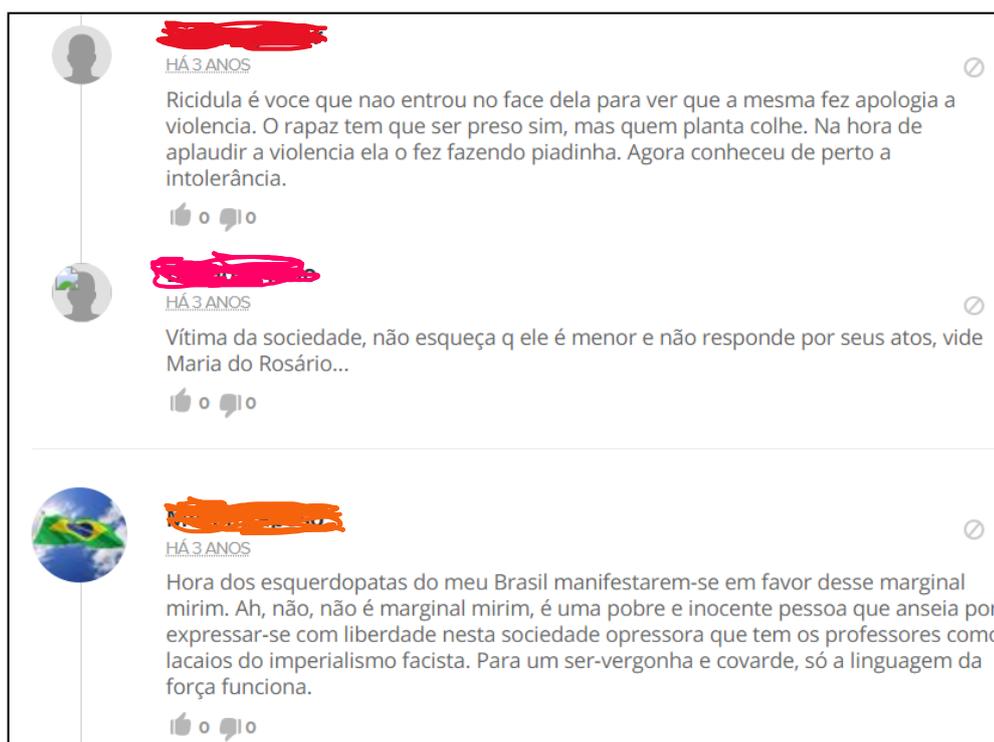


Fonte: G1 SC (2017).

Nas diversas publicações de caráter acusatório realizadas sobre o posicionamento político da professora, sobressai o contexto de polarização política. Nelas estão expressos juízos de valores de cunho político em manchetes como: “Pró-Lula e anti-Moro, professora agredida em SC gostou de ovadas em Doria e Bolsonaro” (COSTA, 2017); “Professora que elogiou

garota que deu ovada em Bolsonaro é agredida por aluno menor de idade em sala de aula” (RONDÔNIA REAL, 2017); “Professora agredida por aluno é acusada de fazer apologia à violência” (NOVO NOTÍCIAS, 2017); para citar algumas das manchetes publicadas. Nessas publicações jornalísticas, as quais se utilizam explicitamente de argumentos acusatórios e de caráter venal para com a professora, também os comentários variam em grau de violência, aludindo a questões políticas (figura n.2 abaixo).

Figura 2: Captura de tela de comentários sobre a matéria narrando o caso.



Fonte: G1 SC (2017).

Entendo que a violência manifesta nas interações relatadas e está que expressa de diversas maneiras reclama uma atitude reflexiva radical. Inicialmente, é necessário ponderar que há uma violência de fundo, procedente do padrão pedagógico em que provavelmente a professora foi formada, como tantas de sua geração, a qual coloca a relação professor-aluno como dicotômica e que dispõe previamente a professora e o aluno (repare-se a diferença de gêneros) numa relação de seu poder: a professora pedindo ao aluno que colocasse seu livro didático sobre a mesa.

Trata-se de um ambiente, a sala de aula em que a competência profissional teria determinado à professora exercer seu poder sobre a classe como um todo e os diferentes sujeitos presentes. Uma condição que demonstra sua capacidade profissional de disciplinar o ambiente

em que ela figura como responsável pela ordem. Trata-se de uma postura imposta pelo modelo fabril de ensino, vertical, dispondo o professor como autoridade na sala. E, de sua parte, existe a atitude do aluno adolescente que, ao responder agressivamente à figura de autoridade, denuncia sua falta de poder. Uma professora que profere palavras de ordem quanto ao local onde o aluno deve postar o livro didático e, em reação, um jovem alterando-se, respondendo de maneira verbal e fisicamente violenta.

Pergunto se talvez essas sejam ações e reações em certo sentido naturalizado na experiência escolar e se ela pode indicar todo um outro conjunto de violências.

Neste propósito, recolho uma narrativa jornalística que transcreve o depoimento do aluno para a Polícia Civil:

O garoto ainda contou à polícia que sempre viveu num ambiente de muita violência. Disse que assistia ao seu pai, alcoolatra, bater em sua mãe e que ele próprio às vezes era vítima. Numa oportunidade, teria ficado até em coma, relatou, acrescentando que estava frequentando a igreja evangélica e que não fazia uso de drogas. O menor foi levado para depor numa viatura descaracterizada, que entrou pelos fundos da delegacia. A polícia temia que ele pudesse ser linchado pela comunidade, dada a repercussão do caso, mas ninguém apareceu (GONÇALVES, 2017, online).

A sequência narrativa levantada de vários sites e matérias jornalísticas demonstra como o circuito violento se desprende de uma situação em sala de aula para a secretaria da escola, para a política, para a sociedade, para a rede social e para matérias jornalísticas de mídias comerciais. E aí, novamente, o ciclo se repete, agora considerando a violência do sistema escolar, policial e social contra o aluno e contra a professora, configurando uma manifestação do poder de Estado.

Observo que a professora apelar por socorro para a gestão exemplifica alguns vícios da Educação que trabalha dentro do modelo fabril, que separa teoria e prática – gestores e especialistas de um lado, professores do outro.

O jovem, ao negar o ocorrido em sala, exaltar-se e acusar a professora de estar mentindo, finalmente partindo às vias de fato, demonstra sua fragilidade pessoal. Um educando esperaria algo mais do ambiente escolar? Poderia ele estar tentando chamar a atenção? Seria um esforço direto, talvez infantil, de ganhar visibilidade para si? Seria sua reação possível frente a tantas mulheres - professora, diretora, secretária – que o colocavam em situação de julgamento avaliando-o por má conduta?

Igualmente, aponto para consideração se não seriam os comentários realizados em redes sociais mensagens indicando – gritando – EU ESTOU AQUI, como fazem adolescentes quando

pixam classes e portas de banheiros de escolas num impulso de marcar seu espaço, de ser reconhecido, de ter atenção relevante, de sair do anonimato no qual ingressaram no primeiro dia de escola, mesmo que muitos anos antes?

Nesse momento estou focando na violência exercida no nível do sujeito, a violência de nível micro, articulando sujeito-sujeito. Para isso, considero os atores envolvidos: a professora e o aluno envolvido. Mas também há os autores de outra manifestação de violência: os sujeitos usuários manifestos nas plataformas, jornalistas, profissionais de mídia e usuários que postaram comentários. Eles estão envolvidos na violência de nível macro, articuladora da conexão plataforma-sujeito. Tal conexão absorve todos eles que, em algum momento de suas vidas, foram alunos de algum docente, se não dessa professora ou escola em específico, e que parecem haver perdido a noção do impacto de suas manifestações quando as proferem no ambiente online. A atmosfera de linchamento moral articulada na circulação midiática referida (perfil pessoal em rede social, jornais online e comentários em posts) adquire uma grandiosidade que parece escapar ao controle dos atores nela envolvida.

A par dessa dimensão nova do ambiente digital, entendo ainda que se trata de um caso de professora (feminino) que reclama ter sido agredida em sala de aula e de um aluno (masculino) que a acusa de mentir e passa então a agredi-la verbal e fisicamente frente a outras testemunhas mulheres (feminino). Tais considerações expressam a necessidade de tratar das questões de gênero que, conforme já mencionei, atingem a uma profissão predominantemente exercida por mulheres. Haveria algum desconforto no modelo de escola exercitado por figuras femininas? Atitudes violentas poderiam decorrer da inadequação de adolescentes a ele? Tais questões evidentemente extrapolam os propósitos da presente tese, embora elas possam estar presentes no caso referido como “Professora de Indaial”.

Penso que os desdobramentos infelizes do caso suscitam angústia e não satisfizeram aos envolvidos. A mácula que caiu sobre suas identidades pode ser um fenômeno sem reparo. A aplicação de estigmas sociais a qualquer indivíduo afeta sua identidade e reputação de maneira indelével.

Por tudo isso, eu trouxe o lamentável caso da “Professora de Indaial” por pensar que se trata de um fenômeno que ilustra exemplarmente a tese aqui proposta, de que as redes sociais não são, em si, origem de violências. As violências não surgem única e simplesmente porque sujeitos estão inseridos em espaços online. Ao invés, são *mais* um espaço de expressão/materialização da violência mesma, que faz parte da sociedade e se expressa/materializa através dos fluxos simbólicos de um espaço imaterial.

Até aqui falei sobre violências. Creio ser momento para esclarecer os conceitos que permitem estudá-la para, no capítulo seguinte, retomar os fundamentos do ambiente digital e suas plataformas de interação.

2.2. AS VIOLÊNCIAS E OS CONCEITOS

Teço nesse momento um breve apanhado do tema violência e seu desenvolvimento na filosofia, e especialmente sobre a tensão violência-poder. Começo esclarecendo que os três autores usados aqui, Benjamin, Arendt e Han, escrevem originalmente em Alemão. Esse fato é relevante neste estudo pois, na língua alemã, a mesma palavra *Gewalt* pode ser usada para significar tanto violência quanto poder. E é a partir dessa tensão que construo a tese.

A duplicidade significativa da palavra pode causar confusões, como por exemplo a versão para o português do texto que serve de nossa base, no âmbito do GPForma e nosso projeto norteador, no estudo da violência. Estão disponíveis duas versões em português do texto “*Zur Kritik der Gewalt*”, que explicitam essa ambiguidade já em seus títulos: a versão traduzida por Willi Bolle, publicada em 1986, traduz o ensaio como “Crítica da violência – crítica do poder”; já a versão de João Barrento, publicada em 2013, titula o mesmo como “Para uma crítica da violência”. Bolle opta, conforme explica na apresentação à edição,

por esta tradução do original [...] uma vez que todo o ensaio é construído sobre a ambigüidade da palavra *Gewalt*, que pode significar ao mesmo tempo “violência” e “poder”. A intenção de Benjamin é mostrar a origem do direito (e do poder judiciário) a partir do espírito da violência. Portanto, a semântica de *Gewalt*, neste texto, oscila constantemente entre esses dois pólos [*sic*] (in BENJAMIN, 1986, p. 160).

Como pretendo mostrar a relação entre a violência em rede e o novo poder conquistado pelo sujeito indivíduo através da Internet, vejo como apropriada a afirmação de Bolle e pretendo aproveitar-me dessa ambiguidade. Benjamin está falando sobre a esfera do Direito, mas aproprio-me de seu pensamento para pensar essa nova forma de manifestação do poder que “se transforma em violência, no sentido forte da palavra, quando interfere em relações éticas” (BENJAMIN, 1986, p. 160). Quais são essas relações éticas no contexto da rede? Como elas se apresentam e efetivam?

A pergunta se torna ainda mais pertinente ao agregar a tecnologia a essa equação. Arendt (1970) discute a relação primordial entre esses três fatores, poder, violência e tecnologia:

Já que a violência – tão distinta do poder, vigor ou força – sempre necessita implementos [...], a revolução da tecnologia, uma revolução no fazer de ferramentas,

foi especialmente marcada pela guerra. A própria substância da ação violenta é governada pela categoria de meios-fim, cuja principal característica, se aplicada a questões humanas, sempre foi de que o fim está a perigo de ser sobrecarregado pelos meios que ele próprio justifica e que são necessários para alcançá-lo (ARENDRT, 1970, p. 4).

Dando um passo atrás, coloco os alicerces que apoiarão a construção da tese proposta. Começo esclarecendo que os três autores usados aqui, Benjamin, Arendt e Han, escrevem originalmente em Alemão. Esse fato é relevante neste estudo pois, na língua alemã, o mesmo termo *Gewalt* pode ser usado para significar tanto violência quanto poder. E é a partir dessa tensão que construo a tese.

Arendt (1970) aponta uma virada rumo à violência em fala de Sartre, para comentar sobre o fato de que essa virada passou despercebida até mesmo por aqueles (a Nova Esquerda e seu porta-voz mais qualificado) que propuseram a revolução a partir de uma lógica pacifista. Transpondo a tese aos dias de hoje, é possível que os designers dessa nova realidade utópica, mediada pelas TIC, não tenham percebido as violências embrenhadas naqueles novos sistemas propostos? Ou as múltiplas outras violências possíveis a partir desses produtos?

Cabe aqui falarmos da violência simbólica, como colocada por Bourdieu (1989) na obra intitulada *O poder simbólico*. Esta é “invisível”, psicológica, da ordem da comunicação em suas diversas formas. Trata-se do processo de perpetuação e imposição de determinados valores culturais, sendo maneira de dominação do outro através de um vínculo de subjugação-submissão do qual o dominado é cúmplice. Desenvolve, posteriormente e ao lado de Passeron (BOURDIEU; PASSERON, 1992), que a cultura, os sistemas simbólicos compartilhados por determinado grupo social, são arbitrários, variáveis entre grupos e tempos. É através dessa cultura que os grupos dominantes se legitimam, impondo e naturalizando seus valores e práticas por meio desse vínculo de subjugação-submissão. Ao chegar no estágio de naturalização, o dominado não tem mais força para responder ou se opor a essa imposição. Não se vê como vítima, e não vislumbra uma realidade distinta possível.

Arendt (1970, p. 12) afirma que “revoluções não são feitas intencional e arbitrariamente, mas são sempre e ubiquamente o resultado necessário de circunstâncias inteiramente independentes da vontade e orientação de grupos específicos e classes inteiras”. Diferente da violência apontada por Arendt que se efetiva de maneira aparente por meio de revoluções e guerras, Han (2017) chama atenção a uma nova configuração, uma nova topologia da violência, agora psíquica, psicológica e descorporificada.

A decapitação na sociedade da soberania, a deformação na sociedade disciplinar e a depressão na sociedade de desempenho são estágios da mudança topológica da violência, que é sempre mais internalizada, psicologizada e, assim, acaba se tornando invisível. Ela vai se livrando mais e mais da negatividade do outro ou do inimigo, tornando-se autorreferente (HAN, 2017, n.p.).

Essa nova topologia está ligada à tese de Han de que vivemos um novo momento, onde a sociedade não é mais controlada pela disciplina dos corpos, pela negatividade do Outro que tudo nega, mas pela internalização, autorreferencialidade, positividade do Eu que tudo pode. Aqui percebo uma falta na teoria de Han quando ele assume que já estamos completamente estabelecidos na sociedade do rendimento e que a sociedade disciplinar já foi suplantada. Especialmente quando ele afirma que “é cada vez mais comum que a violência da força bruta vá perdendo legitimidade não só no cenário político, mas também em quase todos os níveis da sociedade” (HAN, 2017, n.p.).

Acredito que não, que as duas coexistem, especialmente ao analisarmos o caso da Professora de Indaial, dado que o ataque online, em rede e impessoal, se sucedeu a um ataque offline, físico e pessoal. Posição que é corroborada pelo recente ataque a professor francês que resultou em sua morte por decapitação (AGENCE FRANCE-PRESSE, 2020), ato que remete ao poder e à violência como presentes na sociedade da soberania. Nesse caso, um indivíduo toma para si o poder de soberano, apontado por Han (2017) como obsoleto, sobre a morte de alguém que julga culpado. O fato de a vítima ser professor e de o caso ocorrer em meio aos embates frequentes entre o governo francês e grupos terroristas islâmicos, além da estruturação do fato através de redes sociais (FERNANDES, 2020), afirmam a coexistência dessas duas topologias da violência.

A meu ver, aí está uma das principais tensões, que inclusive é fator na existência das violências em rede e afeta direta e indiretamente a figura docente. A sociedade do rendimento colocada por Han (2015), inserida no projeto neoliberal e possível graças às TIC, ainda não está completamente atualizada no Brasil, porque o projeto neoliberal ainda não está completamente estabelecido. Estamos sim em transição, mas esta não foi efetivada em sua totalidade. Ainda vivemos e testemunhamos ocasiões de violência física e de violência biopolítica, além de violência psicológica e psicopolítica. É aqui que penso estarmos posicionados, vivendo as tensões dessa transição, truncada como está por resistências e por sua própria estrutura descentralizada.

Apoio-me em Zuin (2012) para discutir a questão da violência direcionada à figura docente. Segundo o autor, a violência, que é por si só implícita no processo de ensinar e aprender, ganha novas dimensões em tempos de TIC – destaque, intensidade e dramaticidade.

Para ele, trata-se de uma realidade onde existir é ser percebido. Nesse espaço, a sádica relação entre professores e alunos ganha visibilidade, se torna instigante. Em casos de agressão pública coletiva, como o da Professora de Indaial, por se tratar de interação em espaço público, configura-se como um convite a todos que a ela assistem para que participem: uma permissão social para se realizar todas as fantasias recalcadas ao longo dos anos de submissão a diferentes professores que, no momento da interação – da cena – são representados por aquele professor que está sendo violentado. As redes sociais, nesse contexto, são espaço privilegiado para os alunos e ex-alunos manifestarem o que pensam de seus mestres, falando de classe ou de indivíduo. É também uma maneira de cada um daqueles alunos, invisíveis na multidão, emitirem suas próprias mensagens, serem ouvidos e reconhecidos. Trata-se da “nova ontologia de nossos dias: quem não é percebido, não existe” (ZUIN, 2012, p. 13).

Essa violência é condizente com a declaração de Han sobre a topologia da violência na modernidade: “Ela já não é uma parcela de comunicação política e social, mas retira-se para espaços subcomunicativos, subcutâneos, capilares, intrapsíquicos. Desloca-se do visível para o invisível, do direto para o discreto, do físico para o psíquico, do marcial para o medial e do frontal para o viral” (HAN, 2017, n.p.). Esse segundo momento de violência direcionada à professora é da ordem do invisível pois, diferente da primeira violência, que deixou marcas visíveis no rosto da professora, essas ações não são visíveis, seus impactos não são percebidos por aqueles que agem.¹⁰ É da ordem dos comentários “lacradores”, dos “cancelamentos”, daquelas violências apoiadas na dramaticidade da performance e efetivadas pelo discurso. Por serem direcionadas a sujeitos descorporificados, são tão invisíveis quanto seus resultados que, por serem imaginados, podem ser tão espetaculares quanto o desejado. Porém, essas ações deixam rastros, que sim são visíveis (RECUERO, 2009). Essa é a especificidade das plataformas, o que diferencia a prática da violência se comparada à existência offline. Especificidade essa que já se anuncia na produção cultural vinda de Hollywood. Especificidade também das plataformas e algo a ser pensado.

Em entrevista, Žižek afirma que o “cinema é uma máquina ideológica por excelência. Se você quer entender o que acontece hoje em nossas sociedades, basta olhar os *blockbusters* de *Hollywood*” (ROMNEY, 2013). *Blockbusters* são aqueles filmes que, ao mesmo tempo, tornam a audiência, a) parte de um fenômeno global, de uma conversa maior, e b) lhe permitem escapar da realidade, o que se traduz por sua vez em altos rendimentos para os estúdios

¹⁰ Conforme pode ser visto em *selfie* que ela mesma publicou em seu perfil do Facebook e que foi veiculada em diversas publicações posteriores, como já descrevemos anteriormente (SILVEIRA-NUNES; TREVISAN, 2018a).

(DELFINO, 2018). E alimentam o tédio com violência gratuita, remontando ao circo romano. Sobre a relação entre tédio e violência, volto-me a Weil (2000) quando este afirma que a violência é o único passatempo. Trata-se, nesse caso, de uma “violência desinteressada, aquela que é, ela mesma, o seu próprio fim, quer seja dirigida contra os outros quer contra si mesmo” (WEIL, 2000, p. 63).

Seguindo essa lógica e analisando a lista dos maiores *blockbusters* do milênio, classificados por valor arrecadado nos EUA (CLARK, 2020), chegamos a 14 filmes com temática de violência, em suas múltiplas e diversas formas. Considerando tratar-se de 20 filmes, e que os restantes 6 são de temáticas voltadas ao público infantil, em minha interpretação esses dados falam muito sobre as preferências de nossa sociedade. Se nossas escolhas em conteúdo de entretenimento são pautadas pelo que nos é ofertado, ou vice-versa, é outro debate para outra hora. Nesse momento, interessa considerar a centralidade da representação da violência na sociedade contemporânea.

Eu ampliaria essa afirmação de Žižek para abarcar também as séries, como *Black Mirror* e seu sucesso mundial, além de muitas outras disponíveis nos catálogos dos serviços de *streaming*. Basta uma olhada rápida pelos catálogos de plataformas como Netflix e Prime Video para saber que conteúdo violento não falta. No contexto atual de digitalização do cotidiano, “imagens não são tomadas como exemplos de mimese, mas revelam realidades que não são acessíveis através de palavras e textos” (CARLSEN; SALAM; MILLER, 2018).

Claro, não podemos esquecer os livros, outro produto midiático. Em *Submissão*, romance de Michel Houellebecq lançado em 2015, sob bastante alarde, a narrativa mostra o processo de decadência e submissão de uma cultura a outra, através de vias legais e democráticas, resultado da escolha de uma sociedade. Materializa – em forma de romance – a violência simbólica de Bourdieu (1989) como o processo de subjugação-submissão ao qual uma sociedade se submete.

Como resultado dessa digitalização do cotidiano, agrego aqui também os memes como um balizador social. Miller et al (2016) apontam que esse tipo de conteúdo age como uma maneira de policiamento moral da Internet, através do qual usuários expressam seus valores e depreciam os do outro de uma maneira mais aceitável e menos direta. Considerando que esse tipo de conteúdo “só é capaz de se replicar conforme o ambiente sociocultural no qual está inserido” (MAIA; ESCALANTE, 2014), e que vivemos atualmente um momento de extrema violência, seja ela física ou simbólica, ou qualquer de suas possíveis articulações, vejo aqui relevância para sua inserção na discussão.

A Internet traz voz aos que antes eram calados. Com a voz, vem o poder e, em consequência, a violência. São várias as maneiras de expressão dessa violência social cada vez mais disseminada. Uma das maneiras de propagação da violência em rede que proponho é o meme. O meme, no contexto da Internet, é

uma mensagem quase sempre de tom jocoso ou irônico que pode ou não ser acompanhada por uma imagem ou vídeo e que é intensamente compartilhada por usuários nas mídias *[sic]* sociais [...] [pode ser considerado] tudo aquilo que se transmite através da repetição, como hábitos e costumes dentro de uma determinada cultura [...] uma “unidade” propagada ou transmitida através da repetição e imitação, de usuário para usuário ou de grupo para grupo (TORRES, 2016, p. 60).

Os memes, por serem apropriações temáticas do cotidiano social que vão desde o humor à política, funcionam como um termômetro social. Ainda mais dada a facilidade de sua propagação nos contextos de plataformas, combinada ao fato de serem mensagens de compreensão rápida e fácil (TORRES, 2016). Essa facilidade é, a meu ver, fator preocupante na cultura dos memes. O mundo é cada vez mais visual, especialmente desde a explosão das plataformas de redes sociais. Vivemos em um

mundo onde o que vemos tem muita influência em nossa capacidade de opinião, é mais capaz de despertar a subjetividade e de possibilitar interferências de conhecimento do que o que ouvimos ou lemos. [...] não nos soa estranho que hoje se fale com preocupação de ‘analfabetos visuais’ (HERNÁNDEZ, 2007, online).

Considerando o analfabetismo visual na sociedade contemporânea (RECH; SCHUTZ, 2018), e que este se aplica àquelas pessoas que não sabem construir narrativas com imagens ou não dispõem “de uma linguagem imagética ou pictórica que dê conta de explicar e analisar a imagem” (MOTTER, 2005, p. 202), é possível que, através de memes, usuários de plataformas estejam propagando violências sem nem mesmo o saber. Ainda mais considerando que a maioria dos compartilhamentos de conteúdo nas redes são de memes, que suas origens são incertas e que compartilhamento de conteúdo alheio parece ser a principal forma de comunicação em rede no Brasil.¹¹

Há muita diferença entre consumir conteúdo visual, como memes, e atribuir-lhe sentido, de fato contextualizar o que é visto o suficiente para poder interpretar, “ou seja, transpor o limiar do estímulo visual para transformá-lo em linguagem e assim submetê-lo a um processo analítico para alcançar a leitura crítica das imagens” (MOTTER, 2005, p. 203). Aqui, acredito, está o

¹¹ Afirmo a partir de observação empírica por não haver, ainda, encontrado referências discutindo o assunto.

potencial da propagação da violência através de memes, aferido no caso Barbara Kely (COELHO; MARTINS, 2018), artista transexual amapaense que ganhou evidência na cidade de Macapá e passou a protagonizar uma série de memes, sendo assim vítima de violência simbólica (HAN, 2017). O fato de os artefatos, memes mostrando fotos de Barbara Kely com sua moto e textos curtos de cunho humorístico de comentário social, terem ganho notoriedade suficiente para serem estudados em âmbito acadêmico atesta seu alcance e sua importância. Questiono se o público responsável por essa propagação o fez com plena consciência da violência simbólica de sua ação. Se esse público realizou “o processo de análise [que] passa pela linguagem verbal, que permite desmontar e remontar, contextualizar e recontextualizar imagens para interpretá-las adequadamente” (MOTTER, 2005, p. 203).

O tema do analfabetismo visual se torna ainda mais preocupante dado o fato de vivermos uma sociedade cada vez mais visual (HERNÁNDEZ, 2007), onde “Milhões de pessoas cresceram em meio à profusão de imagens que ela difunde e aprenderam a conhecer um mundo construído segundo os cânones dos arquitetos dessa indústria cultural cuja preocupação é promover a voracidade do consumo” (MOTTER, 2005, p. 203), ainda mais ao considerarmos as novas maneiras de consumo propiciadas pelas plataformas.

Dado que “subjetividades são produzidas e transitam de maneiras reflexivas e corporificadas” (HERNÁNDEZ, 2007, p. 29), aliado ao poder persuasivo de imagens, especialmente em situações de socialização em rede, onde a comunicação é mediada por representações visuais, através de artefatos, na consolidação das relações com grupos; nessa circunstância, um possível analfabetismo visual mostra potencial aterrorizante. Especialmente seu potencial para a violência.

Outro tipo de conteúdo que vem ganhando bastante popularidade é o discurso de ódio, que pode ou não vir agregado a memes. Este se tornou usual nas plataformas brasileiras, até normalizado, como comprovado por levantamento de publicações sobre temas como racismo, homofobia e posicionamento político, nas três principais redes sociais acessadas no Brasil (Facebook, Twitter e Instagram). Os resultados da pesquisa mostram que 84% das publicações analisadas apontam para um posicionamento negativo sobre os temas, especialmente o posicionamento político, “Como resultado do panorama político gerado a partir das eleições de 2014, ‘coxinhas’ e ‘petralhas’ realizam intenso debate nas redes, na maioria das vezes com xingamentos e discursos rasos, que incentivam o ódio e a divisão” (MATSUURA, 2016, online). Ódio às mulheres, de acordo com o estudo, é o segundo colocado, sendo que o conteúdo aborda “Assédio, pornografia de vingança, incitação ao estupro e outras violências [que] são, por vezes, travestidos de ‘piadas’ que são curtidas e compartilhadas, reforçando no ambiente

virtual o machismo *presente na sociedade*” (MATSUURA, 2016, online, ênfase minha). O terceiro maior alvo de violência apontado pelo estudo são pessoas com alguma deficiência, sendo usados, nessas publicações, termos como “‘leproso’ e ‘retardado mental’ e o uso da deficiência para ‘justificar’ direitos” (MATSUURA, 2016, online).

Quanto à contenção da disseminação desse tipo de conteúdo, a estratégia de autoridades brasileiras segue o modelo usado pela maioria dos países e que está estruturada em três passos:

Primeiro precisa ser recebida a denúncia (que pode ser feita anonimamente online e é encaminhada ao Ministério Público, que decide sobre a investigação e instauração de inquérito); depois é solicitada a remoção do conteúdo (Facebook, Google ou outra plataforma são informados sobre a existência da página e a apagam); e por último ocorre a responsabilização do autor da postagem (o crime de racismo, que corresponde a 28% das denúncias, é inafiançável e imprescritível no Brasil) (PUGLIERO, 2018, online).

Essa contenção é responsabilidade das próprias plataformas primariamente. Em casos mais graves, e/ou aqueles que ganham tração midiática, órgãos de governo têm intervido, baseados na respectiva legislação nacional. Trata-se de casos pontuais, que informam novas iterações das políticas de uso das plataformas.

Outro modo de identificação desse conteúdo impróprio é a moderação do conteúdo por parte das plataformas. Estas têm total direito de excluir ou limitar acesso a conteúdo determinado “ofensivo”, que não esteja de acordo com as diretrizes da plataforma, os “Padrões da Comunidade”¹² no Facebook, colocadas ao usuário no momento de sua inscrição e, posteriormente, apresentadas cada vez que este documento é atualizado. Quanto à violência, a plataforma afirma o seguinte:

Nosso objetivo é evitar potenciais danos offline que possam estar relacionados a conteúdo do Facebook. Embora entendamos que as pessoas comumente expressam desdém ou desacordo por meio de ameaças ou incitação à violência de maneira cômica, removemos palavras que incitem ou facilitem qualquer violência grave. Removeremos conteúdo, desativaremos contas e poderemos acionar as autoridades locais se notarmos um risco real de dano físico ou ameaça direta à segurança pública. Também procuramos levar em conta a linguagem e a situação para poder distinguir declarações casuais de conteúdo que constitua uma ameaça real à segurança pública ou pessoal. Quando tentamos determinar se uma ameaça é real, podemos levar em conta também informações adicionais, como a visibilidade pública de uma pessoa e os riscos a sua segurança física.

Em determinados casos, constatamos ameaças condicionais ou de intenção dirigidas a terroristas e outros agentes violentos (por exemplo, os terroristas merecem morrer),

¹² Disponível em < <https://www.facebook.com/communitystandards/>>.

e as refutamos por ausência de indícios credíveis específicos (FACEBOOK, 2020, online).

O texto é seguido por um conjunto de diretrizes do que não pode ser publicado e está sujeito a ser apagado. Para impor essas diretrizes, algo que ainda depende do fator humano, contratam “trabalhadores precarizados, muitos dos quais experienciam sintomas de trauma após ver milhares de imagens perturbadoras e violentas a cada dia” (MOZILLA FOUNDATION, 2019). Esses moderadores de conteúdo também, estão sujeitos a altos níveis de violência: 1) por terem que analisar 25.000 (vinte e cinco mil) imagens por dia; 2) por fazerem isso após cinco dias de treinamento e sem nenhum tipo de apoio psicológico. Considere-se ainda que se tratam de jovens, de 18-19 anos, recém saídos da escola e 3) ao assinarem o contrato de trabalho, estão incapacitados de sair do emprego ou de comentar sobre o que fazem, sujeitos a pena de multa contratual excessivamente superior a seu salário ou possibilidade de pagar. “É por uma boa razão que Facebook terceiriza esse trabalho para as Filipinas [um dos países escolhidos] porque há tanta pressão social envolvida: o salário não é só do trabalhador – frequentemente é para toda a família, até 8 a 10 pessoas. Não é fácil largar esse emprego” (WRAY, 2018, online). Quanto à violência simbólica, mais difícil de ser comprovada por ser considerada de natureza subjetiva, sua identificação e contenção nas plataformas se torna mais difícil. Sua identificação depende da sinalização de usuários, sendo o método e resultado da análise de denúncias um mistério.

Há também o fenômeno, que não sei como categorizar - se seria um meme ou um movimento de discurso de ódio coletivo, ou os dois -, das correntes de comentários violentos direcionados a um ator específico. Penso aqui no fenômeno, logo após a posse do Presidente Michel Temer, de comentários usando o emoji para significar vômito em todas suas postagens em mídias sociais. O mesmo pode ser observado no caso da Professora de Indaial quando qualquer postagem relacionada a ela e ao caso, independente de natureza ou mídia, era inundada de comentários violentos. Em ambos os casos, há suspeita do emprego de *bots* (mas nenhuma comprovação para o sim ou para o não), o que implica mais um nível de violência invisível.

Outro fenômeno de natureza estrutural é o processo de “uberização”¹³ do professor (EXTRA CLASSE, 2020), de transformá-lo em pessoa jurídica que presta serviço a outra pessoa jurídica, ou que faz uso de uma plataforma para entrar em contato com possíveis

¹³ Referência ao aplicativo de transporte que permite a busca por motoristas, baseada na localização, similar ao táxi. Porém, ao usar esse tipo de plataforma, o prestador de serviço não cria qualquer tipo de vínculo empregatício com a empresa, ficando em situação precarizada já que é esse vínculo que lhe assegura os direitos trabalhistas devidos aos colegas de classe que têm posição legalizada.

colaboradores/parceiros/clientes. Este é mais um passo no projeto de desmonte do setor público, nesse caso a Educação. Agindo de maneira lateral, usando discurso de que pretende sanar a “maior dor das escolas públicas e privadas” a falta de professores e aulas vagas” (EXTRA CLASSE, 2020, online), uma das consequências desse modelo de negócio é levar esse sujeito, essa figura do professor que é agente do estado, de manutenção do sistema obsoleto que se pretende derrubar, à condição de auto-explorador de si mesmo, um sujeito do desempenho (HAN, 2016), projeto auto-gestado a serviço do capital, não mais do estado que deixa de existir. Essa é uma das violências às quais a figura docente está sujeita, como vítima de um poder fora de seu controle, através do uso das redes para a precarização de toda uma classe. Não só, a Internet possibilita uma nova forma de definição da identidade do sujeito pelo sujeito - relação si-si mesmo. É o caráter linguístico da experiência que permite a compreensão de si e das possibilidades de transformação de si e do mundo.

Os professores de hoje, e de algum tempo por vir, se veem e se verão passando por essa transição analógico-digital. As tecnologias digitais e tantas outras alterações na maneira como nos relacionamos com o mundo, através de dispositivos e tecnologias, são recentes. Já causaram grande impacto, e causarão ainda mais. Tecnologia, inovação, design, são termos que já estão inseridos no cotidiano, mas que causam confusão e questionamento a muitos. Seu impacto pode ser visto e seu futuro já é preconizado pela ficção científica (como sempre é) em séries como *Black Mirror*. Como preparar docentes (atuantes e em formação) para essa nova realidade, que já tomou conta do nosso cotidiano?

Considerando que a tecnologia foi imposta a todos, especialmente aos professores, como a grande promessa do futuro agora; e que alguns dos usuários não são nativos digitais e não possuem/não desenvolveram/não querem desenvolver fluência digital, vejo essa imposição tecnológica como uma violência estrutural (HAN, 2017), exigindo o emprego cotidiano de todas essas tecnologias que estão em constante evolução; e demandando a adaptação e constante atualização a novos modelos mentais para pensar saberes já estabelecidos. A própria aceitação da tecnologia é uma imposição violenta: a possível não pertença ao “mundo”, a um grupo social resultante do não acompanhamento das evoluções da tecnologia corrente, pode gerar consequências impensáveis (MOSÉ, 2013). Considere aqui o poder político que sindicatos de professores tiveram no passado, e que perdem mais a cada ano.

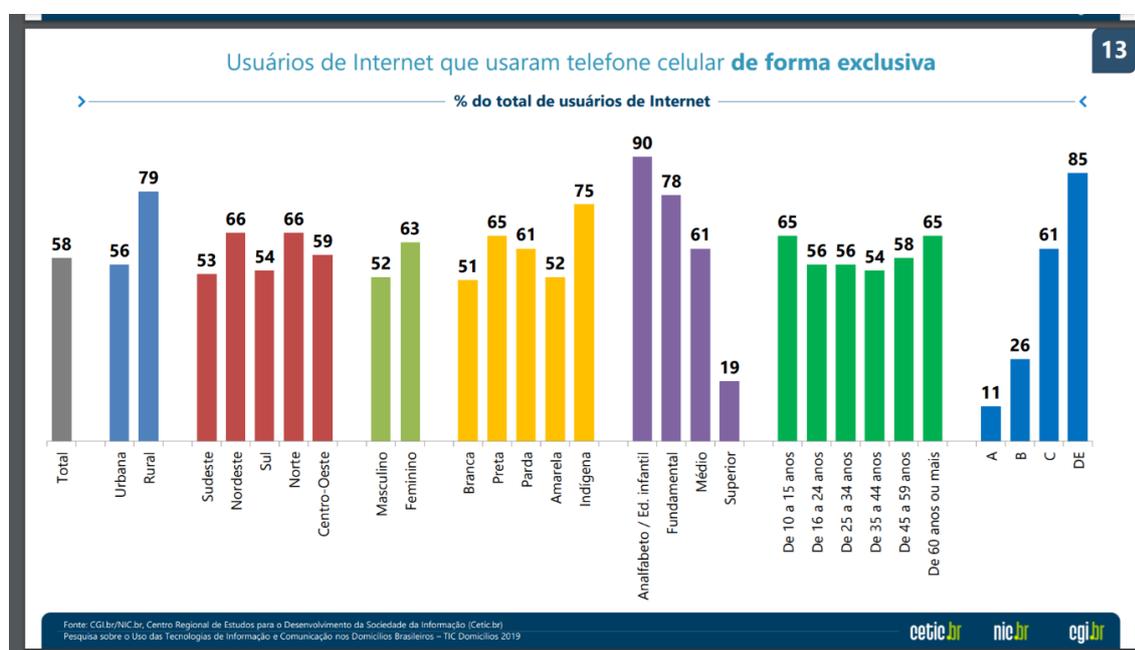
Mais um vetor de violência em rede, que se tornou ainda mais visível durante a pandemia de Covid-19, está no próprio acesso à Internet. Apesar de $\frac{3}{4}$ da população terem acesso (CETIC.BR, 2020), para parte da população esse acesso ainda é limitado ao conteúdo disponível nas plataformas de acesso gratuito de acordo com seu plano de serviços. Esse

controle sobre o conteúdo acessado, além de ser uma escolha intencional no design da plataforma, é forma velada de direcionamento do usuário, configurando-se como uma violência a nível micro, as quais

se referem às estruturas implícitas que estabelecem e estabilizam uma ordem de domínio, e que, como tais, eximem-se de visibilidade. [...] As estruturas edificadas e implícitas no sistema social fazem com que persistam os estados de injustiça; estabelecem e descrevem as relações de poder desiguais, sem se revelarem como tais [...]. Em virtude de sua invisibilidade, as vítimas da violência não têm consciência direta do contexto de domínio. E isso é que caracteriza sua eficiência (HAN, 2017, n.p.).

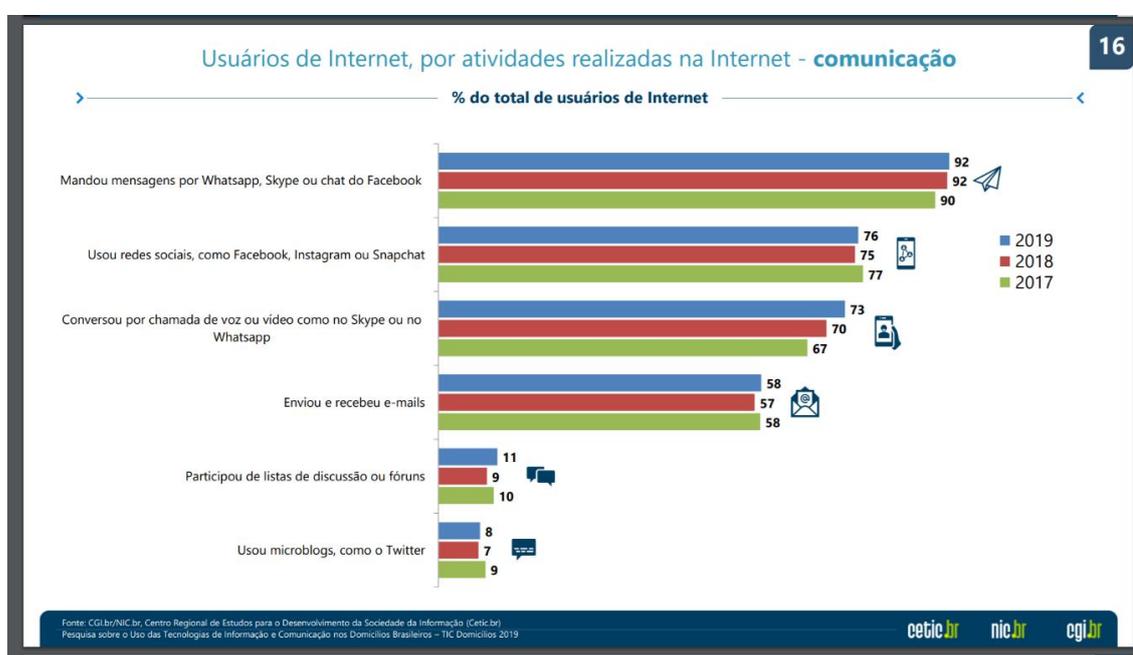
Estudo aponta que 3 em cada 4 brasileiros acessam a Internet (CETIC.BR, 2020). Mais especificamente, 133,8 milhões de brasileiros em maio de 2020, o que equaliza 74% da população. Desses quase 134 milhões, 99% afirmam que o celular é o dispositivo mais utilizado para o acesso, sendo que 58% afirmam utilizar apenas esse dispositivo para acesso à rede. Usuários de Internet que usam telefone celular de forma exclusiva correspondem, classificando por classe econômica, a 85% nas classes DE, 61% na classe C, 26% na classe B e 11% na classe A. Já classificando entre áreas, 79% dos usuários residentes em áreas rurais acessam a Internet exclusivamente via celular, enquanto em áreas urbanas esse número cai para 56%. O que é ilustrado pela figura n.3 abaixo.

Figura 3: Usuários de Internet que acessam apenas por celular.



Destaco esses números não apenas para pintar um panorama do uso da Internet no país, mas também para chamar atenção a um fato que é pouco explorado. O de que o maior uso da Internet é para atividades relacionadas às plataformas de redes sociais (figura n.4 abaixo), especialmente Facebook e WhatsApp, *locus* da maioria dos casos de violências em redes, incluindo aqui discurso de ódio e *cyberbullying*, além da propagação de *fake news* (TIBURI, 2019). plataformas essas que são de livre acesso (mediante consumo mínimo), não usando o plano de dados, fator decisivo na escolha por seu uso pelos usuários de planos do tipo pré-pago e controle de celular das 3 maiores operadoras do mercado, que compreendem a maior parcela de conteúdo consumido digitalmente, sendo que a maior parte dos consumidores com esse perfil pertence às classes B/C/D/E (CALDAS; CALDAS, 2019).

Figura 4: Usuários de Internet por atividade realizada.



Fonte: Cetic.br (2020).

De acordo com os resultados desses relatórios, a marca da Internet no Brasil é a desigualdade social. O acesso pela população de mais baixa renda está limitado ao que é acessível de maneira gratuita e controlada pelo Facebook, principalmente via WhatsApp.¹⁴ O acesso a outros conteúdos, não controlados por essa empresa e consequentemente não direcionados, está restrito à parcela mais rica da população. Tal fato ficou explícito durante a

¹⁴ A empresa Facebook tem em seu mix de produtos os aplicativos Facebook, Facebook Messenger, WhatsApp e Instagram, 4 das 5 plataformas mais utilizadas no país (IMME, 2020).

pandemia de Covid-19, quando o ensino em todos os níveis se viu obrigado a adotar a mediação tecnológica para sua realização. Ainda não estão disponíveis dados científicos sobre o uso de plataformas digitais para a Educação durante esse período; porém, através de conversas com colegas professoras da rede pública, percebo empiricamente que o Facebook e o WhatsApp são as maneiras mais fáceis de distribuição de conteúdo aos alunos (quando o uso de tecnologias é possível), estando esse material restrito a textos e imagens, já que exigem menor qualidade de conexão. Ao passo que o trabalho do professor aumentou muito na pandemia, implicando uma série de novos relatórios a serem preenchidos cotidianamente, temos também o senso comum que afirma que o “ano foi perdido”, muito propagado em redes sociais e que transparece que o professor não trabalha e/ou é inútil.

Esse tipo de violência à qual a figura docente está sujeita, configurada como discurso de ódio e replicada quanto a discurso social, vai ao encontro da proposta da Indústria Cultural do esvaziamento subjetivo do sujeito para criar consumidores vorazes (TIBURI, 2019). Proposta essa que, no contexto da Indústria Criativa, onde estão inseridas as plataformas digitais e outros setores produtivos ligados às novas TIC, trabalha-se a partir do mesmo esvaziamento, agora disfarçado de empoderamento, de voz individual. Este novo modelo cria consumidores ativos além de vorazes que, através de sua (pseudo) subjetividade, compartilham e/ou criam conteúdos para plataformas que de outra maneira não teriam conteúdo, enquanto consomem os produtos de outrem, também consumidores ativos empoderados de conteúdos replicados “na forma de discursos, ideias, imagens, mecanismos, aplicativos, programas” (TIBURI, 2019, p. 49). Muitas vezes sem perceberem que estão praticando ou participando de ato de violência contra um alvo desconhecido. Ou possivelmente, como no caso da Professora de Indaial, conhecendo o alvo primário (a professora) mas ignorante das vítimas secundárias (a categoria docente e a si mesmos). Essas são as instâncias de violência e sua expressão que consegui identificar até o momento. Como o estudo proposto está, em seu recorte, limitado às violências direcionadas à Educação, a questão aqui colocada é como discernir quais dessas violências afetam diretamente a figura docente e como o fazem.

Cabe aqui falarmos da violência simbólica, como colocada por Bourdieu (1989) na obra intitulada *O poder simbólico*. Esta é “invisível”, psicológica, da ordem da comunicação em suas diversas formas, o que a liga diretamente à proposta de Han. Trata-se do processo de perpetuação e imposição de determinados valores culturais, sendo maneira de dominação do outro através de um vínculo de subjugação-submissão do qual o dominado é cúmplice. Desenvolve, posteriormente e ao lado de Passeron (BOURDIEU; PASSERON, 1992), que a cultura, os sistemas simbólicos compartilhados por determinado grupo social, são arbitrários,

variáveis entre grupos e tempos. É através dessa cultura que os grupos dominantes se legitimam, impondo e naturalizando seus valores e práticas por meio desse vínculo de subjugação-submissão. Ao chegar no estágio de naturalização, o dominado não tem mais força para responder ou se opor a essa imposição. Não se vê como vítima, e não vislumbra uma realidade distinta possível.

Arendt (1970) aponta uma virada rumo à violência em fala de Sartre, para comentar sobre o fato de que essa virada passou despercebida até mesmo por aqueles (a Nova Esquerda e seu porta-voz mais qualificado) que propuseram a revolução a partir de uma lógica pacifista. Transpondo a tese aos dias de hoje, é possível que os designers dessa nova realidade utópica, mediada pelas TIC, não tenham percebido as violências embrenhadas naqueles novos sistemas propostos? Ou as múltiplas outras violências possíveis a partir desses produtos? A autora afirma ainda que “revoluções não são feitas intencional e arbitrariamente, mas são sempre e ubiquamente o resultado necessário de circunstâncias inteiramente independentes da vontade e orientação de grupos específicos e classes inteiras” (ARENDR, 1970, p. 12). Talvez seja esse o caso das violências em rede: assim como as revoluções, também as violências resultam de circunstâncias independentes de grupos governantes específicos?

Diferente da violência apontada por Arendt que se efetiva de maneira aparente por meio de revoluções e guerras, Han (2017) chama atenção a uma nova configuração, uma nova topologia da violência, agora psíquica, psicológica e descorporificada.

A decapitação na sociedade da soberania, a deformação na sociedade disciplinar e a depressão na sociedade de desempenho são estágios da mudança topológica da violência, que é sempre mais internalizada, psicologizada e, assim, acaba se tornando invisível. Ela vai se livrando mais e mais da negatividade do outro ou do inimigo, tornando-se autorreferente (HAN, 2017, n.p.).

Essa nova topologia está ligada à tese de Han de que vivemos um novo momento, onde a sociedade não é mais controlada pela disciplina dos corpos, pela negatividade do Outro que tudo nega, mas pela internalização, autorreferencialidade, positividade do Eu que tudo pode. Aqui percebo uma falta na teoria de Han quando ele assume que já estamos completamente estabelecidos na sociedade do rendimento e que a sociedade disciplinar já foi suplantada. Especialmente quando ele afirma que “é cada vez mais comum que a violência da força bruta vá perdendo legitimidade não só no cenário político, mas também em quase todos os níveis da sociedade” (HAN, 2017, n. p.).

Acredito que não, que as duas coexistem, especialmente ao analisarmos o caso da Professora de Indaial, dado que o ataque online, em rede e impessoal, se sucedeu a um ataque

offline, físico e pessoal. Posição que é corroborada pelo recente ataque a professor francês que resultou em sua morte por decapitação (AGENCE FRANCE-PRESSE, 2020), ato que remete ao poder e à violência como presentes na sociedade da soberania. Nesse caso, um indivíduo toma para si o poder de soberano, apontado por Han (2017) como obsoleto, sobre a morte de alguém que julga culpado. O fato de a vítima ser professor e de o caso ocorrer em meio aos embates frequentes entre o governo francês e grupos terroristas islâmicos, além da estruturação do fato através de redes sociais (FERNANDES, 2020), afirmam a coexistência dessas duas topologias da violência.

A meu ver, aí está uma das principais tensões, que inclusive é fator na existência das violências em rede e afeta direta e indiretamente a figura docente. Essa sociedade do rendimento colocada por Han (2015), inserida no projeto neoliberal e possível graças às TIC, ainda não está completamente atualizada no Brasil, porque o projeto neoliberal ainda não está completamente estabelecido. Estamos sim em transição, mas esta não foi efetivada em sua totalidade. Ainda vivemos e testemunhamos ocasiões de violência física e de violência biopolítica, além de violência psicológica e psicopolítica. É aqui que penso estarmos posicionados, vivendo as tensões dessa transição, truncada como está por resistências e por sua própria estrutura descentralizada.

A professora atuava no momento do fato narrado na condição de ACT (Professores Admitidos em Caráter Temporário), na rede pública estadual de ensino – SC. Borges (1995) os define como “bóias-frias”, sendo o regime de trabalho remanescente da ditadura, adaptado à nova realidade trazida pela Constituição de 1988. Tal movimento vem como resposta à atuação da Associação dos Licenciados de Santa Catarina (ALISC), organismo da sociedade civil catarinense instituído na década de 1960 objetivando reconhecimento da profissionalização docente pelo governo do Estado.

De acordo com a autora, a adoção da lei especial é na verdade alternativa à contratação via CLT, sendo que a nova lei especial não traria “repercussões na folha de pessoal do Estado, salvo quanto ao custo do professor substituto habilitado” (BORGES, 1995, p. 121), ou seja, férias, 13º salário, e outros direitos trabalhistas, os quais seriam instituídos caso a nova CLT fosse adotada. A autora menciona a ALISC que, agora na condição de Sindicato e após 30 anos de atuação (à época da publicação original), não questiona “o modo como esses profissionais são enquadrados, [...] [mas reivindicam] algumas migalhas convencionadas como direitos dos ACTs: uma lei especial para eles, certos benefícios que amenizem a precária condição em que permanecem como temporários” (p. 122). Essa situação não só desqualifica a figura social docente, mas também a escola pública.

Desqualificação esta que não se evidencia apenas porque o trabalho pedagógico é desenvolvido por um professor Admitido em Caráter Temporário, mas porque essa situação implica em grande rotatividade e possibilita que pessoas não habilitadas adentrem as salas de aula com status de professor, um quadro predominante nas escolas públicas estaduais.

A escola, como o lugar onde o professor exerce o seu trabalho, também é um espaço de formação da consciência profissional de educador. Esta consciência não pode ser construída por aqueles que não têm compromisso com a profissão, porque não são professores e assumem o trabalho escolar como “um bico”, expressão que indica uma pequena complementação salarial [...] como muitos alegam (BORGES, 1995, p. 122).

Para Borges (1995), essa precarização docente é proposital, sendo aposta do Estado para garantir economia para o tesouro público, dificuldade na organização sindical e, mais importante ainda, inabilidade de construção e implementação de projetos visando os interesses da maioria. Facilita também a manutenção da estrutura privada. “Enfim, os temporários da Educação são, acima de tudo, uma opção política, parte do projeto governamental que ergue suas estruturas sobre o ideário liberal, a partir de uma concepção clara de sociedade e também de Educação pública” (BORGES, 1995, p. 123). Esta é também uma violência estrutural, por parte do Estado. Porém, apesar de ser condição *sine qua non* do caso, por não estar diretamente associada às plataformas e sua aplicação na Educação, não está sendo considerada no estudo.

3. A VIOLÊNCIA E A COMUNIDADE – OU A PLATAFORMIZAÇÃO DA SOCIEDADE

Aqui, realizo aproximação aos estudos de plataforma e também à transformação digital, que está sendo implantada no Estado do Rio Grande do Sul em nível de governança, afetando diretamente a Educação. A rede pode ser sim a origem da violência. Em específico, as plataformas digitais, sendo como são artefato cultural digital, criado por sujeitos e grupos de sujeitos com objetivos específicos – neste caso, econômicos. O que poderia estar a serviço da emancipação, é desenhado para maximizar o consumo, neste caso em forma de diversão. E para passar da diversão para a violência em grupo, basta uma palavra, um gatilho. Estes continuam o ciclo vicioso das plataformas, que inclui não apenas seus usuários, mas também aqueles responsáveis por sua criação, como será mostrado a seguir.

3.1. OS ESTUDOS DE PLATAFORMA

Avançamos 30 anos, a precarização docente é cada vez mais extensa, e converge com o espírito do tempo digital. Este que tudo prometeu, a ideia de um futuro tecnológico, que facilitaria a vida de todos e os colocaria no mesmo plano, não tem sido tudo aquilo que nos foi vendido. Os futuristas retratavam o frenesi pelo novo, pela velocidade, pela máquina que tudo resolve – mas ignoravam a fome e a miséria que acompanhavam o progresso tecnológico, além do fascismo emergente.¹⁵ O mesmo descreve a geração dos anos 1920 nos Estados Unidos que, frenéticos com a esperança trazida pelo fim da Primeira Guerra Mundial e a industrialização do país, jogaram-se num mundo de prazeres sem fim – e sem interesse pelo outro, como retratado por F. Scott Fitzgerald em *O Grande Gatsby*. *Os Jetsons*, desenho da Hanna Barbera que ilustra o modelo de vida do futuro desejado e traz toda a promessa do amanhã pós 2ª. Guerra, dizia a todos que as máquinas trariam a vida idílica, livre do trabalho, em que viveríamos como os grandes reis e sultões de outrora. Na realidade, as máquinas trouxeram transformações

¹⁵ Movimento artístico e literário italiano do início do séc. XX que prega a destruição de toda arte anterior e cultura a mudança, a invenção, a velocidade, a produção industrial, além da glorificação das multidões, do patriotismo e da guerra.

paradigmáticas impensadas, suprimindo trabalhos, desestruturando cidades e deixando milhares desempregados – ou subempregados –, como consequência de uma alteração paradigmática que passa pelo mundo como um grande rolo compressor.

Vimos desde o fim da Segunda Guerra Mundial em um ritmo cada vez mais acelerado de evolução tecnológica e consequentes mudanças sociopolítico-econômicas. Graças a isso, vivemos uma transição política e econômica paradigmática que, conseqüentemente, nos afeta socialmente. É um período de inovação disruptiva¹⁶ em massa onde, por meio da tecnologia, surgem constantemente novas maneiras de fazer coisas antigas, instituições tradicionais e estabelecidas estão sendo destruídas e o *status quo* se vê desestabilizado. Como nos dizem van Dijck, Poell e de Waal (2018), a ascensão das plataformas digitais traz a inovação tecnológica e, conseqüentemente, o progresso econômico. Nesse panorama, idealmente, todos saem ganhando.

Porém, como acontece em situações de inovação disruptiva, grande parte do que está sendo criado ainda não foi testado, está sendo resolvido enquanto é construído, adaptando-se e sendo adaptado conforme as necessidades emergem (tanto o novo sistema em si quanto aqueles que já estão estabelecidos). Um eterno estado beta.¹⁷ Também em função disso, entramos em um ciclo vicioso de colocar tudo na conta da tecnologia e das plataformas,¹⁸ como se estas fossem as únicas culpadas de algo totalmente novo.

Nessa movimentação toda, também na Educação muitos conceitos seculares estão sendo incomodados, à medida que são confrontados com os novos tempos e seus novos caminhos, o que os torna rapidamente inadequados e (possivelmente) obsoletos. O antigo método vertical de professor como Mestre, governante de sua sala de aula, guardião de todo o conhecimento e alunos como discípulos, sujeitos ao Outro Mestre, não é mais socialmente aceito, nem parece válido, em um mundo mudado pela cultura da Internet. Este mundo é outro, onde os relacionamentos entre sujeitos são horizontais (ou parecem ser), toda a informação está ao nosso alcance e o que acreditamos precisar é de alguém para nos ajudar a navegar por essas águas,

¹⁶ Conceito apropriado da área projetual e da administração pelo discurso social, assim como tantos outros, o que corrobora a proposta de leitura da situação pelas lentes do design. O conceito atualiza ao contexto atual a ideia do progresso que, usada desde os anos 1950 no Brasil, se tornou velha e defasada.

¹⁷ Refere-se, na informática, à fase de desenvolvimento do produto onde este ainda não está concluído, mas é distribuído a um grupo seletivo de usuários, que dão *feedback* valioso sobre as possíveis vulnerabilidades do mesmo. Pode ser chamada uma espécie de fase de testes (O'REILLY, 2005).

¹⁸ Alusão ao filme “Tropa de elite”, que gerou o meme/bordão “bota na conta do Papa”. Em função de uma limpeza étnica preparando a cidade do Rio de Janeiro para a visita do pontífice, o protagonista Capitão Nascimento, a mando do Estado, tortura um suspeito e, questionado por um subalterno sobre o que fazer com tal suspeito, responde “bota na conta do papa”. Ou seja, o que foi feito àquele indivíduo se deve à vinda do Papa, fazendo alusão a toda uma estrutura social secular de violência que conta a história do Brasil.

não nos direcionar por caminhos pré-determinados. Que é o que as plataformas, através dos algoritmos, fazem. O que fazem, também, é não considerar a criatividade humana na correção de exercícios, por exemplo, aceitando apenas respostas de expressão exata/idêntica ao material que foi apontado como referência para correção, as regras binárias da computação.

Depois da linguagem, a tecnologia pode ser considerada a mais importante das invenções humanas – e a mais impactante. Quando o primeiro hominídeo empunhou o primeiro osso para matar a primeira presa, descobriu o potencial da tecnologia e começou a explorá-la. A ideia de usar objetos como extensões do corpo, como ferramentas (FLUSSER, 2011), permitiu evoluções que seriam impossíveis de outra maneira. Essa primeira descoberta serviu como ponto de partida para milênios de explorações tecnológicas, que nos levaram a ter comida independente da caça, a ter abrigo independente do tempo, a ter força independente do animal. Nos levou a conhecer novas terras, o fundo do oceano e o espaço sideral. Nos trouxe a hoje, quando vivemos as maravilhas da era digital e, ao mesmo tempo, estamos cada vez mais sujeitos às armadilhas tecnológicas que apenas filósofos, artistas e escritores de ficção científica puderam prever.

E as novas TIC, que resultam primária e diretamente de estudos e experiências que são desenvolvidas a ponto de chegar às novas configurações sociopolítico econômicas que vivemos atualmente.¹⁹ Aqui, foco nos setores de tecnologia da informação, softwares e games, que seguem um modelo de negócios estruturado a partir do espaço de fluxos, da tecnologia da informação e dos estudos em psicologia social, denominado plataformas digitais (THE CREATIVE INDUSTRIES, 2018). Dentre esses, encontram-se as plataformas de redes sociais, aparatos empregados na mediação entre usuários que compartilham o conteúdo que as torna relevantes – tanto as plataformas quanto as pessoas que atuam nelas.

A Web 2.0²⁰ e suas ferramentas de interação deram voz aos antes calados. Consideremos a possibilidade de conexão trazida pela abundância de redes sociais disponíveis e, conseqüentemente, a possibilidade de coletividade ou conectividade, uma possível cultura participativa (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018). O que tem potencial para o positivo,

¹⁹ Sim, a relação mais do que próxima entre todo o universo da Internet e as explorações militares para controle e domínio – poder, em geral – não estão perdidas, ou ignoradas. Apenas escolho focar no que resulta desta interação, e não na interação em si.

²⁰ Foco, neste momento, na Web 2.0 por ser o momento de mudança paradigmática em como a internet é estruturada e experienciada. Hoje vivemos a Web 4.0, a era dos algoritmos, big data, computação na nuvem, inteligência artificial. Como Lucia Santaella coloca, em conferência proferida à ABCiber, “A web 4.0 é a web dos algoritmos que estão rastreando tudo o que a gente posta nas redes. A inteligência artificial profunda é aquela que está desenvolvendo robótica e algoritmos capazes de aprendizagem e que estão começando realizar tarefas cognitivas que só o ser humano foi capaz de realizar” (FERREIRA, 2019)

em forma de redes de esperança como apresenta Castells (2017) e como demonstramos anteriormente (SILVEIRA-NUNES; MONTARDO, 2018), mas também para o negativo, como no caso que analisamos aqui.

Este espaço digital parece ter se tornado um espaço de incompreensão (MORIN, 2013), ao invés da compreensão mútua esperada dessa nova tecnologia. Estamos no novo tempo das plataformas digitais que, como um grande irmão, controlam a tudo e a todos, como previu Orwell. É como se agora, toda aquela raiva, aquela energia primal do baixo ventre, que antes encontrava escape através do esporte e a ação da torcida, se direciona às plataformas e o discurso de ódio via redes sociais (veja-se Twitter, a plataforma do ódio por excelência). Até porque o linchamento em praça pública, como foi feito com a Professora de Indaial, é tão antigo quanto a história.

Chegamos ao século 21 e, com a Internet, as plataformas e os dispositivos que são cada vez mais parte do cotidiano.²¹ Começamos o novo milênio cheios da esperança moderna, parceira fiel do novo, com a certeza de que a tecnologia iria magicamente solucionar todos os problemas. A mesma esperança que colocamos no progresso nos anos 1950, agora repaginada para se manter atual aos tempos e ao discurso social.

A Internet surge de um desejo coletivo de facilitação do acesso à informação e, por consequência, ao conhecimento e ao saber. Oficialmente nasce no CERN, das mãos de Tim Berners-Lee em 1991. Mas, de acordo com a história (ZIMMERMANN; EMSPAK, 2017) e como diz Ashton (2016), a verdadeira inovação não surge do gênio, isolado do mundo enquanto cria, como rezam os mitos dos grandes criadores e suas criaturas, mas sim do trabalho longo e árduo de várias mentes e vários diálogos, entre si e com seu tempo. Nesse sentido, a Internet surge daquele desejo milenar da humanidade pelo conhecimento e sua propagação, agregado às novas tecnologias que vinham sendo desenvolvidas desde, no mínimo, a 2ª. Guerra Mundial – e pensadas muito antes. Esse sonho é alcançado ligando computadores remotos, em diversos lugares do mundo, que falam uma linguagem em comum e, assim, permitem o livre acesso a informações de maneira assíncrona – independentemente de haver alguém do outro lado da linha naquele momento, que era como funcionava a troca de informações até o momento: comunicação síncrona. Quase como um telefone, usando dados binários ao invés de voz.

Importante notar que a ideia – e a realidade – de computadores remotos conectados em rede não surge com a Internet, mas sim muitos anos antes, através de um projeto que ficou

²¹ Escolho a grafia do século em algarismos arábicos como representação gráfica da cisão entre o antigo e o novo característica desse momento de quebra paradigmática consolidada pelo desenvolvimento das tecnologias digitais.

conhecido como ARPANET desenvolvido entre centros de pesquisa acadêmicos e o Ministério da Defesa dos EUA (ABBATE, 1994). Porém, a comunicação entre esses computadores era um tanto complicada. Daí a necessidade (percebida por Berners-Lee e outros, e a essa altura sendo discutida há tempos) de criar uma maneira mais simples de acessar a informação espalhada entre esses computadores remotos. Daqui surge a Internet, ou a *World Wide Web*, como ficou conhecida.

Com sua popularização, e com a disponibilidade cada vez maior de artefatos computacionais e a facilitação de seu acesso, vem também a digitalização do cotidiano, novas tecnologias, novas economias e, principalmente, novas sociabilidades. Van Dijck (2009), comentando sobre alterações econômicas trazidas por essa revolução digital, fala em novos modelos de negócio que, através dessa profunda transformação de paradigma – tripla, alguns diriam (MCCHESENEY, 2014) –, estão modificando as relações de poder. De acordo com Van Dijck, essas variações são possibilitadas pela Web 2.0²² e, em consequência, pelas plataformas digitais – de maior interesse para esse momento, as de redes sociais.

Essa incorporação do tecnológico traz consigo, a princípio, todas as esperanças, as possibilidades, diferentes mundos possíveis, como mostrado pelas revoltas e protestos sociais que eclodiram mundialmente no início dos anos 2010 (CASTELLS, 2017). Concordo com van Dijck, Poell e de Waal (2018) quando dizem que as plataformas digitais estão no centro de uma mudança importante, não exclusivamente fenômeno econômico ou construto tecnológico, com consequências sociais; mas sim, como algo que penetra o cerne das sociedades, forçando governos e estados a se ajustarem enquanto afetam instituições, transações econômicas e práticas sociais e culturais. “plataformas, ao nosso ver, não causam uma revolução: ao invés disso, estão gradualmente se infiltrando em, e convergindo com, instituições e práticas (offline, legados) através das quais sociedades democráticas são organizadas (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018, n.p.).

Seguem afirmando que plataformas produzem as estruturas sociais nas quais vivemos, ao invés de refleti-las. Veja-se aqui o movimento #MeToo (CARLSEN; SALAM; MILLER, 2018), do levante feminino face os abusos estruturais de toda a indústria do entretenimento baseada em Hollywood, que teve e ainda tem repercussões por todas as outras cadeias

²² A Web 2.0 por si só já é uma grande mudança paradigmática, permitindo ao usuário da WWW passar de consumidor de conteúdo produzido por outros a posição de também interagir e, ele próprio, criar conteúdo que possa ser consumido por outros. E essa modificação teve repercussões também nas mídias já estabelecidas, como a explosão de segmentos de participação do espectador em programas de televisão, até então apenas consumíveis de maneira passiva.

produtivas onde a violência simbólica contra a mulher a partir do poder masculino é parte da estrutura. A meu ver, um grande positivo das redes sociais.

Mostrando o outro lado da moeda, porém, chegam resultados que até mesmo parecem tramas de ficção científica. Movimentos extremistas, migrações em massa, violências cotidianas, enfim, uma reificação generalizada toma conta do mundo. E claro, temos um produto criativo que retrata isso. Centrada em temas obscuros e satíricos, a série antológica *Black Mirror*

discute as tecnologias de comunicação e informação, as relações sociais mediadas por dispositivos complexos, tendo sempre uma perspectiva futurista e distópica [...] aborda temas centrais para o debate sobre a relação entre cultura, tecnologia e sociedade hoje [...] é uma série de ficção científica [...] [gênero] que tem por característica explorar sentimentos ambíguos em relação às consequências do desenvolvimento científico e tecnológico. [...] é quase sempre distópica, e frequentemente crítica em relação aos destinos tecnológicos da humanidade (LEMOS, 2018, p. 14).

Partindo da premissa de que a tecnologia é viciante como uma droga, a série retrata os possíveis efeitos colaterais do seu uso. Cada episódio é centrado ao redor de uma dessas possibilidades, que já se realizaram ou ainda estão por vir, mas são todas exemplificações de pesadelos da vida contemporânea – os monstros da era digital. Muitas dessas consequências estão centradas na reificação e na violência extrema, sempre com a tecnologia como pano de fundo. A série já é sinônimo dos fenômenos bizarros que têm se tornado rotineiros mundo afora; inclusive foi cunhada a expressão “isso é muito *Black Mirror*” para referir-se a algo bizarro, que parece inacreditável, que causa estranhamento e que tem na tecnologia uma das causas. “A expressão ilustra, ao mesmo tempo, que algo apontado em *Black Mirror* já está acontecendo ou irá acontecer muito em breve” (LEMOS, 2018, p. 14).

Temos muitos exemplos empíricos de consequências da presença das plataformas de redes sociais no cotidiano: a escolha pelo suicídio através de redes sociais (CRAWFORD, 2018; FULLERTON, 2019), os casos de violência em grupo engendrados em fóruns (G1, 2019) e os transmitidos por plataformas de redes sociais (BAILEY et al., 2019) são alguns deles. Porém, considerando a inserção da presente pesquisa em Programa de Pós-Graduação em Educação, volto a casos em que as violências (mediadas por plataformas de redes sociais, nesse caso) estão centradas na figura docente.

Como fruto desses fluxos, dessa transição dos antigos para os novos conceitos norteadores, para um novo sistema social, assim como dos efeitos na economia tradicional bem como das novas economias resultantes, estrutura-se um novo “capitalismo de conceitos, que

vende, agora, valores. Quando quase todos já possuem quase tudo, o atrativo para o consumo não é mais o produto, mas o que ele diz, os valores e conceitos que agrega” (MOSÉ, 2013, n.p.). E muito desse consumo se dá através das plataformas digitais, consumo não necessariamente tangível, mas infinito, impactante e aparentemente gratuito, que demanda dados e acesso constante como forma de pagamento. Até porque é nessas plataformas que está acontecendo a primeira onda dessa grande desconstrução dos valores e conceitos obsoletos (MOSÉ, 2013). Nesse jogo e

De um modo inusitado, o ser humano ganhou valor no século XXI e passou a ser o centro do sistema e a razão dos maiores investimentos financeiros, que são destinados a pagar os altos salários e a custear a imprescindível formação continuada, ininterrupta, de pessoal que a instabilidade dos conteúdos e saberes impõe (n.p.).

Ao encontro disso, vem o desmonte do estado e do setor público engendrado na América Latina pelo Consenso de Washington²³ e o plano neoliberal. Este, sentido com força na Educação brasileira através de políticas públicas e sistemas de gestão cada vez mais voltados à noção de denegrir a imagem da escola e ameaçar, de forma velada, a figura docente através de discursos e práticas de gestão. Veja-se aqui salários cada vez menores e parcelados de professores, como ocorreu no Rio Grande do Sul entre julho de 2015 e novembro de 2020, totalizando 57 meses com professores e outras categorias de servidores públicos tendo seus salários parcelados e vendo-se obrigados a incorrer dívidas pesadas para conseguir manter as contas em dia (COPETTI, 2020; MATOS, 2020). Exemplifica também recursos e repasses cada vez mais esqualidos à Educação e políticas públicas que diminuem o papel docente. A evolução da ACT.

Importante ressaltar que a ideia de que, por se tratar de um perfil pessoal, a participação em sites de redes sociais está sob controle do usuário, a velha máxima de que “o ‘face’ é meu”, não cabe nesse universo. De fato, “as redes informáticas já são reconhecidas como parte do espaço público contemporâneo” (DELARBRE, 2009, p. 74). Mais ainda,

O papel da Internet como espaço público para cada cidadão [...] está sendo moldado por duas características aparentemente contraditórias: a Internet é, ao mesmo tempo, onipresente e pessoal. O ciberespaço, diferentemente dos meios de caráter tradicional [...] e os tradicionais espaços públicos no mundo físico [...] permitem que a cidadania

²³ O “Consenso de Washington” é o nome pelo qual ficou reconhecido o encontro, acontecido em 1989 em Washington, DC, capital do EUA, no qual economistas, pensadores, instituições e administradores de países latino-americanos de perfil neoliberal se reuniram para tratar da implementação do modelo neoliberal no sub-continente.

encontre novas formas para interagir econômica, política e socialmente (CAMP; CHIEN, 2000, p. 13).

Ou seja, a Internet, apesar de ser um espaço ao qual o usuário acessa sozinho, sob o qual tem controle (em algumas instâncias), não é um espaço privado. São costumeiros comentários como “O face é meu, posto o que quiser”, relacionando o espaço social online com o espaço privado offline. Este é um engano bastante usual, e que pode trazer vários problemas, especialmente a docentes (CARVALHEIRO; PRIOR; MORAIS, 2013). Diferente do espaço público offline, até mesmo as conversas privadas, as trocas de mensagens *inbox*, não são privadas, acessíveis como são pela plataforma e seus algoritmos. E não se trata de dizer que os artefatos técnicos (a Internet, os smartphones) são os culpados por essa quebra. Em primeiro lugar, a noção de espaço privado é moderna, relativamente nova, dos últimos dois séculos, como explicita Sibilia (2015). Em segundo, esses artefatos

constituem um sintoma dessas transformações mais profundas e determinantes, que vêm afetando fortemente os modos de ser e estar no mundo nas sociedades ocidentais. Em suma, foi precisamente porque tais mudanças já se assentaram suficientemente em nossa cultura, que esses aparelhos foram inventados e se popularizaram com tanta rapidez e eficácia (SIBILIA, 2015, p. 135–136).

Essa supressão do espaço privado moderno precisa ser compreendida e internalizada. Quanto aos ataques à professora, especificamente aqueles executados através de redes sociais, é possível aproximar a figura do *troll* a esses usuários atacantes. O *troll*, inicialmente, é um usuário que só quer se divertir, e o faz à custas de quem por ventura for sua vítima. Uma figura midiática que encapsula a figura do *troll* é Alex DeLarge, o protagonista de Laranja Mecânica. Chefe de uma gangue, eles se voltam à ultraviolência para sobreviver o tédio da vida contemporânea, trazendo caos e destruição a todos que cruzam seu caminho.

“*Trolling* online é a prática de se comportar de maneira enganosa, destrutiva ou perturbadora em um ambiente social na Internet sem nenhum propósito instrumental aparente” (BUCKELS; TRAPNELL; PAULHUS, 2014, p. 97). Se diferencia do *cyberbullying* por não partir de uma conexão pessoal no mundo offline, mas ambos são influenciados pelo anonimato conferido pelo online (ZEZULKA; SEIGFRIED-SPELLAR, 2016, p. 8). Em geral, *trolls* “[...] operam como agentes do caos na Internet, explorando ‘questões polêmicas’ para fazer os usuários parecerem excessivamente emocionais ou tolos de alguma maneira (BUCKELS; TRAPNELL; PAULHUS, 2014, p. 97).

Não é possível afirmar que todos aqueles que atacaram a professora são adolescentes, como é o senso comum sobre *trolls*. Mas sim que essa figura pode ser apontada como uma das bases dos ataques. Talvez algum *troll* encontrou a notícia, ou até mesmo os alunos presentes na escola iniciaram o movimento – difícil sabermos a partir dos poucos rastros que ainda perduram. E o fenômeno tomou vida própria – como é usual nesse ambiente –, ganhando tração através dos algoritmos graças ao grande interesse que gerou em algum momento. O Marco Civil da internet (2014), que foi aprovado sob três princípios: a neutralidade de rede, a proteção da privacidade e a garantia da liberdade de expressão, porém, as pessoas continuam usando a internet livremente sem censura ou bloqueio fazendo avançar a impunidade. Há vários casos de incentivo ao preconceito e à violência, resultantes da irresponsabilidade de usuários das redes sociais, com ações inclusive de linchamento público. Os marcos legais deveriam regular e assegurar a segurança do usuário e a justiça. Hoje, é preciso responsabilidade no dizer e no fazer para não seguir perpetuando uma sociedade pornográfica (HAN, 2017). Aqui sim, a estrutura das plataformas é passível de responsabilização pela falta de monitoramento dos conteúdos que ganham destaque. O tema é abordado na sequência.

Guião (2022) coloca *trolls* como usuários para quem a Internet foi seu tutor durante os primeiros anos de socialização (entre a puberdade e a adolescência). Para esses jovens “cheios de raiva, confusão e frustração, [...] vagar livremente em um cenário online quase sem regras e sem responsabilidade [...] houve uma espécie de radicalização, um endurecimento de comportamento [...] [num] mundo de ‘pobreza emocional’” (GUIÃO, 2022, p. 131). Ao sair dos grupos dentro de servidores de acesso restrito²⁴ – nichos bem direcionados –, e chegar na Internet convencional, aquela acessível a todos através das plataformas de redes sociais, “*trolling* tornou-se sinônimo de abuso, discurso de ódio e assédio. Certos grupos até coordenam o abuso online para deliberadamente atingir e prejudicar suas vítimas” (GUIÃO, 2022, p. 130).

'Trolling' tornou-se um termo genérico para espalhar ódio e abuso online. *Trolling* pode às vezes ser confundido com crítica legítima, onde o sujeito da crítica não gosta e descarta o crítico como um *'troll'*. Outras vezes, inclui atos criminosos, assédio direcionado e violência que se espalham pelo mundo físico [...] o espectro do ‘comportamento de trollagem’ se tornou amplo, desde comentários negativos sobre alguém até postagens de grupos rotulados como organizações terroristas, e atividades online de neonazistas, que descobriram que muitos *trolls* são maduros para recrutamento para suas causas. O fio condutor da trollagem é o ódio e o abuso por meio de comentários online (GUIÃO, 2022, p. 131).

²⁴ Restritos por não serem aparentemente encontráveis, não estarem na superfície mais rasa da Internet, como é o caso das plataformas de redes sociais.

No caso da professora, trata-se de um ataque sujeito-sujeito, porém é um ataque impessoal, uma ‘trollagem’ possibilitada pelo anonimato que a Internet e a interação desincorporada oferecem. Mais ainda, o autor afirma que mulheres são as principais vítimas do comportamento, recebendo uma quantidade desproporcional de abuso. As mulheres são mais propensas a sofrer abuso relacionado à sua aparência, ameaças de natureza sexual e abuso que contém linguagem misógina

Seguindo a linha de que nem todos os atacantes são *trolls*, mas de que possivelmente trata-se de um fenômeno que surge a partir dessa lógica, é possível que muitos usuários (que não se encaixam no perfil tradicional do *troll*) tenham sido levados pela onda do ataque desincorporado a uma figura de autoridade. Atacando a professora, o sujeito-usuário estaria indiretamente atacando suas memórias de escola, de um ambiente fora de seu controle, de uma figura disciplinadora. Criando um campo simbólico a partir de sua interpretação do contexto. Uma resposta à condição estrutural da escola-fábrica, de tornar todos estranhos, desconhecidos, descartáveis – um projeto de governo que remonta aos primórdios da Educação estruturada, nos idos da Revolução Industrial. Resposta esta que é reação às violências sofridas no ambiente escolar. Condição essa que é obliterada com a passagem da mídia tradicional para a mídia social, graças às ferramentas disponibilizadas pela web 2.0, especialmente as plataformas digitais e pelo algoritmo das redes sociais, que repete as pesquisas realizadas a ponto de mostrar só o que está ao encontro do que já foi consumido pelo usuário, ou seja, aquilo que ele gosta e concorda, fomentando uma (des)inteligência homogênea – o filtro bolha – como tem ocorrido recentemente.²⁵

Considerando a estrutura horizontal desses meios, o poder da palavra passa a ser de todos que têm acesso a essas tecnologias. Não seria a ação destes sujeitos, do jovem ao agredir fisicamente, e do sujeito-usuário ao linchar a professora em praça pública (mesmo que virtual)

o que Lacan chamou de *passage a l'acte* – um movimento impulsivo em ação que não pode ser traduzido em fala ou pensamento e carrega consigo um peso intolerável de frustração [...] [o objetivo] criar um problema, sinalizar que eles eram um problema que não podia mais ser ignorado. É por isso que a violência era necessária [...] [sem ela] tudo o que teriam conseguido seria uma pequena nota (ŽIŽEK, 2010, n.p.).

É fator também a polarização política pela qual o país passa nesse momento. De acordo com Castro (2017b), as acusações de origem política aludiram ao apoio da professora, em seu perfil pessoal do Facebook, à jovem que atirou ovo no então deputado Jair Bolsonaro (PSD-

²⁵ Incluem-se aqui não só Facebook, Twitter, YouTube, mas também seus antecessores, os blogs.

RJ), no início do mês de agosto do mesmo ano (UOL NOTÍCIAS, 2017a). A professora também haveria associado o parlamentar ao neonazismo e pedido “ovadas” no então prefeito de São Paulo, João Doria (PSDB). O repórter coloca esses eventos como motivo para críticas recebidas pela professora, sendo essas agressões percebidas pelo público como merecidas (CASTRO, 2017b). As referidas postagens da professora também não estão mais disponíveis em seu perfil pessoal, o que nos leva a depender da narrativa colocada pela mídia.

Diversas publicações de caráter acusatório foram realizadas sobre o posicionamento político da professora: “Pró-Lula e anti-Moro, professora agredida em SC gostou de ovadas em Doria e Bolsonaro” (COSTA, 2017); “Professora que elogiou garota que deu ovada em Bolsonaro é agredida por aluno menor de idade em sala de aula” (RONDÔNIA REAL, 2017); “Professora agredida por aluno é acusada de fazer apologia à violência” (NOVO NOTÍCIAS, 2017); para citar algumas das manchetes publicadas. Nessas publicações, explicitamente acusatórias e de caráter violento para com a professora, também os comentários variam em grau de violência, aludindo a questões políticas, à polarização que tomou conta do discurso social brasileiro no que diz respeito a política (Figura 3).

Como coloca Han (2017), vivemos o capitalismo tardio, movido a tecnologia, que objetifica o indivíduo, sujeito não mais apenas a doenças do corpo, como vírus, bactérias e epidemias, mas também psicológicas como ansiedade, *burnout*, depressão, causadas pelo excesso de positividade, que demanda o sucesso e sua contrapartida a auto exploração. Não mais as infecções relacionadas à negatividade do sistema imunológico, como no modelo biopolítico de governança, mas os infartos do *stress* e correria constantes, a compulsão pelo mais, pelo melhor, pelo sucesso acima de tudo e todos, características do modelo psicopolítico (HAN, 2018).

Vivemos um estado de entropia resultante do colapso do modelo de governo hegemônico, baseado no Um garantidor da ordem, primeiro e piramidal, totalitário, topo das relações verticais (MOSE, 2013). Estamos em plena transição, vivendo as dores do crescimento, da mudança, da resignificação. Os conceitos nos quais o antigo modelo se sustenta estão sendo rapidamente trocados por outros (HAN, 2015, 2018a), inovadores e tecnológicos.

Essa tomada de poder por novos atores vem sendo ensaiada desde os anos 1970, encontra lastro a partir da virada do milênio e as novas TIC – especialmente as plataformas digitais (BRIDDLE, 2019) – e se articula como o que Foucault chamou de neoliberalismo. Uma associação dos lugares e das estruturas de poder que carrega consigo uma resignificação dos próprios conceitos de poder e violência. É imperativo aqui lembrar a tensão entre os dois conceitos representada pela denominação em alemão *Gewalt*, que designa a ambos ao mesmo

tempo e dependendo do contexto, como afirma Wolle em sua introdução ao livro de Benjamin (1986).

O novo capitalismo também desestrutura o poder coletivo, aquele das demandas de categorias e dos sindicatos profissionais – como o da categoria docente. Na nova ordem, não existem os coletivos de professores que têm voz e poder de barganha perante seus empregadores, mas sim um não-grupo de indivíduos que trabalham como empreendedores de si, buscando o êxito ou apenas a sobrevivência, sujeitos ao discurso do sucesso através da eficiência (HAN, 2018a) que podem, às vezes e dependendo da situação, configurar coletivos ou, ao menos, não concorrentes, perdendo assim o poder de barganha do grupo, seu poder político.

O social e suas representações passam a ser central nesse contexto, e o econômico passa a coadjuvante, quiçá figura de fundo. Ouso indagar se talvez as pautas sociais sejam utilizadas como cortina de fumaça, permitindo que as articulações econômicas sejam feitas sem interrupção – incluindo aqui o desmonte da coisa pública, o que impacta diretamente a Educação –, pois o foco da mídia e do cidadão não está nelas:

A ‘sociedade da plataforma’ não apenas muda o foco do econômico para o social: o termo também se refere à profunda disputa sobre ganho privado vs benefício público em uma sociedade onde a maioria das interações são realizadas via Internet. Enquanto plataformas supostamente ressaltam benefícios individuais e ganho econômico, elas simultaneamente ameaçam recursos coletivos e serviços públicos (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018).

Refiro-me aqui à uberização (SLEE, 2017) do trabalhador, o que já chegou à categoria docente (EXTRA CLASSE, 2020). É nesse ponto que pretendo chegar, de que uma das violências em rede contra a figura docente provém de um projeto de desestruturação do setor público e deseducação do indivíduo. Trata-se de um aproveitamento do colapso das estruturas vigentes proporcionado pelo desenvolvimento das plataformas digitais e através da estrutura em rede, tornando todos subordinados ao “caixa 2.”²⁶ Um colapso de conceitos antigos, que estavam arraigados na sociedade e que se tornavam obsoletos perante a nova lógica mundial sem Estados.

As plataformas são lugar mor da virada cultural em curso, onde representações e sentidos são inventados diariamente, as hierarquias são estabelecidas e reestabelecidas

²⁶ Alusão ao movimento “Somos todos caixa 2”, de apoiadores do então candidato a presidente Jair Bolsonaro, em resposta às suspeitas de financiamento ilícito de pacotes de disparo de mensagens contra a candidatura do seu oponente (IMME, 2020).

coletivamente e sem um ponto central, ignorando qualquer metalinguagem específica: um fluxo cultural. Isso, de acordo com Costa, Silveira e Sommer (2003), em resposta à queda do poder cultural das elites e sua força, primeiro com as mídias de massa e, posteriormente, com as mídias digitais: “A questão do poder foi remetida para o centro das discussões; se ele não estava nas estruturas do capital, precisava ser problematizado na linguagem, no simbólico, no inconsciente” (COSTA; SILVEIRA; SOMMER, 2003, p. 39). De fato, as relações entre cultura e poder são bastante exploradas, e merecem um estudo a parte. Por hora, focamos nesse pequeno excerto:

A cultura precisa ser estudada e compreendida tendo-se em conta a enorme expansão de tudo que está associado a ela, e o papel constitutivo que assumiu em todos os aspectos da vida social. Essa centralidade da cultura [...] tem uma dimensão epistemológica, que vem sendo denominada “virada cultural”, referindo-se a esse poder instituidor de que são dotados os discursos circulantes no circuito da cultura. [...] [textos da cultura] são artefatos produtivos, são práticas de representação, inventam sentidos que circulam e operam nas arenas culturais onde o significado é negociado e as hierarquias são estabelecidas. (COSTA; SILVEIRA; SOMMER, 2003, p. 38).

Os Estudos Culturais “são e sempre foram um conjunto de formações instáveis e descentradas” (COSTA; SILVEIRA; SOMMER, 2003, p. 39), o que explica terem encontrado terreno fértil no digital e na própria cultura digital. Eles se constituíram como um projeto político de oposição, e suas movimentações “sempre foram acompanhadas de transtorno, discussão, ansiedades instáveis e um silêncio inquietante” (MORAES, 2019, p. 168). Sua centralidade hoje se deve ao fato de que:

[...] a cultura é agora um dos elementos mais dinâmicos – e mais imprevisíveis – da mudança histórica do novo milênio. Não devemos nos surpreender, então, que as lutas pelo poder deixem de ter uma forma simplesmente física e compulsiva para serem cada vez mais simbólicas e discursivas, e que o poder em si assuma, progressivamente, a forma de uma política cultural (HALL, 1997, p. 20).

Em estudo etnográfico do uso do Facebook em oito diferentes campos ao redor do mundo, Miller et al (2016) julgam impossível construir generalizações no uso de sites de redes sociais, observando que estes são construídos pelos usuários através de suas interações. Sua tese é de que as redes sociais são formadas não apenas pela estrutura colocada pela empresa criadora mas, especialmente, pelos fluxos que se dão nesses ambientes. Tal observação vai ao encontro da colocação de Geertz (2008) quando este afirma que, para compreender a ciência, devemos olhar para o que os praticantes fazem, não para as teorias. Cabe aqui também a

afirmação de Van Dijck (2013) quando esta aponta que “Conforme um meio co-envolve com as táticas dos usuários cotidianos, contribui para moldar a vida cotidiana das pessoas, ao mesmo tempo em que essa sociabilidade mediada se torna parte do tecido institucional da sociedade” (p. 5-6).

Focando no Brasil, uma possível interpretação do fenômeno observado hoje é de que essas redes, passíveis como são de serem moldadas de acordo com interesses de grupos específicos, estejam sendo “apropriadas” com o intuito de gerar ruído que tire o foco de questões políticas de primeira ordem, deixando o caminho livre para o “rolo compressor” neoliberal agir sem resistências populares. Uma cortina de fumaça. E quaisquer estragos culturais gerados no caminho são meros danos colaterais – inclusive uma professora que seja atacada violentamente.²⁷

A comunicação violenta via redes sociais ou, como Han (2018b) chama, *shitstorm*, permite uma explosão, uma evacuação rápida e sem consequências da bile que não é mais engolida, daqueles sentimentos primeiros, do baixo ventre, que nesse caso encontram alvo na figura docente, vista como algoz do sistema opressor/repressor que não se pode atingir, mas se quer destruir. E a figura, e ainda mais, o sujeito docente, materializa o inimigo oculto. Ele se vê sangrar, se vê sofrer, num ataque sem consequências (imediatas ou perceptíveis) ao perpetrador, momento de desconexão entre ações e consequências.

O professor pode ser “cancelado” com um comentário ou post “lacrador.” Ou até linchado em praça pública virtual, como aconteceu com a Professora de Indaial. O que não se percebe é que, por estarem em rede, essas micro violências afetam a todos, deixam marcas indeléveis que serão sentidas em múltiplos níveis ao combinarem-se aos fluxos das redes, em um efeito cascata. O fazem ao promover um lugar e espaço tóxicos, em que todos que habitam acabam, de maneira ou outra, replicando-a de alguma maneira. Assim instaura-se mais uma camada das violências em rede, intencionalmente ou não.

Declarações sobre temas polêmicos (política, identidades, etc.), ou até mesmo posicionamentos outros que não os defendidos pelo sujeito agressor ou seu grupo, sujeitam seu produtor a ser atacado em praça pública virtual de maneira violenta, em manifestações antes restritas à esfera do futebol ou algum outro inimigo comum. Nesses universos, não existe espaço para o Outro, para a discordância. O diferente precisa ser integrado ou eliminado, no mínimo excluído (TAPSCOTT, 2009). São talvez resultados de uma reação direta à era do politicamente correto e o consequente silenciamento desses sentimentos calados, também um sinal do

²⁷ O assunto é fonte potencial de inúmeras discussões, mas estas não são o foco do momento.

fascismo subjacente que tomou conta do discurso social, ao lado da esperança nas redes. Mais ainda,

Não poderia toda a história da humanidade ser vista como uma crescente normalização da injustiça, acarretando o sofrimento sem nome e sem rosto de milhões? Em algum lugar, na esfera do “divino”, talvez essas injustiças não sejam esquecidas. Acumulam-se, registram-se os erros, a tensão torna-se cada vez mais insuportável, até que a violência divina explode numa fúria destrutiva de retaliação (ŽIŽEK, 2010, n.p.).

Nesses casos, vemos surgir “a violenta explosão de ressentimento que encontra expressão em um espectro que vai de linchamentos da multidão ao terror revolucionário organizado” (ŽIŽEK, 2010, n.p.), como o autor interpreta a obra de Benjamin (2013). O que, sendo a vítima professora, esta se torna recipiente de todo o ressentimento contra a figura docente, se não toda figura de poder, do presente ou passado, daquele que age de maneira violenta. Não seria questão de que, quando mediada por plataformas, não se trata de uma violência corpórea, direta, pessoal; mas sim tentativas de destruir o objeto de ódio, não a professora em si, mas tudo que representa? Não seria a professora, nesse caso, um avatar de todos aqueles que agrediram aquela pessoa que agora causa a violência? E qual o papel das plataformas em tudo isso? São elas inocentes, meros veículos da violência coletiva?

A primeira vista, plataformas digitais configuram-se como novo modelo de negócios em indústrias que têm a informação como elemento central. O modelo vale-se de TIC para conectar pessoas, organizações e recursos, articulando assim um ecossistema interativo de criação e compartilhamento de valor (ACIOLI, 2007). Em termos tecnológicos, quando falamos em plataformas, falamos de um grupo de aplicativos baseados na Internet, construídos sobre as fundações ideológicas e tecnológicas da Web 2.0,²⁸ que permitem a criação e troca de conteúdo gerado por usuários (KAPLAN; HAENLEIN, 2010).

Empresas como Google, Facebook, Amazon e tantas outras, cuja proposta de valor está sujeita à sua rede de usuários, usam o modelo de plataforma para inovar setores tradicionais de maneira revolucionária, em larga escala e alta velocidade. Toda essa estrutura pode ser monetizada e escalada exponencialmente por empresas iniciantes que, por meio do desenvolvimento de tecnologias proprietárias, conseguem posicionar-se rapidamente e de maneira competitiva no mercado. Parker, Van Alystine e Choudary (2016) propõem a utilização do *poder da plataforma* como resposta à questão de como essas empresas iniciantes conseguem

²⁸ Web 2.0 se refere a uma segunda geração da *Word Wide Web* que, diferente da primeira geração, não existe em estruturas estabelecidas, como servidores e programas específicos, mas nos espaços de fluxo de informação (O'REILLY, 2005).

chegar ao domínio de um ramo de atividade já estabelecido em curto espaço de tempo. Definem esse poder da plataforma como um novo modelo de negócios que conecta pessoas, organizações e recursos em um ecossistema interativo, viabilizando a comunicação entre usuários da plataforma. Para eles,

essas interações viabilizadas por plataformas 1) estão sujeitas a dinâmicas de socialização próprias do universo online, e 2) são possíveis graças à infraestrutura tecnológica proprietária criada pela empresa e facilitada pelo emprego de APIs²⁹ próprios ou de terceiros, infraestrutura através da qual a plataforma estabelece condições de funcionamento. Este poder da plataforma, que modifica negócios, economia e sociedade, pode ser [...] aplicado a qualquer setor de atividade que tenha como ingrediente fundamental a informação, incluindo-se empresas dos setores de educação e mídia, além de setores cujo produto “extraia valor do acesso a informações sobre necessidades de clientes, flutuação de preços, oferta e procura e tendências de mercado – inclui quase todo tipo de negócio” (PARKER; VAN ALSTYNE; CHOUDARY, 2017, p. 11-12).

Essas novas plataformas são negócios baseados em prover interações criadoras de valor entre produtores e consumidores externos – as redes sociais. Estas provêm infraestrutura aberta e participativa para essas interações, colocando condições de governança a elas, sendo seu propósito principal ligar usuários e facilitar a troca de bens, serviços ou capital social, permitindo a criação de valor para todos os participantes (PARKER; VAN ALSTYNE; CHOUDARY, 2016). Quanto aos tipos de plataformas, Van Dijck (2013) as tipifica de acordo com o conteúdo, em sites de redes sociais (SRS³⁰), sites de conteúdo gerado por usuários (UGC³¹), sites de comércio e marketing (TMS³²) e sites de jogos (PGS³³). O ponto central é a interação social em rede.

Nesse processo, usuários trocam, consomem e, por vezes, criam conjuntamente algo de valor. Em vez de fluir numa linha reta – dos produtores para os consumidores –, o valor pode ser criado, modificado, trocado e consumido de diversas formas e em diversos lugares, graças às conexões facilitadas pela plataforma (PARKER; VAN ALSTYNE; CHOUDARY, 2017, p. 14).

²⁹ API, *application programming interface*, ou Interface de programação de aplicações, é um conjunto de rotinas e padrões estabelecidos por um software para a utilização das suas funcionalidades por aplicativos de terceiros. É o que liga uma plataforma à outra. Via de regra, é composta por uma série de funções acessíveis por programação, que permitem utilizar características do software proprietário para desenvolvimento de aplicativos conectados à plataforma desenvolvedora.

³⁰ Originalmente *Social Network Sites*, sendo a sigla SRS (*Sites de Redes Sociais*) a versão aceita em português.

³¹ Originalmente *User Generated Content*, não encontramos referências a siglas em português.

³² Originalmente *Trade and Marketing Sites*, não encontramos referências a siglas em português.

³³ Originalmente *Play and Game Sites*, não encontramos referências a siglas em português.

A maneira de expansão de plataformas é distinta do modelo tradicional, já que os tradicionais *gatekeepers*, ou guardadores de portão, responsáveis pela entrada de um indivíduo a um grupo específico, “são substituídos por manifestações do mercado fornecidas de maneira automática pela comunidade [...] também garante aos consumidores mais liberdade para escolher produtos que atendam às suas necessidades” (PARKER; VAN ALSTYNE; CHOUDARY, 2016, p. 16). Outra particularidade do modelo é o acesso a dados de usuários, dados esses que permitem a ancoragem da plataforma em ciclos de *feedback*. Esses ciclos são fundamentais pois revelam “sinalizações da comunidade quanto à qualidade do conteúdo [...] ou à reputação daqueles que oferecem os serviços [...], [com isso] as interações de mercado subsequentes ganham em eficiência” (PARKER; VAN ALSTYNE; CHOUDARY, 2017, p. 19).

Para esse momento e do ponto de vista tecnológico, interessam as plataformas de redes sociais, serviços que articulam primariamente sites de redes sociais e sites de conteúdo gerado por usuário que, ao agregar usuários e oferecer meios para a difusão de conteúdo, geram diferentes valores para seus diferentes acionistas. Estruturadas na teoria das redes sociais proposta por Lévi-Strauss (TURKAT, 1980), as quais dependem da existência de laços entre os sujeitos, são centrais aos estudos sobre transmissão de informação e trocas de bens e serviços, os principais usos das novas TIC.

Não desenvolverei o tema aqui pois este movimento já foi feito (SILVEIRA-NUNES; MONTARDO, 2018); saliento apenas a particularidade de que são essas estruturas de redes interpessoais responsáveis por ligarem grupos sociais ao nível micro, operando na base de laços fortes (entre familiares e amigos próximos), grupos maiores amorfos onde “a experiência pessoal dos indivíduos está intimamente ligada a aspectos de estrutura social de grande escala, muito além da competência ou controle de indivíduos particulares” (GRANOVETTER, 1973, pp. 1377-78), o que observamos no caso estudado. Essa estrutura de ligações entre grupos, acredito, é peça chave para a compreensão das relações que tornam possível a existência das violências em rede.

Pensando plataformas digitais como veículos bilaterais de sociabilidade em rede (CASTELLS, 2007; MANOVICH, 2002), esses espaços de fluxos sociais formam uma nova camada de organização do cotidiano, influenciando interações humanas em níveis individuais e coletivos, levando a uma interpenetração entre mundos online e offline cada vez maior (VAN DIJCK, 2013). plataformas efetivam a conexão entre usuários pelo compartilhamento de conteúdo expressivo-comunicativo, através do qual constroem vidas sociais online. Aproprio-me da noção de uma construção de *redes sociais na Internet* (RECUERO, 2009) que, por serem

mediadas por dispositivos conectados à Internet, mostram particularidades nas relações entre os atores envolvidos. Considero aqui também a “expressão e sociabilização através das ferramentas de comunicação mediada pelo computador” (RECUERO, 2009, p. 24).

Lévy (1997) prevê o enorme impacto da tecnologia sobre a cultura e a sociedade. Afirma que, nesse novo contexto, as relações se tecem não entre tecnologia e cultura, mas entre atores que usam e modificam as diversas técnicas de modos variados. Tal pensamento leva o autor a afirmar que, para compreender o verdadeiro impacto das novas TIC, que trouxeram com elas a emergência do ciberespaço, é necessário estudar não as técnicas envolvidas e resultantes, mas os atores que as inventam, produzem, utilizam e interpretam. Para o autor, “a emergência do ciberespaço acompanha, traduz e favorece uma evolução geral da civilização” (LÉVY, 1997, p. 26), a qual é condicionada, não determinada, pelos avanços tecnológicos que ela mesma produz. Os estudos em Cibercultura centram-se, então, em observar e interpretar essas interações sociais que se veem retrabalhadas em um espaço novo, inexplorado. A diferença maior vem da natureza dos fenômenos observados, que não se dão mais no espaço físico – offline –, mas sim em espaços virtuais, mediados por tecnologias – online – que alteram a própria noção de espaço. Esse novo espaço transcende as quatro dimensões do mundo físico, podendo ser experienciado a partir de dispositivos, “buracos de minhoca” que dão entrada a esse espaço de qualquer lugar no planeta, entrada essa mediada por dispositivos com acesso à Internet (WERTHEIM, 2001).

Outra particularidade dessa nova cultura digital e das redes sociais na Internet está no fato de que as interações sociais no online deixam rastros, conteúdos que são publicados e arquivados e, portanto, recuperáveis e buscáveis (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2015). É através desses rastros que interações são “mapeadas e estudadas em larga escala” (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2015, p. 25), o que define e possibilita o estudo de redes sociais na Internet, definindo este como o ato de “estudar os padrões de conexões expressos no ciberespaço. É explorar uma metáfora estrutural para compreender elementos dinâmicos e de composição dos grupos sociais” (RECUERO, 2009, p. 22).

Ellison e Boyd (2013) definem sites de redes sociais como *plataformas de comunicação em rede*³⁴ onde usuários 1) têm perfis únicos, construídos com conteúdo provido pelo usuário, por outros usuários e/ou dados de sistema; 2) podem articular conexões públicas visíveis a outros; e 3) podem consumir, produzir e/ou interagir com *streams*³⁵ de conteúdo gerado por

³⁴ Do original em inglês *networked communication platforms*.

³⁵ *Stream* pode ser definido como “fluxo de dados”. Não há versão compreensiva do termo para o português.

usuários através de suas conexões na plataforma (ELLISON; BOYD, 2013). Assim e como apontam Recuero, Bastos e Zago (2015), o foco central dos sites de redes sociais está nos *streams*, e estes são definidos como *plataformas de comunicação* (ELLISON; BOYD, 2013). O *stream* é composto por conteúdo que ganhou visibilidade por ser comentado, curtido ou compartilhado por conexões, mantendo a informação ativa na rede e privilegiada pelo algoritmo da plataforma. “Assim, o que é visto por cada usuário é, de certo modo, determinado pelas ações de centenas de milhares de nós da rede que viram/reproduziram ou não reproduziram essas informações antes dele” (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2015, p. 28).

O *stream* do Facebook é o chamado feed de notícias, o agrupamento de todas aquelas publicações que a plataforma considera relevantes para cada usuário. Araújo (2017) acompanha a construção do Feed de Notícias, nome dado ao *stream* do Facebook, ao longo de 10 anos, concluindo que “o que o Feed de Notícias faz não é definido apenas na materialidade digital do mecanismo [...] justificando a introdução de algoritmos para definição do que é relevante, definindo que usos são aceitáveis e quais devem ser banidos, negociando com usuários o que estar em visibilidade significa” (ARAÚJO, 2017, p. 275). Essas transformações, informadas pelos ciclos de feedback possibilitados pela própria construção da plataforma visam, segundo o autor, a geração de engajamento do usuário dentro da plataforma, garantindo uma conexão permanente. Esse é o maior sinal de sucesso do mecanismo – e das próprias plataformas: o maior tempo possível de uso pelo maior número possível de usuários.

A Internet como projeto foi proposta como o espaço democrático por excelência. O que de fato provou-se utopia, ao menos no contexto das plataformas. Importante apontar que a governança dos *streams* está a cargo da plataforma, de como ela foi desenhada e programada em seus algoritmos. Acaba aqui a neutralidade da plataforma, já que algoritmos, por serem artefatos humanos, estão sujeitos a enviesamentos por aqueles que o fazem.

E temos aqui uma inversão: o verdadeiro poder não está com uma pessoa, ou um grupo de pessoas, mas sim com o algoritmo. Que é uma inteligência artificial criada para otimizar sua tarefa, a qualquer custo. Como explica Stuart Russel, criador da IA, em entrevista sobre o tema, “(Na IA) construímos máquinas com o que chamo de modelos padrão: elas recebem objetivos que têm de conquistar ou otimizar, (ou seja), para os quais têm de encontrar a melhor solução possível. E aí levam a cabo essa ação” (IDOETA, 2021, online). O problema está em como essas máquinas são construídas, nos valores nos quais são imbuídas.

A julgar pelas falas dos envolvidos nos grandes escândalos relacionados, desde o depoimento de Zuckerberg ao Comitê do Senado estado-unidense às falas dos entrevistados no documentário “O dilema das redes” (ORLOWSKI, 2020), a possibilidade de uma plataforma

que seja menos que neutra e desprovida de qualquer conotação negativa nunca existiu. Todo o conteúdo visual postado em plataformas passa por um pré-filtro, um algoritmo que reconhece visualmente certos indicadores, como nudez ou sangue, possíveis indicadores de violências (FACEBOOK, 2020). Qualquer material sinalizado por esse filtro é enviado a equipes de analistas, que aferem se o algoritmo estava correto e, conseqüentemente, continuam o processo de desenvolvimento do mesmo.

Porém, esse sistema é desenhado para implementar políticas bem específicas, ditadas pela empresa e não considera fatores culturais locais, já que o serviço é terceirizado a outras empresas, algumas delas em países periféricos, não necessariamente o local de origem do conteúdo (WRAY, 2018). Há de se considerar, também, a questão do viés político-religioso-cultural do analista. O Facebook, por exemplo, alega que seus padrões de comunidade são objetivos e podem ser facilmente seguidos por todos. Porém, como mostrado no documentário *The Cleaners* (BLOCK; RIESEWIECK, 2018), que investiga a situação de moderadores de conteúdo nas Filipinas, os analistas entrevistados consideram suas crenças acima das diretrizes da plataforma, o que resulta em um círculo vicioso de análises possivelmente direcionadas – ações que têm efeito não apenas no contexto de sua cultura, mas de todo o mundo. Esses trabalhadores são indiretamente responsáveis por treinar os algoritmos, através do ciclo de *feedback* provido pelo registro de suas ações, direcionando também a IA do algoritmo. É fator também o fato de que o Facebook é hoje a maior fonte de informações jornalísticas do mundo – e do Brasil (NEWMAN *et al.*, 2022; RESENDE, 2022)–, e que a escolha do conteúdo a ser exibido a cada usuário é governada por esses mesmos algoritmos (WRAY, 2018). Estes são propriedade privada de suas respectivas desenvolvedoras e, assim, não temos como saber exatamente como funcionam – ou se verdadeiramente são afetados pelos vieses desses analistas.

No Facebook, ficou claro após o caso Haugen (MASERI, 2021) a existência de uma divisão cuja função seria de recomendar políticas que protegeriam o público geral se provou não tão benéfica. A ex-funcionária Frances Haugen, que trabalhava na divisão de Integridade Cívica, pediu demissão e

Horas antes de deixar a empresa, ela fez cópias de dezenas de documentos que, segundo ela, provam que o Facebook sempre teve consciência de que seus algoritmos alimentam a divisão, promovem o ódio, espalham notícias falsas e podem ter um impacto profundo na saúde emocional e mental. E em vez de corrigi-lo, o que fez foi olhar para o outro lado, favorecendo seu crescimento e lucros em vez de optar por proteger seus clientes (MASERI, 2021, online).

Segundo a ex-funcionária, a viralidade da plataforma depende de o conteúdo ser reproduzido, o que é garantido pelo algoritmo. “Quanto mais isso acontece, mais tempo os usuários passam nas redes e mais lucro o Facebook obtém, pois pode expô-los a mais anúncios. E numerosos estudos mostraram que quanto mais controverso e divisivo for o conteúdo, mesmo que seja falso, mais tráfego ele gera” (MASERI, 2021, online). “E, assim, tornam-se ‘cegas’ e indiferentes aos problemas (ou, em última instância, à destruição) que podem causar aos humanos” (IDOETA, 2021, online). O que explica muitos dos fenômenos vistos hoje, inclusive o linchamento da Professora de Indaial e os constantes ataques a figuras docentes – o inimigo comum à maioria dos usuários.

E essa estratégia é, acima de tudo, comercial. O valor do Facebook está em possibilitar o maior número de conexões entre usuários. “Manter usuários conectados é uma estratégia comercial intrínseca a construção do mecanismo e engajamento, como manutenção da atenção dos usuários, é nessa racionalidade uma *commodity* resultante da ação do Feed de Notícias” (ARAÚJO, 2017, p. 277). Sendo o universo das plataformas controlado pelas poucas empresas que a mantêm, seus imperativos econômicos, regulatórios e institucionais condicionam as atividades que nela se dão. E se torna campo fértil para a evolução mundial do modelo neoliberal de governança.

Esta capacidade das plataformas, pensada e efetivada em seu design, de mapear os dados de cada usuário e organizar o que lhe será apresentado em função dos seus gostos – presumidos pelo algoritmo em função do conteúdo já acessado pelo usuário e por seus contatos – gera o que é denominada por Pariser (2012) de filtro bolha. Este dispositivo de vigilância digital filtra “a informação que chega ao internauta de tal modo que este acaba exposto apenas a ideias que lhe são afins, rejeitando argumentos contrários e enriquecedores” (ALANDETE, 2017, online), e tem por propósito guiar o usuário no oceano de informações desconexas que compõe a Internet, sendo que dispositivos têm “três elementos centrais: a informação, os bancos de dados e os perfis computacionais (*profiles*)” (BRUNO, 2006, p. 154). De maneira positiva, esses dispositivos auxiliam na gestão de dados informacionais que serão apresentados a cada usuário, em função do que ele já buscou/atualizou. De maneira negativa, criam uma bolha ao redor do usuário, que limita seu mundo online àquilo que lhe é familiar, eliminando a abertura à diversidade em seu cotidiano online, o que afeta diretamente “a democracia [que] requer que os cidadãos vejam as coisas a partir de outros pontos de vista, mas, em vez disso, estamos cada vez mais fechados em nossas bolhas” (ALANDETE, 2017, online).

O filtro bolha é um dos agentes na formação de grupos de ódio na Internet (BOZDAG; VAN DEN HOVEN, 2015; HAWDON, 2012). Essa violência, facilmente propagada pelas

plataformas de redes sociais na Internet, ganha latitude com a aplicação do filtro bolha, criando um ambiente de extrema violência simbólica e ameaça percebida (LIAO; FU, 2013; RODEGHIERO, 2012) Em análise de situações de violência por intolerância no Facebook, Rodeghiero (2012) apresenta o ator dessa violência como “alguém que abusa do poder para humilhar publicamente e em grande escala uma classe de pessoas cujo comportamento lhe é inaceitável, seja por deboche [...] ou por indignação” (RODEGHIERO, 2012, p. 130), próximo dos *trolls* discutidos anteriormente. Assim são criados os *espaços de violência* (GILES, 2009), onde esta se origina e de onde é propagada.

A limitação do ator a uma bolha de informação dentro da qual percebe ameaças facilita a propagação da violência, aumentando a incidência de intolerâncias ao Outro, possível fonte de ameaças, criando assim espaços de violência. Esses episódios de intolerância podem levar a situações de julgamento e condenação públicos, “linchamentos”, realizados por meio de difusão de conteúdo e comentários de ódio. Nesse caso, as plataformas são corresponsáveis, pois são os algoritmos que impulsionam a distribuição desse conteúdo.

Como proposto por Freire (2012), a tolerância é papel mútuo desenvolvido na relação de convivência entre indivíduos, baseado na relação humana. A intolerância, então, é um desvio, uma negação desse papel mútuo de respeito ao outro por sua condição de diferente. Nas relações mediadas por plataformas digitais, quando distorcidas por um filtro bolha violento, essa intolerância encontra solo fértil. Talvez pela característica efêmera dos relacionamentos, pela natureza imaterial das tensões e pela aparente ausência de consequências aos atos, especialmente os violentos, o espaço se abre para o desrespeito ao outro (por seus sonhos, opções e/ou gostos) e para os discursos ideológicos (explícitos e/ou ocultos), de superioridade e/ou condescendência. São processos cada vez mais visíveis, que surgem no mundo real e ecoam nas plataformas, ou vice-versa.

Pariser (2012) aponta que não é questão de que *fake news*, conteúdos que induzem a interpretações errôneas dos fatos do mundo, como as muito antigas teorias da conspiração e pseudociências (um bom exemplo é a teoria da terra plana), foram inventadas com a Internet. São leituras que sempre existiram, porém sempre foram marginais, restritas a pequenos grupos periféricos. Mas, de alguma maneira e graças aos algoritmos, esse tipo de conteúdo ganhou posição central na última década, alçando-se ao *status* de verdade socialmente aceita e, dessa maneira, formando o discurso social e a resposta individual, voltada à violência. No caso da professora, o desrespeito, violência e intolerância se estendem além do espaço da escola, evidenciando as tensões emergentes no espaço social e os questionamentos às figuras do poder e autoridade, neste caso figuras materializadas na pessoa da professora.

São essas alterações que marcam as violências em rede, e a necessidade de trazer esses conceitos para a pesquisa. Não se trata apenas de novas mídias. Não falamos de uma nova televisão, uma nova maneira de difundir informação e, dessa maneira, guiar o discurso social. São novas formas de socialização, novas estruturas que alteram a própria sociedade. E novas maneiras de expressão das tensões e violências subjacentes. O que me preocupa mais nesse contexto não é o fato de que as violências estão sendo publicadas, que as *fake News* estão ganhando tração, que os líderes nacionais estão adotando discursos fascistas; é o fato de que o grande público, como confirmado pela eleição de candidatos de extrema direita em vários países do mundo, tenha incorporado esses ideais fascistas em sua prática e discurso cotidianos. Por isso apresento essas discussões, à primeira vista tão alheias ao campo da Educação; por isso penso a possibilidade de um novo saber: porque adentramos novo território, novo universo, onde somos todos estrangeiros que precisam explorar e conhecer esse espaço a fim de se adaptar. Por isso proponho que são essas tensões e intolerâncias uma das origens das violências que encontram nas plataformas de redes sociais terreno fértil para se propagar.

Chamo atenção para essas características pois acredito serem esses pontos críticos para os fluxos no discurso e posicionamento social e suas modificações, especialmente no que tange a questão das violências em rede, englobando as violências que chegam por imagens, vídeos, pela hipermídia. Principalmente porque, apesar de serem chamados comunidades, o conjunto desses usuários não pode ser necessariamente caracterizado como grupo social. Isso porque os laços³⁶ entre usuários, em alguns casos, se limitam a pertença a uma grande comunidade (a plataforma) e as interações entre os mesmos, em sua maioria, não passam de comentários em um mesmo post, sem uma interação entre os usuários.

O que explica a grande tração que o caso da Professora de Indaial teve. No ano de 2017, as estruturas que levariam ao Gabinete do Ódio (PEREIRA; COUTINHO, 2022) já estavam sendo estabelecidas. O discurso de ódio, presente indelévelmente no caso estudado, leva o caso a ser impulsionado em *feeds* de usuários identificados como possíveis futuros apoiadores do levante extremista que se efetivaria nas eleições de 2018. Esse mesmo discurso de ódio que esteve presente em, entre outros momentos, nazismo, fascismo, stalinismo, a ditadura militar.

E esse mesmo discurso de ódio encontra terreno fértil na figura docente, que no Brasil é vista como bode expiatório de tudo que está errado na Educação, se não no país. O que é parte do projeto neoliberal de destruição da coisa pública, sendo que a Educação é dever do Estado. Trata-se de resultado de uma

³⁶ Para mais sobre laços, ver Granovetter (1973), Silveira-Nunes, Montardo (2017).

ofensiva ideológica conservadora lançada contra os professores nos últimos anos. Eles são responsabilizados pela profunda crise dos sistemas escolares e lhes é atribuída a culpa pelas péssimas condições de aprendizagem dos alunos e alunas, pelas altas taxas de repetência, pelas escassas oportunidades de inserção no trabalho para os recém-saídos do sistema escolar, pela violência dentro e fora das escolas e pela falta de participação cidadã nas questões mais relevantes que nossas sociedades devem enfrentar (GENTILI, 2008, p. 47).

O valor da plataforma é formado por sua comunidade de usuários e funções chave para manutenção da empresa concentram-se em pessoas e recursos externos à esta, modificando o contexto de cultura organizacional. A estratégia da empresa baseada em plataforma passa do pequeno grupo de executivos responsáveis pelos rumos da empresa para o modelo de inovação constante, baseado na “colaboração em massa (*crowdsourcing*) e do compartilhamento de ideias propostas por participantes independentes da plataforma. [Essas empresas] enfatizam mais a governança do ecossistema” (PARKER; VAN ALSTYNE; CHOUDARY, 2016, p. 21). Em teoria, trata-se de uma transição do poder da empresa do modelo vertical ao horizontal, onde o consumidor é tão responsável pelas escolhas quanto o pequeno grupo de executivos da empresa. Em teoria.

Na realidade, o que está se desenhando é que as plataformas são as detentoras do poder. Mas esse poder é dividido entre os criadores e gestores da plataforma, os responsáveis por sua programação, e a própria Inteligência Artificial resultante. E é nessa transição entre modelos que emergem as tensões que vivemos.

Dadas a fragilidade e instabilidade dessa imensa rede, aqui pensada ao mesmo tempo como relações humanas e como o suporte tecnológico para essas relações, poderes se estruturam e se desfazem muito rapidamente, o que contribui para a instabilidade das grandes oligarquias, dos grandes grupos econômicos. As inovações tecnológicas colocaram em questão a estabilidade do mundo quando, ao lançar sempre novos produtos, tornam muito rapidamente os antigos obsoletos e fazem com que corporações antes estáveis deixem de existir de uma hora para a outra (MOSÉ, 2013, n. p.).

Essa instabilidade, acredito, está na base de alguns dos conflitos sociopolítico econômicos emergentes. E leva a alteração no modelo, cujas consequências vivemos agora. Como coloca Guiao (2022), em seus primórdios a Internet, muito além da tecnologia, trazia consigo a magia na possibilidade de comunicação e conexão. A possibilidade de encontrar tribos que compartilham interesses de nicho; distância e geografia se tornarem irrelevantes; publicar seus pensamentos e ter estes lidos por milhares, quase que instantaneamente. Essa magia levou a Internet a ser algo de interesse popular; seu potencial comunicacional a fazia, em seus primórdios, parecer cheia de promessas e possibilidades. A visão utópica não só da Internet

como um todo, mas principalmente das plataformas. E o boom de suas empresas causou vários danos irreparáveis a comunidades offline, físicas, que tiveram seu espaço usurpado por essas gigantes tecnológicas, sendo a condição de vida na região ao redor do Vale do Silício considerada uma crise em violação aos direitos humanos pela Organização das Nações Unidas – ONU (BRINKLOW, 2018).

Essas são algumas das violências resultantes da plataformização da sociedade, gravíssimas mesmo quando laterais. Outro dano colateral é a confusão, a desconexão que atinge a todos, nos deixando cada vez mais vulneráveis, violentos e divididos. Ambas as características, a meu ver, contribuem para a eclosão e difusão das violências em rede, sendo que grupos aproveitam-se do caos resultante para avançar suas agendas específicas – e muitas vezes dissonantes. Importante notar: não acredito que seja o caso de as plataformas serem desenhadas para a propagação de violências, mas sim que, em seu processo de design, a possibilidade de serem usadas para tal fim não é considerada, ou possivelmente é observada e aproveitada. Posição que é corroborada pela postura do Facebook em relação às *fake News* e às violências que, seguindo o modelo de desenvolvimento baseado em *feedback*, responde à eclosão dos fenômenos, mas não se antecipa as eles (CANO, 2017a, 2017b). Há algo de podre no universo digital.³⁷

3.2. A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Ouvi alegações de que esse universo da Internet, plataformas e redes sociais não pertence à Educação, não lhe diz respeito ou não é relevante. Que a maioria da população sequer tem acesso à Internet, muito menos está suscetível a ela. E que todo esse imbróglio que hoje toma conta das mídias não afeta a maior parte da população. Argumento o contrário. Não são esses fluxos centrais a qualquer discussão engendrada hoje, quanto afetam a todos os habitantes do planeta, de uma maneira ou de outra, até aqueles que nem sequer estão conectados a redes elétricas. Veja-se as últimas três eleições presidenciais no Brasil, e como foram afetadas pelas redes sociais. Em um mundo globalizado, todos afetam a todos.

Tal argumentação é apoiada pela Transformação digital, maneira pela qual vem sendo identificado o fenômeno da incorporação das tecnologias digitais à solução de problemas

³⁷ Muito mais poderia ser explorado sobre o tema, mas como este não é o ponto central da tese, a qual se situa em programa de Educação, opto por não me estender demasiado, sugerindo ao interessado que explore conteúdos sobre Estudos de Plataforma.

globalizados. Movimento este que é apoiado pela ONU, quando o mesmo ultrapassa a questão econômica e passa a se mostrar relevante em questões de governança de Estado.

Guiao (2022, p. n.p.) inicia seu estudo sobre a desconexão que está levando pessoas a extremos colocando que “Algo está acontecendo que está transformando pessoas inteligentes, racionais, em caricaturas patológicas, e tem a ver com estar online”. Fenômeno acelerado pela pandemia, que lançou a todos – com possibilidade para tanto – no mundo digital, sem chance de recusa. Ao ser lançado nesse admirável (?) novo mundo, novos – ou relutantes – usuários são forçados a se adaptar a uma cultura própria, que vem se estabelecendo há alguns 30 anos. Inclusive esta é uma das diretrizes de desenvolvimento da maior das plataformas, Google: o projeto *Next Billion Users*, o Próximo Bilhão de Usuários. A “iniciativa conduz pesquisa e constrói produtos para pessoas ao redor do mundo” (GOOGLE, 2022b).

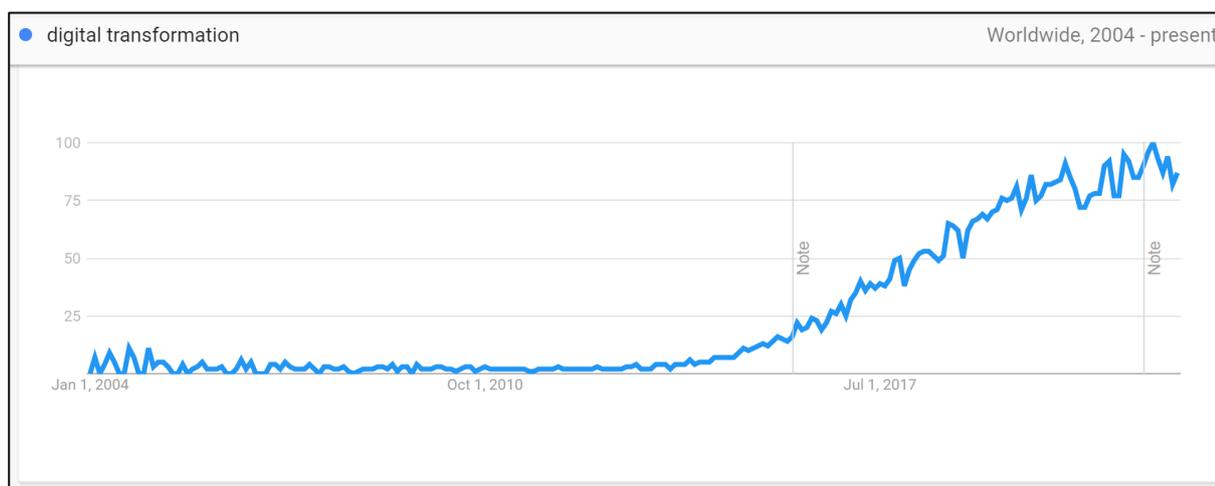
Nesse sentido a iniciativa da Google funciona como agente na virada cultural rumo à centralidade da tecnologia, focando naqueles usuários que não são a típica demográfica da Internet (os que foram o foco até agora). Nas palavras do gestor da iniciativa, “Google está trabalhando para expandir o acesso a informações e criar produtos que ajudem as pessoas a descobrir oportunidades econômicas em todo o mundo” (RANJAN, 2022). Fala que deixa explícito que o objetivo maior dessa movimentação é econômico.

De fato, como mostro anteriormente, 3 entre 4 brasileiros acessam a Internet cotidianamente, sendo que 99% desses usuários valem-se do telefone celular como principal dispositivo de acesso à rede. Ainda, 58% afirmam usar apenas esse dispositivo, com 85% dos usuários pertencentes às classes DE estando nessa categoria (CETIC.BR, 2020). Dos usuários de Internet no Brasil, 65% acreditam que o Facebook é a Internet (VALENTE, 2017). Destaco esses números agora não apenas para pintar um panorama do uso da Internet no país, mas também para chamar atenção ao fato pouco explorado de que, no Brasil, o maior uso da Internet é para atividades relacionadas às plataformas de redes sociais, *locus* da maioria dos casos de violências em redes. E que para essa parcela da população, o acesso à Internet está limitado àqueles conteúdos de livre acesso, fator decisivo no uso por usuários de planos do tipo pré-pago e controle de celular, maior parte dos consumidores pertencentes às classes B/C/D/E (CALDAS; CALDAS, 2019). Livre acesso esse que é fruto de parceria entre Facebook e governos de países emergentes, iniciativa essa identificada como programa social de acesso à Internet a todos.

A transformação digital (TD) é um novo conceito que vem ganhando força, tornando-se cada vez mais importante no contexto global. Nos últimos 5 anos, de fato, ganhou destaque

em todo o mundo. Uma simples busca no Google³⁸ recupera 738.000.000 resultados em 0,41 segundos (figura n.5 abaixo). Para entender melhor o alcance, recorro ao Google Trends e descubro que, embora irrelevante em 2004, primeira data de menção do termo disponibilizada pela plataforma, com pontuação 0, o termo começa a ganhar força em março de 2018, marcando 51, atingindo um total de tempo máximo em março de 2022, quando marca 100. Embora não seja uma fonte científica de dados, o Google Trends ainda é relevante, pois “reflete o interesse de pesquisa em tópicos específicos” (GOOGLE, 2022a).

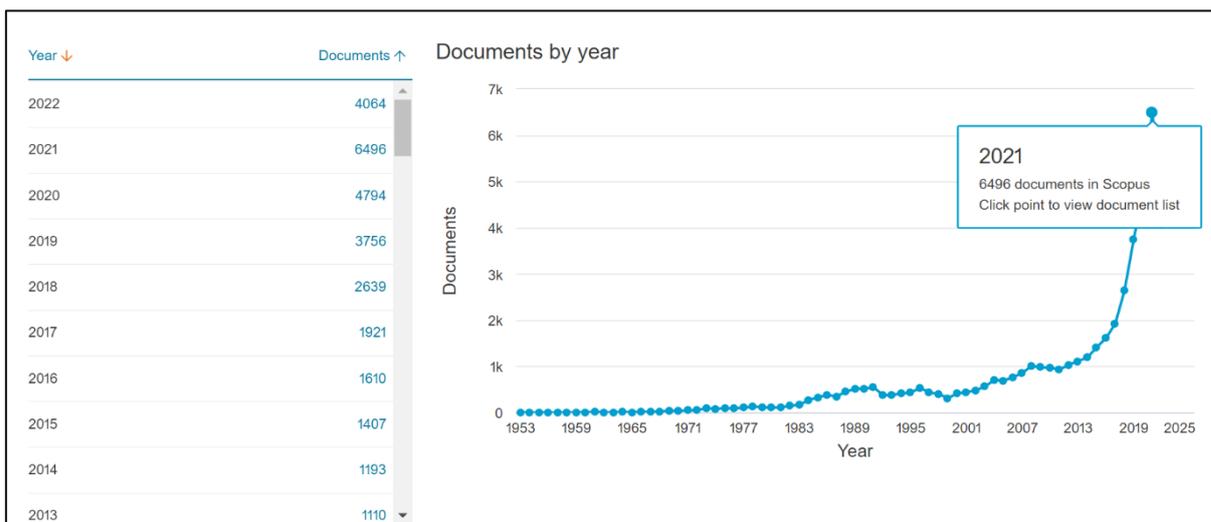
Figura 5: Interesse pelo termo de pesquisa transformação digital de acordo com o Google Trends ao longo no período 2004-2022.



Fonte: Google (2022)

³⁸ Pesquisa realizada em 28 ago 2022.

Figura 6: Transformação digital do resultado da pesquisa Scopus Analyze 1953-2021.



Fonte Scopus (2022)

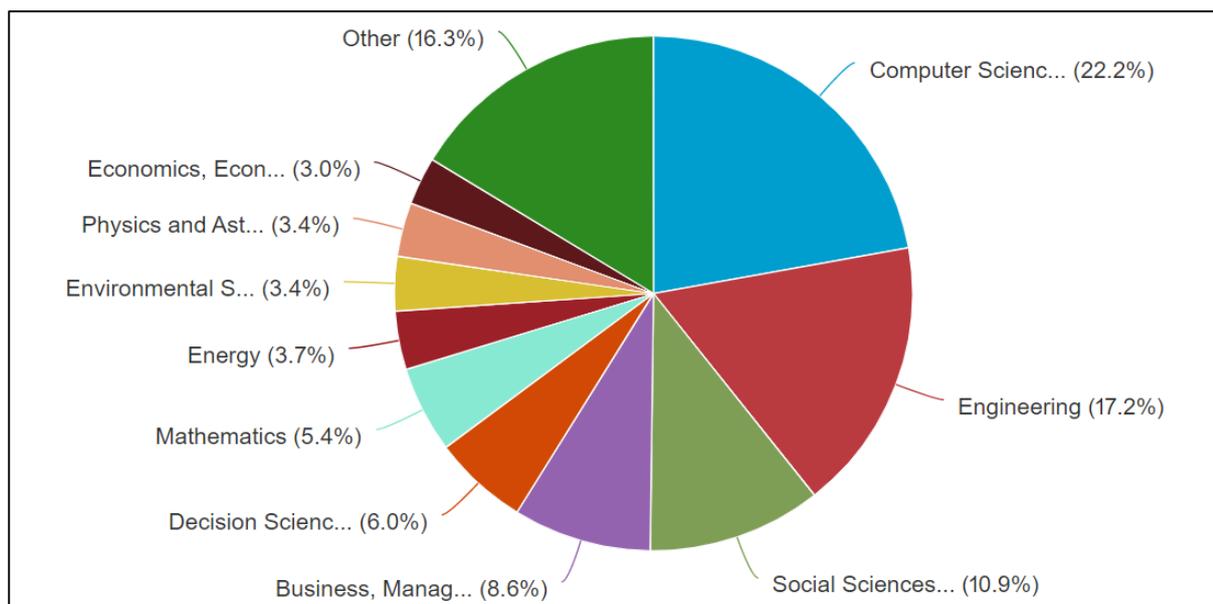
A mesma pesquisa, no Scopus³⁹, mostra 47.025 resultados, sendo a primeira menção em 1953, 3 documentos relacionados a sistemas físicos (figura n.6 acima). O número de documentos publicados passa de 100/ano em 1977, chegando a 500/ano em 1989 e passando de 1.000/ano em 2008. Seguindo a mesma tendência mostrada pelo Google, o número de documentos publicados em um ano ultrapassa a barreira de 2.000/ano em 2018, atingindo um recorde histórico de 6.496/ano em 2021.

Embora esta seja estruturada como uma pesquisa qualitativa⁴⁰, a partir desses resultados, deduzi que 1) o tema da TD está em rápida ascensão, 2) o termo é frequentemente usado como palavra de ordem nesses documentos e 3) suas primeiras referências registradas datam a 1953, relacionado à engenharia elétrica, especificamente ao projeto de sistemas elétricos, que é a base dos sistemas computacionais. Aprofundando meus estudos sobre o assunto, o que pergunto agora é: como a TD é compreendida entre as áreas de estudo? E quais são as áreas que mais se interessam pelo assunto? Para responder à questão primeiro preciso saber quais são esses campos. Mais uma vez, volto-me para o recurso analítico sobre Scopus.

³⁹ A plataforma foi escolhida por seu banco de dados, suas ferramentas de análise e o grande número de opções de refinamento oferecidas. A escolha foi informada por experiência anterior.

⁴⁰ Trago dados quantitativos, mas estes são informados apenas para melhor ilustrar o fenômeno. Também, a pesquisa não busca exaurir o tema, ou compreendê-lo em sua totalidade. Apenas entender o conceito para além do que está disponível à primeira vista, a partir de buscas simples em plataformas como Google.

Figura 7: Gráfico mostrando número de documentos por área de conhecimento a partir dos resultados de busca na plataforma Scopus



Fonte: Scopus (2022)

Como mostra a figura n.7 acima, as áreas que abordaram a TD nos últimos 5 anos são amplas em seu escopo, desde ciências da computação e sociais, negócios e economia, até química, saúde e veterinária, totalizando 27 áreas temáticas. Considerando que apenas o número de documentos neste período equivale a 46,2% de todos os documentos da base de dados; que a intenção deste estudo é meramente compreender as diferentes abordagens do conceito, e não traçar uma imagem completa do conceito em si; e que o objetivo desta pesquisa é fornecer uma plataforma para novos estudos sobre o tema da Transformação digital na Educação. Escolho focar naqueles documentos que propõem *frameworks*, considerando que eles, por sua própria natureza, trazem uma compilação do entendimento da TD de diferentes áreas de estudo.

Com isso em mente, faço uma nova busca no Scopus com o termo de busca ‘quadro de transformação digital’, tendo como parâmetro o intervalo entre 2018 e 2022. Essa busca rende 3.074 documentos. Ao limitar a palavra-chave a ‘transformação digital’ e ‘framework’, o número é reduzido para 26 resultados. Com esse número gerenciável, prossigo com a análise dos títulos de cada documento, buscando aqueles que propõem um framework relacionado ao conceito de transformação digital. Tal escolha é feita considerando o objetivo do estudo, que é compreender melhor o conceito de transformação digital. A partir da análise dos títulos, passo então para a interpretação dos resumos, ainda dentro da plataforma Scopus. O resultado final é que 4 documentos são escolhidos para leitura adicional. A partir deles, reúno suas definições de trabalho do conceito de TD, que estão listadas na tabela abaixo.

Tabela 4: Resultado do levantamento realizado na plataforma Scopus

Título	Conceito de DT usado
Towards Managing Digital Transformation in Manufacturing Industry: Theoretical Framework	A DT é um mecanismo centrado no cliente que permite a melhoria contínua na produtividade dos processos de fabricação usando tecnologias digitais avançadas, como computação em nuvem, Internet das Coisas, análise de big data, gêmeo digital em todos os aspectos da organização (p.22)
Digital transformation as an interaction-driven perspective between business, society, and technology	Definimos DT como a interação cada vez maior entre tecnologias digitais, negócios e sociedade, que resulta em efeitos transformacionais e aumenta a velocidade, o escopo e o impacto do processo de mudança (p.639)
Eight Building Blocks for Managing Digital Transformation	[...] concluímos que a transformação digital se refere às medidas tomadas por uma empresa em resposta ao avanço da digitalização. Para transformar e habilitar novos modelos de negócios com sucesso, as empresas devem romper com as velhas estruturas [...]. Assim, a transformação digital envolve mudanças estratégicas e estruturais dentro das organizações [...] (p.5)
Digital transformation: conceptual framework	a análise [...] do conceito investigado resultou em três categorias de transformação digital nos negócios; 1) tecnologias, 2) processos e gestão, 3) pessoas [...] (p.719)

Fonte: a autora, 2022.

Com base nesses 4 artigos, deduzo que a TD, que começou a ser discutida no meio empresarial, é uma mudança provocada pela rápida implementação das tecnologias de informação e comunicação digitais. Essas mudanças nos processos e na gestão trouxeram transformações sociais, primeiro no meio empresarial, depois na sociedade como um todo. Sua visão de melhoria contínua foi expandida para todas as áreas do social, levando a um movimento de ruptura com antigas estruturas, alterando estratégias e estruturas dentro das organizações. Esta mudança, que primeiro estava contida na área de negócios, foi posteriormente entrelaçada com outras estruturas. Inclusive, está sendo efetivada na governança do Estado do Rio Grande do Sul – e eu, como funcionária da companhia de TIC do Estado, posso vir a ser agente dessa modificação.

Assim, interpreto que o conceito de TD se refere a transformações em resposta ao avanço das tecnologias digitais nos processos, que afetam tanto as estruturas quanto as pessoas. Mas como estas são vistas em um contexto educacional? E como professores respondem a isso?⁴¹

⁴¹ É importante acrescentar que a proposta de uma governança digital das práticas docentes (por formações em plataformas e calcadas em boas práticas) existe desde 2017 em muitas universidades particulares via Google for Education e, durante a pandemia, alguns municípios da região metropolitana aderiram ao pacote de formações para a Educação Básica.

Essas questões precisam ser levantadas, haja vista não só a transformação digital que se mostra cada vez mais presente, mas também e principalmente a questão da pandemia de Covid-19 que acelerou exponencialmente a implementação dessa transformação. Especialmente na Educação, quando sistemas educacionais e docentes precisaram se adequar, de uma hora para a outra e sem aviso prévio, a alterações que vinham sendo pensadas, mas não estavam prontas para implementação. Entram aqui não apenas o uso de TIC e plataformas digitais, mas também as mudanças socioeconômico-culturais resultantes dessa virada. Ainda mais se considerarmos que boa parte da atuação docente se deu através de Facebook e WhatsApp (INSTITUTO PENÍNSULA, 2020), ambientes que comprovadamente alteram a relação pedagógica e imagem social da figura docente (COLODEL, 2018; ROSADO, 2018; SANTOS, 2021, 2017). De fato, a grande maioria dos respondentes (83%) afirmam que utilizam WhatsApp para se comunicar com as famílias, em vez de usar ferramentas pedagógicas.

Essa última frase, por si só, já diz muito. A ferramenta pedagógica é transposição do ambiente controlado da escola para o espaço digital, onde a figura docente mantém seu papel estrutural. Já as plataformas de redes sociais mais se assemelham à praça do bairro, espaço horizontal onde todos se igualam e não existem (a priori) distinções por papel social. O fato de o processo de ensino aprendizagem passar do espaço estruturado e controlado da escola, para o espaço livre e sem controle da praça, é um rompimento com tradições centenárias, que compõem a própria estrutura do que significa ser docente.

Ainda, resulta em uma violência contra aquela pessoa que foi formada para atuar em um contexto específico e se vê, de uma hora para a outra como foi o caso de 2020 e a pandemia, jogada em uma situação inédita. Afinal, a pandemia em curso acelerou todas as transformações que vinham sendo desenroladas a passos controlados, colocando a todos em um turbilhão no qual a pessoa docente se vê não só despreparada, como os resultados da pesquisa mostraram (INSTITUTO PENÍNSULA, 2020), mas literalmente ansiosa, desesperada pela própria vida. Não só docentes, mas todos.

O que pode responder pelo retorno à barbárie, como reflete Žižek (2020). Vinhamos em um movimento de levante de grupos neofascistas, auxiliados – quiçá possibilitados – pelas redes sociais. Os fascistas originais usaram os meios de comunicação de massa para propagar sua ideologia e como dispositivo de controle. A Escola de Frankfurt propôs seu questionamento como saída do fascismo. Transpondo esse construto para o contexto atual, as plataformas tomam o lugar dos meios de comunicação em massa, funcionando tanto como meio de controle psicopolítico quanto, possivelmente, como veículo de libertação, através do esclarecimento. O que é exacerbado durante o isolamento necessário em caso de crise sanitária. Afinal, quando

estamos todos isolados, nós seres sociais nos voltamos ao espaço público que está ao nosso alcance, que é no caso plataformas de redes sociais. Imagino como o caso estudado teria se estruturado se tivesse ocorrido durante o isolamento social...

Trazendo a discussão para o estado, em fala recente o deputado estadual Gabriel Souza⁴² (CONVERSAS DIGITAIS, 2022) falou sobre sua atuação face as demandas escolares trazidas pela Pandemia de Covid-19. Sendo um propositor da transformação digital no Estado do Rio Grande do Sul, um gestor cuja formação é alheia à Educação, o vice-governador eleito falou abertamente em painel de evento sobre a experiência de adaptar a oferta de Educação pública ao digital. O que parecia simples, a partir de dados brutos, se mostrou bastante complexo. De acordo com ele, apesar de os dados informarem que 98% dos lares gaúchos terem ao menos 1 smartphone, o que em tese permitiria o acesso ao ambiente escolar digital pelos alunos, a realidade se mostrou desafiadora.

Em alguns casos, o artefato era de uso profissional de um dos membros do lar. Em outros, tratava-se de aparelho de baixa qualidade, que não permitia acesso aos ambientes mais complexos projetados. Mais comum ainda, a conectividade era precária. Falou também de algumas alternativas propostas, de abrir os laboratórios de informática para as comunidades, o que se provou penoso tendo em vista as necessidades sanitárias impostas pela pandemia. Enfim, trata-se de relato em primeira mão de agente primário de transformação digital, mostrando que aquilo que funciona perfeitamente em um ambiente controlado, enquanto exercício mental, não necessariamente funciona no cotidiano.

Apontou também a necessidade docente de adequação ao contexto digital, ponto no qual concordo. Porém, para além de tratar-se de violência estrutural no sentido de ser uma imposição vertical imposta a funcionários por seu empregador, a necessidade de adequação ao digital não cai apenas sobre docentes, mas a sociedade como um todo. Creio ser necessária uma formação para o digital, que inicie pela compreensão desse universo e vá além da mera tecnicidade de ensinar a usar a ferramenta. Uma formação para a cidadania digital, ponto que é levantado pelo então parlamentar Gabriel Souza em sua atuação.

Como essa formação seria estruturada, de fato todo esse tema aqui levantado, merece um estudo só seu, e não está contido no escopo dessa pesquisa. Porém, tal necessidade aponta a centralidade da discussão posta aqui. E indica que há muitos caminhos a serem seguidos a partir do trinômio Educação – Tecnologia – plataformas digitais. E nesse caso, docentes

⁴² Vice-governador eleito para o mandato 2023-2026, anteriormente deputado estadual por 2 mandatos.

definitivamente têm papel central por sua própria razão de ser, por ser aquela pessoa cuja ocupação/contribuição para a sociedade é (auto)formar sujeitos.

Até porque a pessoa docente, por sua própria atuação, está em constante contato com o outro, mas está também sujeito a ataques e, como é o caso do Brasil, a ser visto como bode expiatório/razão de todos os problemas. Em suma, sujeito a uma infinidade de violências, sociais e estruturais. Pesquisas futuras, talvez?

4. EDUCAÇÃO, VIOLÊNCIA E CULTURA DIGITAL – OU ABRINDO A CAIXA PRETA

Apresento aqui reflexões sobre o lugar da Educação no contexto de incremento digital explorado até o momento. Trago um breve apanhado sobre a relação Educação e violência, seus antecedentes históricos na cultura de massas no século XX, trazendo obras de autores já estabelecidos e de colegas de grupo de pesquisa, no qual exploramos a questão da violência e da Formação de Professores. O capítulo traz reflexões que podem embasar perspectivas para continuação da discussão sobre Formação de Professores e cultura digital, assim como votos esperançosos para o futuro.

4.1. ANTECEDENTES VIOLENTOS NA CULTURA DE MASSAS

Essa diminuição de direitos em favor de segurança (alimentar, fiscal, corpórea, territorial), característica de todos governos Fascistas, obviamente não acabou com o surgimento de governos controladores. Nos Estados Unidos pós-Guerra, o controle do Estado era tanto que surgiram programas nacionais anticomunismo. E os cidadãos norte-americanos aceitaram esse controle, em troca dessa prometida segurança, assim como vários outros países ao redor do globo. A diferença era que esse novo poder não estava resumido ao Estado: o mercado começou a ganhar espaço, provendo alternativas de segurança pessoal, a custos módicos – e foi bem-sucedido, e cresceu tanto ao ponto de suplantar o Estados em termos de segurança pessoal. Mas nunca se tratou de fascismo. Afinal, estávamos entrando na era do Indivíduo, onde todos eram livres para escolher seu caminho – desde que seguissem a cartilha colocada pelo binômio Governo – Mercado.

Qualquer semelhança entre o que foi narrado e o que ocorre no mundo há cerca de uma década não é mera coincidência. Há inúmeras semelhanças entre esse momento histórico e o atual. Os fascistas originais usaram os meios de comunicação de massa para propagar sua ideologia e como dispositivo de controle. A Escola de Frankfurt propôs seu uso como saída do fascismo. Transpondo essa discussão para o contexto atual, de avanço global da extrema-direita, que traz consigo os preceitos da violência, as plataformas tomam o lugar dos meios de

comunicação em massa, funcionando tanto como meio de controle psicopolítico quanto, possivelmente, como veículo de libertação, através do esclarecimento.

Uma questão que surge é porque estamos tão focados em reestudar o Fascismo Italiano. Este, assim como o projeto da Modernidade, e como a Internet, foi construído em cima de promessas. Promessas de um futuro glorioso e de abundâncias como o passado havia sido. De um futuro onde todos teriam emprego e a comida seria farta, a glória do Império Romano seria retomada, o país seria forte contra seus inimigos e tudo seriam rosas. Mas não foi bem assim. Como promessas geralmente não são.

A Itália como Estado também havia sido construída sobre a mesma promessa, a mesma jura de louros vindouros. Vittorio Emanuele, *Padre della Patria*, havia unido os reinos que um dia compuseram o centro do Império Romano com as mesmas promessas, que também nunca se realizaram. As cisões internas foram muitas, especialmente pelos estágios de desenvolvimento capitalista nos quais se encontravam os diferentes reinos: os do Norte, já semi-industrializados ou em vias de, contra os do Sul, ainda agrários e precários. Adicione-se a isso a perda de territórios em ataques de países vizinhos, e o campo está montado.

O que ninguém lembrou à época da ascensão de Mussolini foi de que o povo italiano, durante a unificação dos Estados Italianos em busca dessa glória prometida, havia sofrido, frequente e repetidamente. Os velhos conhecidos fome e desemprego se alastraram, a união sociocultural esperada não se efetivou, e as brigas internas aumentaram. Mussolini vinha com sua grande promessa, baseada em um discurso enfático e populista, agradando a todos, e foi recebido de braços abertos. O que não sabiam era que o sofrimento estava apenas começando.

A Itália, que ainda se recuperava Guerra de 1912, hesitou em entrar em conflitos no que viria a ser a Primeira Guerra Mundial, eventualmente virando a casaca e juntando-se aos até aquele momento inimigos, buscando pela promessa de retomada de terras perdidas, um êxito para o Estado. Os territórios foram retomados, fazendo parte, até hoje, do grande Estado italiano. Mas isso tudo veio às custas de sofrimento para a população, com grandes taxas de fome e desemprego.

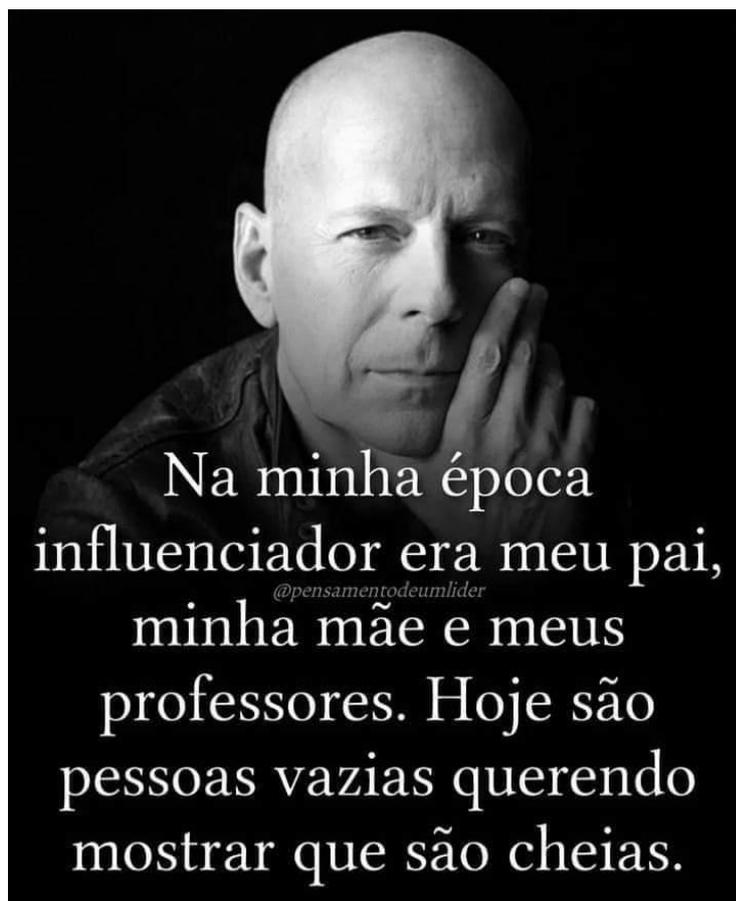
Entrou em cena, então, *Il Duce*, como era carinhosamente chamado Mussolini, como a promessa do grande pai que tudo salvará. E sim, no começo o plano aparentemente funcionou: soldados tinham comida, roupa bonita, eram ostentados pela família como aquele que deu certo. Considere-se que o mundo estava à beira da Grande Depressão, numa época em que o cidadão médio se contentava com poucas sobras de comidas e retalhos de tecido para chamar de roupa.

O que esse cidadão médio, essa massa, não viu, cegado pelo discreto charme da fartura, foi uma diminuição cada vez mais intensa de seus direitos, uma supressão de seus valores

individuais e regionalidades características de um país em formação, a partir de uma colcha de retalhos cultural como são alguns países europeus feitos a partir da união de pequenos reinos históricos – como as também promissoras vizinhas Espanha e Alemanha, outras vítimas do fascismo. Parênteses: será essa origem em comum, de Estados construídos sobre promessas de união do que antes eram reinos polissêmicos e variados, sobre a égide de um grande pai que unirá a nação e a todos salvará? Sobrevém a indagação sobre o que deixou tais nações suscetíveis a governos eleitos que se mostrariam e fariam ditatoriais e o que a experiência histórica nos diz no presente.

Ainda no século passado, a figura docente era considerada uma das mais importantes nos grupos sociais. Tanto que há uma série de memes pela Internet que aludem a esse papel central. A figura n.8 explora a relação proposta. Ela apresenta uma foto de alguma personalidade conhecida pelo grande público, um ator ou esportista ou cientista de renome (na situação em referência, o ator norte-americano Bruce Willis), trazendo mensagem textual que faça alusão a esse papel no passado tendo sido usurpado pelas novas estrelas. No meme apresentado, a mensagem diz: “Na minha época influenciador era meu pai, minha mãe e meus professores. Hoje são pessoas vazias querendo mostrar que são cheias”. Se a frase foi realmente dita pela personalidade referenciada ou não, é irrelevante. O que importa nesse tipo de material é o impacto, a possível ligação com o passado do usuário consumidor, e o potencial de interações em forma de curtidas e compartilhamentos, o fim último de qualquer conteúdo digital.

Figura 8: Meme falando sobre o papel de professores e pais como influenciadores.



Fonte: <https://infonet.com.br/blogs/claudio-nunes/4-dias-para-o-fim-da-barbarie-ultradireita-e-a-religiao-parte-iii/> (2022)

Ao mesmo tempo, temos comentários de natureza extremamente violenta em conteúdo com o mesmo potencial de interação, mas desta vez ligando indiretamente a figura docente (qualquer uma) a eventos traumáticos do passado do usuário consumidor. Esta imagem funciona como gatilho para a *shitstorm* do momento, que tem por centro agredir os professores, xingá-los, violentar não simplesmente o sujeito docente, mas aquilo que ele representa: a defesa da esfera pública, de um ambiente democrático, a possibilidade de divergir, além de ter regras, limites para as coisas. Ao que parece, muitos grupos na Internet acreditam que tudo é possível, que não existem neste novo espaço desincorporado as regras do mundo da vida, as regras acordadas por todos e construídas ao longo da história para garantir uma coexistência, se não harmônica, ao menos respeitosa.

4.2. A EDUCAÇÃO E A VIOLÊNCIA

A violência não é estranha à Educação. Conforme tratei no capítulo anterior, a Educação reduz violência ao mesmo tempo que a incita. Apesar de o modelo Iluminista de Educação, um modelo baseado em valores pacifistas e humanitários, ter se tornado hegemônico na maior parte das nações, historicamente pode-se considerar que as estruturas educacionais são violentas. De fato, se voltarmos à Grécia Antiga, os primeiros educadores eram homens escravizados que tinham como dever formar seu escravizador para a cidadania – violência com notas de ironia. Os espartanos educavam seus guerreiros para sobreviver a todos os custos, o que incluía sujeitar alunos a tudo aquilo que estariam suscetíveis em seu futuro. Castigo corporal vem recomendado pelo Antigo Testamento e ainda é utilizado em algumas instâncias, especialmente dentro do contexto familiar.

Porém, nos tempos atuais a violência toma novas formas, inclusive a violência na escola. Charlot (2002) afirma que esta não pode ser reduzida à violência física, compreendendo golpes, ferimentos, roubos, crimes, vandalismos e dominação sexual. Ele entende que a compreensão de violência deve envolver também questões relacionadas às incivildades, listadas como humilhações, palavras grosseiras e falta de respeito; e, ainda, à violência simbólica ou institucional, compreendida como desprazer no ensino, por parte dos alunos, e negação da identidade e da satisfação profissional, por parte dos professores. Vejo essa abordagem de Charlot como um pouco rasa no sentido de que toda aproximação inicial é rasa, uma primeira descoberta do tema. De fato, esta serviu como ponto de partida da presente pesquisa, à qual busquei adicionar com outros pensadores do assunto, especialmente os vindos da Filosofia.

Hughes (2020) argumenta que muito do relativo à Educação é violento. Aponta como exemplo o uso da teoria de condicionamento operante de Skinner, ainda paradigma dominante em sistemas de aprendizagem, cuja base é violenta – aprendizagem é provocada por estímulos condicionantes de ameaça e recompensa. O autor fala também da violência simbólica colocada por Bourdieu (1989), que no contexto escolar refere-se ao tipo de dominação ideológica imbuída no currículo, e por sua própria estrutura e efeito social

a escolarização tende a ser simbolicamente violenta [graças à] própria natureza de seu sistema de classificação hierárquica e efeito exclusivista na sociedade. Ela divide a população mundial entre aqueles que são formalmente educados e aqueles que não são: aqueles que se tornam “certificados” — e, portanto, legitimados — e aqueles que não o fazem (HUGHES, 2020, p. 25).

Hughes considera que outras formas de violência simbólica na Educação são a classificação e a doutrinação, que ficam mais aparentes em situações de Educação pós-colonial, a qual ignora o contexto cultural da sociedade em favor de um currículo baseado nos clássicos – europeus, portanto dos países colonizadores. O autor continua apontando as instâncias de violência estrutural relacionadas à escola: a docilidade dos alunos, construída pela coerção e tão bem trabalhada por Foucault (1996); e o discurso sobre alunos, indicativo de padrões de exclusão e abandono e que encontra seu ápice nos livros de ocorrência (LUFT, 2012). Sobre violência física, Hughes aponta *bullying* (físico e sua versão digital, o *cyberbullying*) e exclusão social, assédio sexual, além do que ele chama “notas transmitidas sexualmente”, a coerção sexual em troca de notas escolares, prática usual em países da África, segundo o autor.

O Brasil é um dos países que mais sofre com a violência contra a figura docente. Em pesquisa realizada com professores de 34 países, os respondentes brasileiros relataram sofrer agressão verbal ou intimidação pelos estudantes ao menos uma vez por semana (OCDE, 2014). Também “[...] 46,3% dos gestores da rede pública do Ensino Médio registraram a ocorrência de eventos violentos no ambiente escolar, dentre eles atentados à vida, roubos com uso de violência ou mesmo ameaças a profissionais por algum estudante” (INSTITUTO SONHO GRANDE, 2021, p. 1). Estes resultados, aliados ao trabalho que vem sendo feito pelo GPForma, mostram um quadro preocupante para a Educação brasileira em relação à violência.

Em contraponto à violência da Educação, compartilhamos no GPForma a abordagem da Educação contra a barbárie, o propósito de dirimir atos violentos de todos os tipos, inclusive os simbólicos. Inclui-se aqui como violenta a prática de considerar a Educação formal como uma mera conclusão de etapas para se chegar ao objetivo final: um bom emprego, no lugar da proposta original de formar cidadãos para a construção de uma sociedade igualitária e cada vez melhor. Sobre isso, Charlot comenta:

Se não formos capazes de ir além do atual “estudar para ter um bom emprego mais tarde” e educar nossos filhos como membros de uma espécie humana responsável pelo estado atual e futuro do mundo, será muito difícil escapar desses surtos de barbárie que já estamos vendo e cujas novas formas nos são anunciadas com orgulho pelo pós-humanismo (CHARLOT, 2020, p. 11).

Charlot define a barbárie neste contexto como “qualquer situação, encontro, relação entre humanos na qual um nega a humanidade do outro” (2020, p. 13). E parece que, cotidianamente, percebemos que o espaço digital e a experiência desincorporada são terreno fértil para o desenvolvimento dessa negação, aspecto que me encaminha a argumentar sobre a questão da alteridade no espaço digital. Santos considera que neste espaço “a alteridade [...]”

possui um componente indisfarçável de exclusão a partir do estigma” (2005, p. 43). Uma herança da 2ª. Guerra com marcas na Filosofia e na Educação do Século XX que estendeu seu impacto no presente século, quando vivemos uma espécie de *Zeitgeist* negativo, conforme já aponte, resultante da indelével experiência de Auschwitz, o signo maior de catástrofe dos nossos tempos.

A paisagem educacional que herdamos tem no elemento da avaliação uma característica marcante. As questões de alteridade e empatia são terreno fértil para estudo de games, e mais ainda para a gamificação na Educação, sendo que o potencial de negação do outro é grande nesse contexto. Para ela, a atual tendência lúdica de uso de games na Educação tornou-se bastante conveniente.

Gamificação é uma abordagem característica da cultura digital que transforma em experiência de vídeo game (através de mecânicas, estratégias e pensamentos) atos do cotidiano. Na Educação, tem por fim motivar indivíduos à ação, promover aprendizagens e auxiliar na solução de problemas, algo com potencial positivo. Porém, e como Black Mirror (LEMOS, 2018) também nos mostrou no episódio *Nosedive*, o primeiro da terceira temporada, o potencial negativo é de grande impacto. Em um mundo regido por avaliações, assim como número de estrelas de produtos a venda online, a protagonista Lacie, cuja reputação é 4,2, quer se mudar para um apartamento onde reputação mínima necessária é de 4,5. O episódio acompanha suas desventuras de gamificação ao buscar o almejado número, que no fim chega a míseros 2,6.

O interessante desse episódio é acompanhar a jornada de descoberta de Lacie. De alguém que vive de aparências para manter uma boa reputação, enquanto ignorando outros que não são relevantes para sua escalada social, a protagonista atinge o “fundo do poço” social e, presa, rompe as amarras da gamificação social e passa a reconhecer a si e ao outro interlocutor por quem realmente são.

Antes dos atuais games, nos primórdios, o acesso à Internet era um ritual. O próprio ato de “entrar na Internet”, tinha nele um ritual físico e simbólico envolvido, de ir a um espaço específico, ligar o computador, estabelecer a conexão com o servidor, abrir o navegador, as pausas envolvidas no processo. Este separava a experiência da Internet da experiência do cotidiano. O fato de existirem todos esses passos, o comprometimento de tempo envolvido, criava uma separação simbólica entre as realidades vividas. E os ritos sociais eram mantidos. Hoje, com as mudanças culturais e tecnológicas resultantes de evoluções cada vez mais aceleradas das TIC envolvidas nos processos digitais, essa separação simbólica é cada vez menor, quando não inexistente. Aquele ritual de “entrar na Internet” se tornou obsoleto: conexões DSL, redes de *wireless* e pacotes de dados nos smartphones estão sempre disponíveis

e, por consequência, estamos sempre conectados. Qualquer informação está disponível a um click de distância, a uma pergunta ao onisciente e onipresente Google.

A discussão desincorporada através de plataformas não é regida por indicadores sociais, o que facilita imensamente a negação do outro. É como se o discutir tomasse forma de jogo, cujo objetivo é vencer. E é algo desse tipo que ocorre quando discussões político-ideológicas são iniciadas online, com usuários identificando-se com times e tendo como objetivo final aniquilar o concorrente. O que antigamente estava limitado ao futebol, agora está ligado à política, com lados demarcados através de manipulação midiática. A figura docente progressivamente foi se convertendo num alvo comum a todos, pois todos tivemos professores que marcaram nossa história, seja para o bem, seja para o mal.

O primeiro fenômeno de politização das plataformas de redes sociais, o que apontaria os movimentos extremistas que viriam, foi a denominada Primavera Árabe, ocorrida a partir de 2010 (BARTKOWIAK *et al.*, 2017). A centralidade das plataformas nesse caso está principalmente em sua transnacionalidade, condição *sine qua non* para eclosão do movimento. Nesse caso,

Foi formada uma ágora virtual, onde a sociedade civil pode trocar informações e compartilhar suas indignações e desejos. As redes sociais foram usadas para além de seus propósitos, pois o Twitter, o Facebook e os blogs não tinham como propósito levantar a indignação política popular. Porém, como estes são meios de comunicação, onde se conectam pessoas de diversos países, estão propensos a reunir afinidades de todas as proporções e na Primavera Árabe acabou tornando-se o principal meio de se fazer política (BARTKOWIAK *et al.*, 2017, p. 68).

Trago este caso porque marca uma mudança global na maneira como a Internet passou a ser usada, e que resultaria indiretamente na apropriação dessa pelo movimento mundial de extrema direita. Este é ímpar pois reúne grande parte do conhecimento científico desenvolvido a partir de Auschwitz, desde psicologia até tecnologia, para estruturar uma nova forma de poder, que vai desde a bio até a psicopolítica, e que impulsiona ainda mais a questão das violências em rede. Penso as reflexões desenvolvidas sobre o Caso da Professora de Indaial são um exemplo adequado a esse propósito.

Han (2017) considera a passagem da violência do visível ao invisível, do frontal ao viral ao auto infligido, da força bruta à força mediada, do real ao virtual. De acordo com ele, a violência passou do negativo — explosivo, massivo e marcial — para o positivo, exercido sem inimizade ou dominação. O que cria a falsa impressão de que a violência desapareceu, diz ele. Ao se tornar anônima, dessubjetivada, sistêmica, a violência não mais é percebida porque se

tornou parte da sociedade. Começa investigando manifestações macro físicas da violência, que se desenvolvem a partir da tensão entre o eu e o outro, interior e exterior, amigo e inimigo, que assumem a forma de negatividade – incluindo a violência arcaica do sacrifício e do sangue, a violência mítica dos deuses ciumentos e vingativos, a violência mortal do soberano, a violência impiedosa da tortura, a violência incruenta da câmara de gás, a violência viral do terrorismo e a violência verbal, da linguagem ofensiva. Pensando em termos de sua classificação, esta seria a violência da biopolítica, que move corpos em nome do poder.

A macrológica da violência se constitui a partir da tensão entre si e outro, manifestação que inclui a violência verbal, de linguagem ofensiva. No que tange à figura docente, a violência é a ela dirigida considerando-a como alvo de classe e também o indivíduo docente como materialização e representação daquilo que foi construído como uma espécie de grande inimigo: o Estado, a coisa pública, a instituição escola.

A violência psicopolítica afeta a psique e é uma violência da positividade, que opera pelo excesso dessa qualidade, manifestando-se como superação, superprodução, supercomunicação, hiper atenção e hiperatividade. Ela encontrou terreno fértil para seu desenvolvimento na sociedade hiperconectada por plataformas, cuja mensagem é individualizada para cada perfil de usuário, diferentemente daquela distribuída em massa. Para Han, a violência da positividade pode ser ainda mais desastrosa do que a da negatividade, pois opera psiquicamente, e pode ter efeitos físicos como infarto, depressão, *burnout*... A violência positiva se manifesta em relação ao docente com a plataformização do papel e atividade docente, colocando cada sujeito docente como empreendedor de si e responsável por sua própria atuação, seu próprio trabalho e relevância. É a expressão de um excesso de positividade que se manifesta em múltiplas características como superação, superprodução, supercomunicação, hiperatenção e hiperatividade. E também pode ser interpretada como uma manifestação da microfísica da violência.

Vejo um certo equívoco, talvez um superdimensionamento, na teoria de Han (2018a) quando este assume que já estamos completamente imersos na sociedade do rendimento e que a sociedade disciplinar já foi suplantada. Penso, desde a perspectiva brasileira, que nossas atividades disciplinares ainda não perderam sua força e que as duas coexistem, a sociedade disciplinar e a sociedade do rendimento. As principais tensões, ademais, consistem em que fator de amplificação da violência e com responsabilidade na propagação da violência em rede.

A sociedade do rendimento colocada pelo autor, inserida no projeto neoliberal, faz-se possível graças às TIC, ainda que sua implantação não esteja completamente atualizada no Brasil, porque o projeto neoliberal necessita ampliar-se a aprofundar-se. Ao estarmos em

transição, necessitamos estar posicionados, vivendo as tensões dessa transição, truncada como está por resistências e por sua própria estrutura descentralizada.

Não me aprofundarei muito nessa seara para além de levantar sua possível existência porque 1) extrapola minhas competências, dada minha área de formação alheia a ciência política, o que implica em uma visão limitada da paisagem e do arcabouço teórico, e 2) o sujeito central da pesquisa ser a figura docente e como ela é afetada por essa violência em rede.

Penso meu papel, nesse momento, como o de agente *provocateur*, na perspectiva já referida de Žižek, que aponta vários possíveis caminhos e escolhe desenvolver alguns. Por isso a tese expressa o propósito de seguir lateralmente essas linhas de tensão entre poder e violência, entre sociedade disciplinar e sociedade do rendimento, aprofundando a questão das violências em rede e como a figura docente é afetada nesse entremeio, tendo como pano de fundo o panorama apresentado.

Ademais, creio que para uma sobrevivência (talvez não a palavra mais adequada, mas considero que neste aspecto nós estamos em construção) da figura docente como uma totalidade e para as pessoas no exercício da docência, vítimas diretas de fluxos comunicacionais alheios a sua vontade, seja necessária a compreensão desses movimentos.

Voltando ao caso da Professora de Indaial, o esperado no momento que ela divide com seu grupo pessoal a agressão sofrida no curso de seu dia de trabalho seria dedicado ao usufruto de um laço de solidariedade, manifestação de apoio em defesa da vítima. Não foi o que aconteceu – o que se passou foi, de fato, o oposto. Houve um esforço concentrado, que provavelmente foi iniciado por *trolls*, de incitar caos em torno do acontecido.⁴³ E para tanto, valeram-se dos rastros da professora, como demonstrado pela alusão a sua preferência política, amplamente documentada em seu perfil pessoal. E a agressão não se reduz ao local de origem digital, o Facebook. Espalha-se a todo e qualquer canal que tenha publicado sobre o ocorrido, muitos desses que utilizam o API do Facebook para adicionar formulários de comentário aos conteúdos publicados em sites externos, o que impulsiona a dissipação do conteúdo dentro da plataforma. Dessa maneira, completando o círculo vicioso de consumo de conteúdo violento em múltiplas searas sociais.

O caso foi selecionado por chamar atenção por sua diferença. Existem muitos casos de violência contra a figura docente. O Brasil, inclusive, é um dos países com os maiores índices de violência contra professores. Mas esse caso se destaca especificamente pela dupla violência, a corporal, física, e a simbólica, no ambiente digital. O que temos aqui é uma relação de

⁴³ Digo provavelmente porque, em função da natureza do fenômeno, não há como comprovar sua origem.

continuidade, característica dessa cultura digital integrada, incorporada e cotidiana (HINE, 2015). E esta é potencialmente perigosa, pois as redes potencializam tudo que nelas está, assim como a cultura, e estas retroalimentam as violências, tornando-as cada vez mais potentes. Em condições normais, ou seja, sem essa ampliação trazida pelas redes e rastros, talvez o incidente tivesse ficado entre o pequeno grupo envolvido, talvez alguns amigos para além do grupo. Mas da maneira como ocorreu, as violências foram multiplicadas exponencialmente, e foram muito além das violências do incidente em si, ampliando para questões pessoais e para o clima de extremismo político pelo qual o país passava naquele momento.

4.3. OS CAMINHOS POSSÍVEIS

Enquanto escrevo essas linhas, o presidente Lula menciona em seu discurso de posse como 39º Presidente do Brasil a universalização do acesso à Internet como meta de governo. Sim, é direito de todos, assim como foi o acesso ao jornal, ao rádio e à televisão. Mas diferente dessas mídias tradicionais, essa nova mídia da Internet traz consigo as particularidades que foram levantadas aqui. E com isso, se torna necessária uma formação para seu uso, para que o usuário não esteja sujeito à barbárie como esteve nos últimos anos, não se coloque sem perceber na posição de vítima, principalmente depois do caso Cambridge Analytica e tudo que dele resultou, inclusive os últimos anos na história do Brasil e do mundo.

Face às primeiras experiências de inclusão digital e o ponto ao qual chegamos, de apropriação dos canais digitais pelos movimentos extremistas ao redor do mundo, a UNESCO (2016) estabeleceu três caminhos essenciais para o tipo de cidadania digital, que pode inclusive reduzir a atração da violência extremista:

- Alfabetização digital: habilidades cognitivas, criativas e críticas para criar e se envolver com conteúdo;
- Resiliência digital: capacidade de gerenciar riscos online;
- Direitos e responsabilidades digitais: Capacidade de reconhecer o direito de cada um ao acesso equitativo às TIC e o direito à privacidade, mantendo a responsabilidade de respeitar os direitos dos outros.

No Brasil, o movimento rumo à alfabetização digital teve seu início em 2003, a partir de diversas políticas públicas desenvolvidas, ao longo de 12 anos, focadas em inclusão digital

(CARVALHO; AMÉRICO, 2014). Porém, como já foi apresentado, a maior inclusão se deu não por políticas públicas diretamente, mas sim a partir de plataformas por meio de acordos com operadoras telefônicas, favorecendo o acesso ao conteúdo dessas plataformas. Tanto que chegamos ao ponto de a população equacionar Facebook à Internet.

A nota sobre Brasil no relatório Talis (SCHWABE, 2019) fala da percepção de professores sobre temas específicos. Questionados sobre ambiente de sala de aula, 94% dos respondentes concordam que, em geral, alunos e professores “geralmente se dão bem. No entanto, 28% dos diretores relatam atos regulares de intimidação ou *bullying* entre seus alunos, o que é superior à média da OCDE (14%)” (SCHWABE, 2019, p. 2). O relatório traz também o número de 83% de professores havendo sido instruídos sobre conteúdo, pedagogia e práticas pedagógicas, mas não menciona especificamente formação sobre como lidar com esses atos regulares de violência, ou sobre Cultura e transformação digital. Claro, o relatório compreende 5 anos de pesquisa, e foi publicado em 2019. Acredito que, na atual condição pós-pandemia, tanto as perguntas quanto as respostas serão diferentes no próximo relatório.⁴⁴

Outro fator é a idade docente no Brasil, o que em termos de fluência digital é relevante, haja vista a difícil adaptação a esse novo contexto digital por pessoas que não são nativos digitais, que não conhecem ou não se sentem confiantes neste ambiente. Ainda segundo o relatório, a média de idade de professores brasileiros é de 42 anos, sendo que 23% estão acima dos 50 anos. De acordo com o relatório, isso significa que o país precisará renovar ¼ de seu quadro de trabalhadores durante a próxima década. O relatório também aponta que cerca de 70% desse número total é composto por mulheres professoras com mais de 15 anos de experiência, e quase 80% são diretoras, com cerca de 8 anos de experiência em gestão na média. Esses números são bastante ilustrativos do contingente docente que, provavelmente, a partir de uma extrapolação contextual, não tem familiaridade com a cultura digital para além do uso de plataformas de redes sociais como usuário consumidor.

Sobre formação continuada, 87% de professores respondentes afirmam terem participado de ao menos uma atividade de treinamento no ano anterior à pesquisa (portanto, 2017). Cursos e seminários são também uma maneira popular de desenvolvimento profissional entre estes profissionais, sendo que 65% declaram haver participado neste tipo de atividade, enquanto 26% participaram de treinamentos baseados em aprendizagem entre pares e coaching, com este tipo de atividade considerada a mais impactante segundo os respondentes. Essas

⁴⁴ O estudo é realizado a cada 5 anos, sendo esta a 3ª edição. Todas as edições, 2008, 2013 e 2018, estão disponíveis em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/talis/resultados>.

práticas fazem parte de um novo ambiente educativo para a formação de professores proposto por Nóvoa (2019), ambiente esse baseado no tripé cooperação – criação – estudo/pesquisa.

Docentes respondentes que passaram por esse tipo de treinamento (82%) se dizem satisfeitos com o treinamento recebido, sendo que docentes que participam desses “treinamentos impactantes tendem a apresentar níveis mais altos de autoeficácia e satisfação no trabalho” (SCHWABE, 2019, p. 4). Outro resultado importante é o de que, em toda a OCDE, o desenvolvimento de habilidades avançadas em TIC é uma área em que os professores alegam precisar de mais treinamento.

Este último resultado vai ao encontro do expressado por Hughes (2020), que finaliza seu artigo apontando caminhos a serem seguidos, que incluem pensamento pós-colonial, pedagogias do diálogo inclusivo e educação para a cidadania digital, discussão onde esta tese está inserida. Tanta atividade comunicativa ocorre na web e tanta narrativa indutora de violência é articulada nesse espaço que é essencial equipar alunos e instrutores, cidadãos em geral, com a capacidade de navegar na web de forma crítica e cuidadosa.

Também nessa linha, em apresentação ao Guia dos Professores ao Talis 2013 (OCDE, 2014), o Secretário Geral da OCDE Angel Gurría reconhece a Educação como o grande equalizador na sociedade. Reconhece também o grande desafio que é equipar professores com habilidades e ferramentas necessárias para prover oportunidades de aprendizagem efetiva aos alunos. Coloca que as “habilidades que os alunos precisam para contribuir efetivamente para a sociedade estão em constante mudança. A maioria das escolas hoje parece a mesma de uma geração atrás, e os próprios professores muitas vezes não estão desenvolvendo as práticas e habilidades necessárias para atender às diversas necessidades dos alunos de hoje...” (OCDE, 2014, p. 5). Noto um toque de violência nessas palavras, colocando a culpa pelo estado atual da Educação no despreparo docente para atuar no mundo contemporâneo. Pois bem, estas habilidades não são exclusividade dos alunos. Também docentes precisam acesso a elas, como formação e formação continuada que sejam bem estruturadas, que tragam para a discussão temas relevantes que apoiem a construção de sua formação.

A OCDE evidencia que a Educação colabora para o desenvolvimento do capital humano que promove o alcance do bem-estar pessoal, social e econômico. No entanto, melhorar a qualidade da Educação é uma necessidade evidenciada na formação de professores. Os países membros da OCDE estão encontrando dificuldades em manter os docentes qualificados e, além disso, as funções que exerciam foram ampliadas. Com isso, torna-se necessário que a formação de professores seja repensada, pois é necessário que novas competências sejam adquiridas pelo profissional para que seja possível responder a este mundo repleto de modificações. Essas

preocupações da OCDE corroboram o interesse em formar professores que correspondam a essas reivindicações. Segundo Maués:

Outras políticas se fazem necessárias à medida do tempo de profissão, tais como um plano de carreira, as responsabilidades inerentes ao trabalho, a interação com os alunos, o clima da escola, a relação com o diretor do estabelecimento e as possibilidades de aperfeiçoamento e crescimento profissional. (MAUÉS, 2011, p. 81).

Baseado nessas questões o relatório da OCDE apoia o conceito de “professor eficaz”, ou seja, um profissional que considere as ações de um docente, que investigue e solucione problemas, que reflexione sobre a sua própria prática, incumbindo-se de responsabilidades acerca de seus próprios atos profissionais, tal como, sobre a continuidade de sua formação. O que requer do docente uma resiliência cada vez maior, para além da simples invulnerabilidade, da capacidade de resistir ao estresse cotidiano. Esta deve fazer parte da identidade do docente contemporâneo, de fato todo o cidadão desse tempo, e é

percebida como um longo processo de aquisição de conhecimentos e habilidades, permite outra perspectiva até então desvalorizada, que é a possibilidade de esta capacidade ser promovida e fortalecida nos indivíduos ao longo de toda a vida, para que tal inserção crítica e positiva se processe perante as situações de enfrentamento das dificuldades (VIERA TREVISAN, 2018, p. 131).

Segundo Pimenta (2000), a identidade do professor se baseia na articulação entre os saberes das áreas específicas, com os saberes pedagógicos e os saberes da experiência. É a integração desses saberes que faz possível a atuação do professor. Nenhum conhecimento tem primazia sobre o outro e quanto mais harmonia entre eles mais facilitada é a atuação do professor. Nesse sentido, e indo ao encontro do que já foi colocado aqui, especialmente a centralidade da cultura digital nos tempos atuais, se faz necessário um saber digital “capaz de apreender problemas globais e fundamentais para neles inserir os conhecimentos parciais e locais” (MORIN, 2013, n.p.), uma sistematização dos conhecimentos dessa área adequados à linguagem comum docente. Processo que facilite a significação desse novo universo, alheio a grande parte da população e que se torna cada vez mais central à atuação profissional. Um saber relativo a esse novo cotidiano digital que vá além da técnica, da fluência em *softwares*. Com a plena “consciência de que o humano é, ao mesmo tempo, indivíduo, parte da sociedade, parte da espécie [...] [compreendendo] o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e da consciência de pertencer à espécie humana” (MORIN, 2013, n.p.). Uma ética da Internet que abarque o estudo da teoria, das estruturas sociopolítico-

econômicas envolvidas nessa nova era, intencionando a consciência da caixa preta para que seu uso seja mais intencional e menos guiado.

Conclui primeiramente que essa temática deveria merecer mais atenção dos currículos de licenciatura e de todos os cursos de Educação superior, ampliando a docência a partir dos conhecimentos básicos sobre a cultura digital, para além de sua ferramentalização. Em segundo, a transformação da base da formação continuada para profissionais na ativa, sendo esta uma condição mínima de formação para a cidadania ativa nesse contexto. Também propõe a transformação da docência em mediadora de mudança cultural, no sentido de maior conhecimento sobre a paisagem digital na qual estamos cada vez mais inseridos.

Jenkins (2015) traz uma imagem esperançosa de horizontalização da criação de conteúdos midiáticos propiciada pelas tecnologias digitais. Realmente, a criação está ao alcance de qualquer pessoa com acesso à Internet e o conhecimento mínimo necessário para sua criação. Mas a distribuição desse conteúdo está a cargo de plataformas, que são uma nova geração de guardadores de portão. Estes não controlam quem pode entrar, como os guardadores de outrora, mas sim quem irá ser visto após entrar, a partir de um híbrido de concurso de popularidade e sorte no algoritmo. Considerando que plataformas são cada vez mais usadas para o ensino aprendizagem (COLODEL, 2018; HERM-MORRIS, 2021; SALOMON, 2015; SANTOS, 2021), creio ser necessária a inclusão destes saberes ao repertório de docentes atuantes e futuros. E isso passa pela Cidadania Digital.

Cabe aqui mencionar a proposta de Nóvoa (2019, 2022), de uma nova maneira de pensar a Escola. Principalmente após a pandemia, que nos forçou a todos a viver e conviver nesse ambiente digital, mesmo contra a vontade. “A era digital impôs-se nas nossas vidas, na economia, na cultura e na sociedade, e também na Educação. Nada foi programado. Tudo veio de supetão. Repentinamente. Brutalmente” (NÓVOA, 2022). Segue ainda declarando que

Hoje, não é possível pensar a educação e os professores sem uma referência às tecnologias e à “virtualidade”. Vivemos conexões sem limites, num mundo marcado por fraturas e divisões digitais. É preciso enfrentar com lucidez, e coragem, estas tensões: entre um empobrecimento da diversidade e a valorização de diferentes culturas e modos de viver; entre uma diminuição da privacidade e liberdade e a afirmação de novas formas de democracia e participação; entre a redução do conhecimento ao digital e a importância de todo o conhecimento, humano e social (NÓVOA, 2022, p. 36).

É a partir dessa linha de pensamento que proponho o que segue. Um saber digital, que seja transversal, que toque tanto docentes quanto alunos, cidadãos todos. Um saber despositivar, no sentido de desfazer essa positividade característica da sociedade atual, relacionado à

alfabetização, resiliência e cidadania digitais. que seja transversal, que toque tanto docentes quanto alunos, cidadãos todos. Foucault (1996) argumenta que o discurso se faz ligação entre poder e saber, com a fala encarnando prática de resistência à ‘objetivação discursiva’. Pois bem, uma maneira de formar docentes para navegar essas águas turbulentas de hoje é pela formação para um mundo onde a cultura digital é integrada, incorporada e cotidiana (HINE, 2015), com conceitos e terminologias adequados que levantem o véu do desconhecimento de seus rostos. Que deixe às claras as estruturas de poder em ação, evitando que precisem, assim como o príncipe da Dinamarca, recorrer à loucura para poder compreender esse mundo. Trata-se de ajudá-los, com base no tripé cooperação – criação – estudo/pesquisa (NÓVOA, 2019), na construção de uma autoaprendizagem formadora que articule conhecimentos, habilidades, comportamentos, funcionalidades e significações, como enfatiza Josso (2003).

Como a própria vida, esse ambiente apresenta diversas contradições, nas quais os conflitos de interesse emergem dos discursos que se manifestam nos planos mercadológico, midiático e estatal [...] [contrapondo o argumento de] Lévy que a cibercultura aumenta as possibilidades da inteligência coletiva e, por sua vez, a potência do povo, que, ao consumir, produzir e disseminar informações, pode pressionar os governos, por mais transparência, abertura e diálogo (AMARAL; SANTOS, 2018, online).

“Como nossa prática é baseada na comunicação, e a Internet transforma o modo como nos comunicamos, nossas vidas são profundamente afetadas por essa nova tecnologia da comunicação [...]”, adverte Castells (2003, p. 10). E essa mudança torna necessária uma adaptação na maneira de se comunicar.

Trata-se de ajudá-los, os docentes, com base no tripé cooperação – criação – estudo/pesquisa, como apontado por eles próprios, na construção de uma autoaprendizagem formadora que articule conhecimentos, habilidades, comportamentos, funcionalidades e significações. Uma transformação baseada em adaptação na maneira de se comunicar, que adote uma atitude colaborativa de acordo com o espírito contemporâneo, adequada às transfigurações trazidas pelas plataformas digitais e suas particularidades. Para que assim docentes possam se inserir de forma mais qualificada no contexto de discussão. Para que possam responder aos desafios postos pela contemporaneidade.

É importante que o material necessário para sustentar essa formação seja oriundo desse contexto de transdisciplinaridade, que acompanhe a velocidade dos Estudos de plataforma e de cultura digital, estes cujo tempo, por ser muito mais rápido, é completamente diferente daquele mais espaçado da Educação e seus Fundamentos. Percebo ainda hoje estudos em Educação que

se apoiam em conceitos que, para os estudos digitais, já são considerados superados. Considero de extrema importância um diálogo mais próximo e aprofundado entre os campos, em uma atitude colaborativa, crítica e criativa, o que só pode vir a benefício de ambos. Mantendo o diálogo sempre aberto, como é característica da civilização ocidental, que é capaz de questionar e criticar a si mesma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese foi desenvolvida no propósito de investigar e refletir sobre as violências em rede, propagadas com auxílio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), especificamente as plataformas de redes sociais, em sua repercussão no que tange à Educação em geral e à figura docente em específico. A proposta se fez necessária face à explosão das expressões de violência direcionadas à figura docente no novo século, especialmente pelo uso da plataforma de rede social Facebook. O fenômeno possui a faceta de ser também um objeto de incompreensão generalizada que parece ter tomado conta das comunicações e relações humanas. Foi central na pesquisa também a limitação percebida nas produções encontradas sobre o tema da violência e redes sociais, as quais foram inicialmente apontadas. Como o Estado da Arte mostrou, existe uma certa confusão em sistematizar estudos sobre o tema da Violência no contexto das redes, com diversas aproximações a partir de campos distintos que não dialogam entre si. Notei também algo de confuso no uso de conceitos, especialmente os específicos dos estudos de cultura digital e plataforma, o que torna o processo de explorar esse universo a partir da Educação algo truncado e que, portanto, demanda um esforço continuado de investigação.

Esse conjunto de fatores justificou a necessidade de uma interpretação do fenômeno que o pense no nível estrutural, em um movimento de afastamento filosófico, a fim de melhor compreender as violências em rede na sua totalidade e, assim, podermos nos colocar à frente dela, através de um saber emancipatório em relação às caixas pretas que são as tecnologias e plataformas de redes sociais. Tal aspecto também pode permitir-nos, ao menos, um posicionamento com mais segurança face a elas.

Para tanto, parti da realidade concreta por meio do estudo do caso da Professora de Indaial. Tal escolha se deu por esse caso específico contrariar a lógica do “senso comum instituído” de que a violência emerge das plataformas de redes sociais, do online, para o espaço real, offline. O caso explicita o fato de que as plataformas de redes sociais não são a fonte da violência, mas sim meio de expressão desta. Pensou-se dar visibilidade às mudanças provocadas na imagem social da figura docente por meio das violências em rede, que carregam os registros da digitalização das comunicações – um processo irreversível na história da humanidade.

Fazendo uso de experiências prévias e do contexto do GPForma do estudo coletivo sobre violência sob a ótica da Filosofia, é a partir dessas aproximações, bem como de uma leitura interdisciplinar, que a pesquisa foi construída. A pesquisa foi estruturada pela perspectiva hermenêutica, tendo como propósito promover uma aproximação entre docentes, muitos leigos digitais, e as temáticas da cultura digital. Não foi objetivo exaurir a discussão, mas sim construir pontes entre estes sujeitos, tornando os conceitos mais familiares ao campo da Educação e da formação de professores, ao mesmo tempo que busca tornar visíveis as violências veladas e/ou simbólicas às quais estamos sujeitos a cada interação.

A pandemia de COVID-19 deixou bastante claro o fato já estabelecido de que não há mais fronteira entre o espaço digital e a educação formal. Este espaço é hoje social, e é nele que as interações se dão, sendo que nós usuários temos um mínimo de controle num espaço com uma hierarquia inexistente. Também o Design, minha área de formação original, veio agregar uma perspectiva de aglutinação, de sobreposição e de diálogos, ou pontes, entre os diversos temas abordados, aparentemente díspares. Também foi minha formação heterodoxa, mas alinhada com as Indústrias Criativas que serviu como base para a exploração e o estudo.

Apoiei-me no mito de Hamlet de William Shakespeare por suas temáticas de corrupção, comunicação – ou suas falhas – e sua marca que, de certa maneira, inaugura a Modernidade. Recorro a ele também porque é um dos produtos culturais mais revistos e repensados na história da indústria cultural, com diversas releituras ao longo dos tempos. Entendo assim sua proximidade com o sujeito de estudo: o social e o político, e suas convergências. Ele tem o mérito de ser uma figura que representa uma transformação paradigmática, no caso a passagem do modo de vida medieval para o moderno, de mudança de maneiras de ver o mundo e se colocar nele. Assim como o movimento que vivemos hoje, com a plataformização da vida e a transformação digital.

Para refletir sobre o panorama atual de estouros de violência visível que interpreto como manifestações de reação a uma violência sutil e velada, à rápida tecnologização do cotidiano, parti do fenômeno da violência em rede e seu reflexo na figura docente; especificamente tendo como ponto zero a instância da Professora de Indaial. Pensando aqui não buscar uma solução para o problema da violência mediada por mídias digitais, mas sim tentar realizar uma interpretação no nível macro, de estruturas, dessa violência propagada em rede, fruto da tensão entre poder e violência, no contexto da nova estruturação sociopolítico-econômica. Esta que se propaga ao nível micro, de indivíduos, e afeta a figura docente no Brasil. Com uma esperança de entender esse processo o suficiente para propor caminhos para uma futura construção que auxilie na solução desse problema.

Partindo de estudos em Filosofia da Educação e cultura digital, propus como tema de pesquisa interpretar as maneiras pelas quais a violência, especialmente aquela ligada à Educação, está mudando, partindo de meu próprio campo original da Indústria Criativa e, através de uma hermenêutica reconstrutiva e através de um estudo de caso, esclarecer as correlações entre os conceitos centrais violência, plataformas digitais e Educação. A essa estrutura foi adicionado um quarto conceito, o da transformação digital. Esta é vista como central e tem consequências em termos de política pública, como por exemplo, a perspectiva adotada pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul para a transição ao digital.

Acredito que as questões de pesquisa tenham sido atendidas, principalmente face à necessidade de entender a violência em rede, como ela se articula, seus fluxos considerando o mundo pós Pandemia, que trouxe a digitalização para o centro da experiência humana. Não se trata de uma interpretação final, que dê conta do todo desse fenômeno. Até porque este se reconfigura diariamente, a cada alteração no contexto. Mas uma incursão inicial, que aponte caminhos para a comunidade científica – caminhos estes a serem validados ou refutados no futuro. Uma provocação, à la Žižek.

Após o percurso realizado, com todo o esforço por disciplinar a análise, creio que as escolhas metodológicas foram acertadas, fazendo a ponte entre minha formação mais tecnicista, como designer, e a mais humanista, como docente pesquisadora de Filosofia da Educação. O estudo de caso, aliado à interpretação hermenêutica, permitiu explorar esse fenômeno emblemático no qual os limites entre o social e o profissional, o particular e o universal, o público e o privado, foram distendidos até o ponto de rompimento. E tudo a partir de um simples compartilhamento de experiência pessoal de uma pessoa violentada durante seu dia de trabalho.

A análise desses dados, aliada à interpretação do contexto histórico, apontaram para duas possíveis fontes de violência em rede que afetam a figura docente:

- 1) a expressão da violência cotidiana, de parte dos indivíduos, também através das plataformas e das redes sociais nela inseridas, o que resulta em uma violência em se tratando de sujeito; e,
- 2) o uso, por grupos estabelecidos e não necessariamente visíveis, das plataformas como instrumento de controle e coerção do público, agora de maneira direcionada ao indivíduo ao invés das massas, como foi feito em outros tempos – uma violência sistêmica. É por estas interpretações que estruturo o estudo: apresento o caso, apontando nele os momentos de violência; posteriormente, passo à interpretação desses momentos a partir da literatura. É esta a topologia aqui apresentada.

Pensando violências no nível micro, faço no capítulo 2 uma aproximação lateral à questão da violência direcionada à figura docente. Esta foi realizada através do estudo de um caso que recebeu grande visibilidade nas mídias tradicional e social, configurando esse movimento de transmidiação um filtro para seleção do caso, a qual é balizada principalmente pela circularidade do caso envolvendo professora e aluno em ambiente escolar, offline, que se estende ao online. Incutindo dessa maneira uma multitude de violências – tanto à professora como indivíduo quanto como representante de sua categoria profissional e também ao aluno.

Conforme aponte na interpretação, a violência está expressa neste caso de diversas maneiras. Temos a violência da professora contra o aluno a partir de seu poder: a professora pedindo ao aluno que colocasse seu livro didático sobre a mesa. Veladamente, a professora mostra seu poder sobre a classe como um todo e os diferentes sujeitos presentes – a violência docente imposta pelo modelo fabril de ensino, vertical, professor como autoridade na sala. E a violência do aluno, ao agredir a figura de autoridade, fruto de sua falta de poder: o jovem se alterando, respondendo de maneira verbal e fisicamente violenta. Essa reação é algo naturalizado em sua experiência e que indica todo um outro conjunto de violências.

E repetindo o ciclo, temos a violência do sistema contra o aluno e contra a professora, manifestação de seu poder de Estado. A professora não saber administrar o fato e apelar por socorro para a gestão exemplifica os vícios da Educação que trabalha dentro do modelo fabril, que separa teoria e prática – gestores e especialistas de um lado, professores do outro. O jovem negando o ocorrido em sala, exaltando-se e acusando a professora de estar mentindo, finalmente partindo às vias de fato, um pedido violento de ajuda.

Os conceitos de violência trabalhados foram originalmente desenvolvidos em alemão, fato relevante pois nesta língua a mesma palavra *gewalt* pode ser usada para significar tanto violência quanto poder, e a tese é construída a partir dessa tensão. Como trabalho a relação entre a violência em rede e o novo poder conquistado pelo sujeito indivíduo através da Internet, a ambiguidade da palavra se presta para pensar essa nova forma de manifestação do poder.

São trazidas conceituações de violência de vários autores, iniciando por Benjamin, Arendt e Han, que estruturam o construto. Aproximo também Bourdieu, Zuin, Weil, Mosé e Tiburi, além de Žižek para fortalecer a construção. Exponho e reflito sobre questões relacionadas à violência estrutural, no contexto brasileiro, relativas ao acesso à Internet, particularidades locais que estão relacionadas ao contexto sociopolítico econômico. Essas questões são centrais, haja vista o direito do cidadão ao acesso à informação, no caso através da Internet, e como esse direito é utilizado como ferramenta de controle social e exclusão.

Passando para a interpretação do nível macro, realizada no capítulo 3, são exercitadas aproximações aos estudos de plataforma e à transformação digital. Esta última está sendo introduzida no Estado do Rio Grande do Sul a nível de governança, afetando diretamente a Educação, e sua implantação foi acelerada pela pandemia. Mostro que a rede, especificamente as plataformas digitais, podem ser a origem da violência, por sua existência como artefato cultural digital criado por sujeitos e grupos de sujeitos com objetivos específicos e sem preocupações éticas. O que poderia estar a serviço da emancipação, é desenhado para maximizar o consumo, neste caso em forma de diversão. E para passar da diversão para a violência em grupo, basta uma palavra, um gatilho. Estes continuam o ciclo vicioso das plataformas, que inclui não apenas seus usuários, mas também aqueles responsáveis por sua criação, como foi mostrado ao longo do capítulo.

Importante notar que o avanço tecnológico traz consigo a precarização docente. O que é particularmente irônico considerando os esforços despendidos desde a Segunda Guerra para evitar que aquele nível de destruição volte a ocorrer, além das promessas de um futuro idílico sustentado na tecnologia. Há de se considerar também a perturbação de conceitos seculares, trazida por essa quebra paradigmática, e seus efeitos nas sociedades. Especialmente na Educação, que permanece, salvo algumas novas abordagens, a mesma desde sua sistematização nos princípios da Revolução Industrial. A tecnologia rompe com os modelos, e a inserção forçada desta no cotidiano, fruto da pandemia, é uma das principais violências estruturais vividas por esse setor da sociedade. Este processo, que vinha sendo feito desde os anos 1990, é forçosamente aplicado em massa, de maneira abrupta, sem preparo nem da sociedade em geral e muito menos da sociedade docente. Foram treinamentos, formações, uma série de atividades tecnicamente adequadas para navegar esse novo ambiente, mas socialmente inaptas. Não houve preocupação, em momento algum desse percurso de quase 30 anos, na preparação docente a nível social ou cultural para o ambiente digital.

Ao encontro disso, vem o desmonte do Estado e do setor público, que tem a figura docente como principal vítima. Associado ao uso das redes sociais como ferramenta de manipulação social, os discursos contra professores levam a resultados impensáveis, como pudemos ver ao longo dos últimos anos. Diversos casos de violência contra docentes, em diversos países do mundo e aparentemente por diversos motivos, foram noticiados com grande repercussão midiática.

Foi levantada também a questão da supressão do espaço privado, este que é um construto moderno, que no universo das plataformas não mais existe. O que causa bastante confusão e precisa ser trabalhado com docentes atuantes e em formação. É questão de entender até que

ponto se pode compartilhar a vida com o mundo todo, em todos os tempos. Até porque a Internet nada esquece, e atos impensados, que ontem ficariam apenas na memória dos que o testemunharam, hoje fica registrado para sempre, e suscetível a interpretações variadas e, até distorcidas.

Emergiu também a figura do *troll*, um usuário que só quer se divertir, e o faz à custas de quem por ventura for sua vítima. Aqui também não há perspectiva ética, apenas da diversão ou do ataque gratuito, ou os dois. Este, diferente do *cyberbullying*, não parte de uma conexão pessoal, mas vale-se do anonimato conferido pelo online. Não é possível afirmar que todos aqueles que atacaram a professora são adolescentes, como é o senso comum sobre *trolls*. Mas sim que essa figura pode ser apontada como uma das bases dos ataques. Talvez algum *troll* encontrou a notícia, ou até mesmo os alunos presentes na escola iniciaram o movimento – difícil sabermos a partir dos poucos rastros que ainda perduram. E o fenômeno tomou vida própria – como é usual nesse ambiente –, ganhando tração através dos algoritmos graças ao grande interesse que gerou em algum momento. Aqui sim, a estrutura das plataformas é passível de responsabilização pela falta de monitoramento dos conteúdos que ganham destaque.

Estes são usuários cuja socialização se deu pela Internet, a quem ocorreu uma radicalização, um endurecimento de comportamento, resultando em uma falta de empatia que é fortemente sentida por suas vítimas. No caso da professora, a ‘trollagem’ é possibilitada pelo anonimato que a Internet e a interação desincorporada oferecem. Principalmente porque mulheres são as principais vítimas do comportamento, recebendo uma quantidade desproporcional de abuso. É possível que muitos usuários (que não se encaixam no perfil tradicional do *troll*) tenham sido levados pela onda do ataque desincorporado a uma figura de autoridade. Atacando a professora, o sujeito-usuário estaria indiretamente atacando suas memórias de escola, de um ambiente fora de seu controle, de uma figura disciplinadora. Criando um campo simbólico a partir de sua interpretação do contexto. Uma resposta à condição estrutural da escola-fábrica, de tornar todos estranhos, desconhecidos, descartáveis. Reação às violências sofridas no ambiente escolar. A ação destes sujeitos, do jovem ao agredir fisicamente, e do sujeito-usuário ao linchar a professora em praça pública (mesmo que virtual), se enquadra como o que o que Lacan chamou de *passage a l’acte* – um impulso em ação que não pode ser traduzido em fala ou pensamento, e que carrega consigo o peso intolerável da frustração.

Acerco também questões sobre a polarização política que afeta o mundo em geral e o Brasil especificamente, a virada cultural em curso e a uberização do profissional docente. Relaciono tais temas com a teoria de Han relativa à transição entre bio e psicopoder e os jogos

de poder sendo travados. São trazidos também os estudos culturais no que tangenciam o tema, bem como questões de comunicação violenta, relacionando o tema às plataformas.

Sobre plataformas, aponto algumas reflexões sobre o tema, em seus aspectos de gestão e de impacto social. A teoria alicerçante, que remonta aos primórdios dos estudos sobre Internet e cultura digital aporta algumas noções que esclarecem um pouco da densidade do tema. A respeito dessa última, alguns conceitos estruturantes são de extrema necessidade para qualquer estudo e entendimento do tema. Chegando ao tão poderoso algoritmo, que mudou a experiência social online, além da inteligência artificial, nova fronteira que está sendo desenvolvida. Trata-se de um conjunto de aspectos que nos mobilizam para questões éticas, com manifestações atuais como o filtro bolha e o discurso de ódio.

As reflexões sobre poder nesse novo contexto, e sobre como as mudanças resultantes desse jogo afetam o mundo vivido, apresentam-se desafiadoras. São novas formas de socialização, novas estruturas que alteram a própria sociedade. E elas proporcionam maneiras de expressão das tensões e violências subjacentes. Abordo essas discussões porque adentramos um novo território, novo universo, onde somos todos estrangeiros que precisam explorar e conhecer esse espaço a fim de se adaptar. Por isso proponho que são essas tensões e intolerâncias uma das origens das violências que encontram nas plataformas de redes sociais terreno fértil para se propagar. São esses pontos críticos para os fluxos no discurso e posicionamento social e suas modificações, especialmente no que tange à questão das violências em rede.

O que está se desenhando é que as plataformas são as detentoras de poder. Mas esse poder é dividido entre os criadores e gestores de plataformas, os responsáveis por sua programação. E é nessa transição entre modelos que emergem as tensões correntes, gerando uma instabilidade que parece estar na base de alguns dos conflitos sociopolíticos e econômicos da atualidade.

Essas são algumas das violências resultantes da plataformização da sociedade, gravíssimas mesmo quando colaterais. Outro dano colateral é a confusão, a desconexão que atinge a todos, nos deixando cada vez mais vulneráveis, violentos e divididos. Ambas as características, a meu ver, contribuem para a eclosão e difusão das violências em rede, sendo que grupos de interesse se aproveitam do caos resultante para avançar suas agendas específicas – e muitas vezes dissonantes. Importante notar: não acredito que seja o caso de as plataformas serem desenhadas para a propagação de violências, mas sim que, em seu processo de design, a possibilidade de serem usadas para tal fim não é considerada, ou possivelmente é observada e aproveitada. Posição que é corroborada pela postura do Facebook em relação às notícias falsas

que, seguindo o modelo de desenvolvimento baseado em *feedback*, responde à eclosão dos fenômenos, mas não se antecipa as eles.

Face às alegações de que o universo da Internet não pertence à Educação, contraponho e trago dados que comprovam que esta é sim central à Educação, assim como o são todas as outras mídias. Especialmente considerando-se a transformação digital, tornando-se cada vez mais importante no contexto global. Trata-se de movimento apoiado pela ONU, que ultrapassa a questão econômica e passa a se mostrar relevante em questões de governança Estatal, impactando na Educação.

A pandemia de Covid-19 acelerou exponencialmente a implementação dessa transformação, especialmente na Educação. Sistemas educacionais e docentes precisaram se adequar, de uma hora para a outra e sem aviso prévio, e apesar de todos os preparos que vinham sendo feitos para essa transição, boa parte da atuação docente se deu através de Facebook e WhatsApp, ambientes que comprovadamente alteram a relação pedagógica e imagem social da figura docente. De fato, grande parte dos docentes atuantes no Ensino Básico durante esse período afirmam terem utilizado WhatsApp para se comunicar com as famílias de alunos, em vez de usar ferramentas pedagógicas. Estas são transposição do ambiente controlado da escola para o espaço digital, onde a figura docente mantém seu papel estrutural; já as plataformas de redes sociais mais se assemelham à praça do bairro, espaço horizontal onde todos estão no mesmo nível e não existem (a priori) distinções por papel social. O fato de o processo de ensino aprendizagem passar do espaço estruturado e controlado da escola, para o espaço livre e sem controle da praça, é um rompimento com tradições centenárias, que compõem a própria estrutura do que significa ser docente.

Ainda, resulta em uma violência contra aquela pessoa que foi formada para atuar em um contexto específico e se vê, de uma hora para a outra como foi o caso de 2020 e a pandemia, jogada em uma situação inédita. Afinal, a pandemia em curso acelerou todas as alterações que estavam sendo desenroladas a passos controlados, colocando a todos em um turbilhão no qual a pessoa docente se vê não só despreparada, mas literalmente ansiosa, desesperada pela própria vida. Não só docentes, mas toda a sociedade.

O que pode responder pelo retorno à barbárie, face a um movimento de levante de grupos neofascistas, auxiliados – quiçá possibilitados – pelas redes sociais, o que exploro no capítulo 4. Os fascistas originais usaram os meios de comunicação de massa para propagar sua ideologia e como dispositivo de controle. A Escola de Frankfurt propôs seu uso como saída do fascismo. Transpondo esse construto para o contexto atual, as plataformas tomam o lugar dos meios de comunicação em massa, funcionando tanto como meio de controle psicopolítico

quanto, possivelmente, como veículo de libertação, através do esclarecimento. O que é exacerbado durante o isolamento necessário em caso de crise sanitária. Afinal, quando estamos todos isolados, nós seres sociais nos voltamos ao espaço público que está ao nosso alcance, que é no caso plataformas de redes sociais. Imagino como o caso estudado teria se estruturado se tivesse ocorrido durante o isolamento social...

Tal experiência apontou também a necessidade docente de adaptação ao contexto digital, ponto no qual concordo. Porém, para além de tratar-se de violência estrutural no sentido de ser uma imposição vertical colocada a funcionários por seu empregador, a necessidade de adaptação ao digital não cai apenas sobre docentes, mas a sociedade como um todo. Creio ser necessária uma formação para o digital, que inicie pela compreensão desse universo e vá além da mera tecnicidade de ensinar a usar a ferramenta. Uma formação para a cidadania digital, ponto que é levantado pelo parlamentar em sua atuação.

Como essa formação seria estruturada, de fato todo esse tema aqui levantado, merece um estudo só seu, e não está contido no escopo dessa pesquisa. Porém, tal necessidade aponta a centralidade da discussão posta aqui. E indica que há muitos caminhos a serem seguidos a partir do trinômio Educação – Tecnologia – Plataformas digitais. E nesse caso, docentes definitivamente têm papel central por sua própria razão de ser, por ser aquela pessoa cuja ocupação/contribuição para a sociedade é (auto)formar sujeitos.

Até porque a pessoa docente, por sua própria atuação, está em constante contato com o outro, mas está também sujeito a ataques e, como é o caso do Brasil, a ser visto como bode expiatório/razão de todos os problemas. Em suma, sujeito a uma infinidade de violências, sociais e estruturais. Pesquisas futuras, talvez?

Passo então, no capítulo 4, Educação, violência e culturas digitais – ou Abrindo a caixa preta, a apresentar reflexões sobre o lugar da Educação no contexto explorado até o momento. Um breve apanhado sobre a relação Educação e violência, trazendo obras de autores já estabelecidos e de colegas de grupo de pesquisa, no qual exploramos a questão da violência e da Formação de Professores. São novas perspectivas para continuação da discussão sobre Formação de Professores e cultura digital, assim como votos esperançosos para o futuro.

A violência não é estranha da Educação, e com isso recordo as contribuições de Charlot e Hughes ao tema, analisadas anteriormente, além de dados que materializam este no mundo vivido. Em contraposição, a abordagem da Educação contra a Barbárie, que visa dirimir atos violentos de todos os tipos, inclusive os simbólicos. Fazendo assim a transição da discussão do séc. XX para o 21, onde vivemos uma espécie de *Zeitgeist* negativo resultante de Auschwitz, o signo maior de catástrofe nos nossos tempos.

Insiro também breve reflexão sobre gamificação, seu lugar na sociedade e na Educação, tema ilustrado por outro produto criativo, estes que perpassam todo o estudo. A questão do corpo relacionado à experiência do online demonstra tratar-se de uma relação radicalmente modificada a partir da adoção em massa de smartphones e outros dispositivos digitais. Principalmente no que tange à discussão desincorporada (no sentido de não presença física dos interlocutores) através de plataformas, que não é regida por indicadores sociais, o que facilita imensamente a negação do outro. É como se o discutir tomasse forma de jogo, cujo objetivo é vencer.

A politização na experiência de plataformas de redes sociais, a partir do marco histórico da Primavera Árabe, apontou para os movimentos extremistas que viriam. Um cenário contemporâneo que remonta ao Fascismo Italiano, quando se baseou em promessas de um futuro tecnológico. São semelhanças entre esse momento histórico e o da contemporaneidade. Os fascistas originais usaram os meios de comunicação de massa para propagar sua ideologia e como dispositivo de controle. A Escola de Frankfurt propôs seu uso como saída do fascismo. Transpondo essa discussão para o contexto atual, de avanço global da extrema-direita, que traz consigo os preceitos da violência, as plataformas tomam o lugar dos meios de comunicação em massa, funcionando tanto como meio de controle psicopolítico quanto, possivelmente, como veículo de libertação, através do esclarecimento. E nesse contexto a figura docente, que no passado era considerada uma das mais importantes nos grupos sociais, hoje é vítima de inúmeras violências.

Especificamente no caso da Professora de Indaial, o esperado no momento em que ela pretende dividir com seu grupo pessoal a agressão sofrida no curso de seu dia de trabalho guardava a pretensão de manifestar-se para uma rede de apoio, de defesa de sua condição de vítima. No entanto, houve uma pronta resposta no sentido oposto, com um esforço concentrado iniciado por *trolls* de incitar caos em torno do acontecido, valendo-se dos rastros digitais da Professora. Agressão essa que não se reduziu ao local de origem digital, o Facebook, espalhando-se a todo e qualquer canal que tenha publicado sobre o ocorrido através do uso do API do Facebook. O círculo vicioso de consumo de conteúdo violento foi completo pela ambiência plataformizada.

Esse caso se destaca especificamente pela dupla violência, originalmente a corporal, física, e a simbólica, posteriormente, no ambiente digital. O que temos aqui é uma relação de continuidade potencialmente perigosa, pois as redes potencializam tudo que nelas está, assim como a cultura, e estas retroalimentam as violências, tornando-as cada vez mais potentes. Em condições normais, ou seja, sem essa ampliação trazida pelas redes e rastros, talvez o incidente

tivesse ficado entre o pequeno grupo envolvido, talvez alguns amigos para além do grupo. Mas da maneira como ocorreu, as violências foram multiplicadas exponencialmente, e foram muito além das violências do incidente em si, ampliando para questões pessoais e para o clima de extremismo político pelo qual o país passava naquele momento.

O ano de 2023, e o novo presidente, trazem a universalização do acesso à Internet como meta de governo. Este é direito de todos, assim como foi o acesso ao jornal, ao rádio e à televisão. Mas essa nova mídia é diferente das tradicionais nas particularidades que foram levantadas aqui. E com isso, se torna necessária uma formação para seu uso, para que o usuário não esteja sujeito à barbárie como esteve nos últimos anos, não se coloque sem perceber na posição de vítima.

Nesse sentido, busco abrir caminhos possíveis apontados pela UNESCO, sendo eles a alfabetização digital, a resiliência digital e conhecimento dos direitos e responsabilidades intrínsecos ao digital, ou a cidadania digital. O movimento rumo à alfabetização digital no Brasil teve seu início em 2003, a partir de diversas políticas públicas desenvolvidas em nome da inclusão digital, mas a maior inclusão se deu através das plataformas, especialmente Facebook, por meio de acordos com operadoras telefônicas favorecendo o acesso ao conteúdo de suas plataformas. A iniciativa foi tão exitosa que chegamos ao ponto de a população equacionar Facebook à Internet.

A análise realizada dos dados da OCDE, a partir de seu relatório Talis, sobre a realidade docente no Brasil, inclusive sua relação com cultura e transformação digital, é bastante ilustrativa do contingente docente que, provavelmente, a partir de uma extrapolação contextual, não tem familiaridade com a cultura digital para além do uso de plataformas de redes sociais como usuário consumidor.

Os dados apontam também, sobre formação continuada, que essas práticas fazem parte de um novo ambiente educativo para a formação de professores baseado no tripé cooperação – criação – estudo/pesquisa. Outro resultado importante é o de que, em toda a OCDE, o desenvolvimento de habilidades avançadas em TIC é uma área em que os professores alegam precisar de mais treinamento. Além de Educação para a cidadania digital. Tanta atividade comunicativa ocorre na web e tanta narrativa indutora de violência é articulada nesse espaço que é essencial equipar alunos e instrutores, cidadãos em geral, com a capacidade de navegar na web de forma crítica e cuidadosa, através de habilidades desenvolvidas através de formação e formação continuada que sejam bem estruturadas, que tragam para a discussão temas relevantes sobre a cidadania digital que apoiem a construção de sua formação. Para além disso, é necessária também a resiliência digital, construída através da aquisição de conhecimentos e

habilidades para enfrentamento das dificuldades trazidas pela cultura e cidadania digital. Mais do que uma ferramentalização, um saber usar programas – uma compreensão do contexto e das relações entre os elementos compositores do todo.

Adiciono à discussão também Pimenta, Castells e Jenkins, além de Nóvoa e Viera Trevisan. É a partir dessa linha de pensamento que proponho um saber digital relacionado à alfabetização, resiliência e cidadania digitais. Um saber despositivar, no sentido de desfazer essa positivação característica da sociedade atual, que seja transversal, que toque tanto docentes quanto alunos, cidadãos todos. Uma formação docente para navegar essas águas turbulentas de hoje, adequada a um mundo onde a cultura digital é integrada, incorporada e cotidiana, com conceitos e terminologias adequados que levantem o véu do desconhecimento de seus rostos. Que deixe às claras as estruturas de poder em ação, evitando que precisem, assim como o príncipe da Dinamarca, recorrer à loucura para poder compreender esse mundo.

Trata-se de ajudá-los, com base no tripé cooperação – criação – estudo/pesquisa, como apontado pelos próprios docentes, na construção de uma autoaprendizagem formadora que articule conhecimentos, habilidades, comportamentos, funcionalidades e significações. Uma mudança baseada em adaptação na maneira de se comunicar, que adote uma atitude colaborativa de acordo com o espírito contemporâneo, adequada às alterações trazidas pelas plataformas digitais e suas particularidades. Para que assim docentes possam se inserir de forma mais qualificada no contexto de discussão. Para que possam responder aos desafios postos pela contemporaneidade.

É importante que o material necessário para sustentar essa formação seja oriundo desse contexto de transdisciplinaridade, que acompanhe a velocidade dos estudos de plataforma e de cultura digital, estes cujo tempo, por ser muito mais rápido, é completamente diferente daquele mais espaçado da Educação e seus fundamentos. Percebo ainda hoje estudos em Educação que se apoiam em conceitos que, para os estudos digitais, já são considerados superados. Considero de extrema importância um diálogo mais próximo e aprofundado entre os campos, em uma atitude colaborativa, crítica e criativa, o que só pode vir a benefício de ambos. Mantendo o diálogo sempre aberto, como é característica da civilização ocidental, que é capaz de questionar e criticar a si mesma.

REFERÊNCIAS

ABBATE, J. E. From ARPANET to Internet: A history of ARPA-sponsored computer networks, 1966-1988. **Dissertations available from ProQuest**, 1 jan. 1994.

AGENCE FRANCE-PRESSE. **França: Professor que mostrou caricaturas de Maomé é decapitado no meio da rua – CartaCapital**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/mundo/professor-que-mostrou-caricaturas-de-maome-e-decapitado-perto-de-paris/>>. Acesso em: 6 nov. 2020.

ALANDETE, D. Eli Pariser: “O problema é que damos todo o poder para plataformas como Google e Facebook.” **EL PAÍS Brasil**, 20 jul. 2017.

ALVES, A. J. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Cad. Pesq.**, v. 77, p. 53-61, maio 1991.

AMARAL, Mirian Maia do; SANTOS, Edméa. Biopolíticas de currículo: notas de uma pesquisa-formação na cibercultura. **Acta Scientiarum. Education**, [s. l.], v. 40, n. 2, p. 36086, 2018.

ARAÚJO, Willian Fernandes. **As narrativas sobre os algoritmos do Facebook: uma análise dos 10 anos do feed de notícias**. 2017. - UFRGS, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/157660>. Acesso em: 27 nov. 2022.

ARENDET, H. **On violence**. San Diego: HBJ, 1970.

BAILEY, D. et al. **Christchurch shootings: How the attacks unfolded**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-asia-47582183>>. Acesso em: 17 out. 2020.

BARTKOWIAK, Jaqueline Zandona *et al.* A Primavera Árabe e as Redes Sociais: o uso das Redes Sociais nas manifestações da Primavera Árabe nos países da Tunísia, Egito e Líbia. **Cadernos de Relações Internacionais**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 66–94, 2017.

BENJAMIN, W. **Documentos de Cultura, Documentos de Barbárie: escritos escolhidos**. São Paulo: Editora Cultrix, 1986.

BENJAMIN, Walter. Para uma crítica da violência. *Em: Escritos sobre mito e linguagem: (1915-1921)*. São Paulo: Editora 34, 2013. p. 121–156.

BHAR, Anasuya. The Myth called Hamlet. *Em: DAS, Santanu; RAY, Subhabrata Sinha (org.). Shakespeare Reconsidered: A collection of papers presented in an International Conference on Shakespeare*. Kolkata: [s. n.], 2016. p. 52–64. *E-book*. Disponível em: Acesso em: 24 dez. 2022.

BLOCK, H.; RIESEWIECK, M. **The Cleaners**. Alemanha. Independent Lens, 2018. Acesso em: 25 out. 2020

BONSIEPE, G. **design, cultura e sociedade**. São Paulo: Blucher, 2011.

BONSIEPE, G. **Some Virtues of design**. (J. van Toorn, Ed.) design beyond design... **Anais...**Maastricht: 1997. Acesso em: 31 out. 2020

BONSIEPE, G. The Invisible Facets of the hfg ulm. **design Issues**, v. 11, n. 2, p. 11-20, 1995.

BORGES, Ana Maria. **Professor ACT: descartável ou imprescindível?** *Perspectiva*, v. 13, n. 23, p. 119-126, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. *E-book*. Disponível em: Acesso em: 9 out. 2022.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992. *E-book*. Disponível em: Acesso em: 9 out. 2022.

BOZDAG, E.; VAN DEN HOVEN, J. Breaking the filter bubble: democracy and design. **Ethics and Information Technology**, v. 17, n. 4, p. 249-265, 1 dez. 2015.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2014.

BRASIL. **Estudo do Professor - Censo Escolar da educação básica 2007**. Brasília: [s. n.], 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/plano-nacional-de-formacao-de-professores/censo-do-professor>. Acesso em: 9 out. 2022.

BRIDDLE, James. **New Dark Age: Technology and the End of the Future**. Londres: [s. n.], 2019. *E-book*. Disponível em: <https://www.versobooks.com/books/3002-new-dark-age>. Acesso em: 25 nov. 2022.

BRINKLOW, Adam. Bay Area homeless: UN report calls crisis a ‘human rights violation’ - Curbed SF. **Curbed**, [s. l.], 26 out. 2018. Disponível em: <https://sf.curbed.com/2018/10/26/18028576/united-nations-rapporteur-homeless-farha-human-rights-violation>. Acesso em: 12 nov. 2022.

BRUNO, F. Dispositivos de vigilância no ciberespaço: duplos digitais e identidades simuladas. **Revista Fronteiras**, v. VIII, n. 2, p. 152-159, 2006.

BUCKELS, Erin E.; TRAPNELL, Paul D.; PAULHUS, Delroy L. Trolls just want to have fun. **Personality and Individual Differences**, [s. l.], v. 67, p. 97–102, 2014. Disponível em: Acesso em: 17 nov. 2022.

CALDAS, J. **Polícia conclui inquérito sobre professora agredida dentro de escola em SC**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/policia-conclui-inquerito-sobre-professora-agredida-em-sc.ghtml>. Acesso em: 8 nov. 2020.

CAMP, Jean; CHIEN, Y T. The Internet as Public Space: Concepts, Issues, and Implications in Public Policy. **ACM SIGCAS Computers and Society**, [s. l.], v. 30, n. 3, p. 13–19, 2000. Disponível em: Acesso em: 8 dez. 2022.

CANO, R. J. **Facebook contratará 3.000 pessoas para frear conteúdo violento**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/03/tecnologia/1493828798_122684.html>. Acesso em: 6 nov. 2020b.

CARDOSO, R. **design para um mundo complexo**. São Paulo: Ubu, 2016.

CARLSEN, A.; SALAM, M.; MILLER, C. C. Levantamento mostra que movimento #MeToo tirou 201 homens do poder. **Jornal O Globo**, 25 out. 2018.

CARVALHEIRO, José Ricardo; PRIOR, Hélder; MORAIS, Ricardo. Público, privado e representação online: o caso do Facebook. **Comunicação Digital-10 anos de Investigação**, [s. l.], 2013. Disponível em: Acesso em: 15 out. 2022.

CARVALHO, Angela Maria Grossi de; AMÉRICO, Marcos Tuca. Inclusão e Cidadania Digital no Brasil: a (des) articulação das políticas públicas. **Redes.com**, [s. l.], n. 9, p. 69–84, 2014. Disponível em: Acesso em: 2 jan. 2023.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. [s.l.] Paz & Terra, 2016. v. 1

CASTELLS, M. **Communication, Power and Counter-power in the Network Society 1**. v. 1, n. June 2006, p. 238-266, 2007.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da Internet**. 2 ed. rev. e atual. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CASTRO, G. DE A. **Professora agredida em sala é hostilizada por opiniões políticas**. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/professora-agredida-em-sala-e-hostilizada-por-opinioes-politicas-0sc82id16va6exajuk7ljrb63>>. Acesso em: 8 nov. 2020b.

CASTRO, G. DE A. **Professora é agredida com socos após repreender aluno**. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/professora-e-agredida-com-socos-apos-repreender-aluno-1066wxnvhw3fkmggsuv3sr3t>>. Acesso em: 8 nov. 2020a.

CETIC.BR. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação nos equipamentos culturais brasileiros – TIC Domicílios 2019**. São Paulo: [s.n.]. Disponível em: <https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2019_coletiva_imprensa.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, [s. l.], n. 8, p. 432–443, 2002. Disponível em: Acesso em: 31 dez. 2022.

CHARLOT, Bernard. **educação ou barbárie? uma escolha para a sociedade contemporânea**. Cortezed. São Paulo: [s. n.], 2020. *E-book*. Disponível em: Acesso em: 30 dez. 2022.

CLARK, T. **Biggest blockbuster movie of every summer since 2000**. Disponível em: <<https://www.businessinsider.com/biggest-blockbuster-movie-of-every-summer-since-2000-2018-7>>. Acesso em: 11 out. 2020.

COELHO, C.; MARTINS, R. Memes de Internet, visualidades e discurso humorístico. **Revista Digital do LAV**, v. 11, n. 1, p. 121, 2 abr. 2018.

COLODEL, Selma de Fátima Bonifácio. **O professor caiu na rede: análise dos elementos da profissionalidade docente no Facebook**. 2018. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Curitiba, 2018. Tese. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6317348. Acesso em: 19 set. 2022.

CONVERSAS DIGITAIS. Apresentado por Procergs. [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: <https://conversasdigitais.rs.gov.br/inicial>. Acesso em: 8 dez. 2022.

COSTA, D. M. L. DA. **Pró-Lula e anti-Moro, professora agredida em SC gostou de ovadas em Dória e Bolsonaro**. Disponível em: <<<http://www.1news.com.br/noticia/30416/brasil/pro-lula-e-anti-moro-professora-agredida-em-sc-gostou-de-ovadas-em-doria-e-bolsonaro-21082017>>. Acesso em: 9 maio. 2017.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de educação**, [s. l.], n. 23, p. 36–61, 2003. Disponível em: Acesso em: 23 nov. 2022.

CRAWFORD, A. **Instagram “helped kill my daughter.”** Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/av/uk-46966009>>. Acesso em: 11 out. 2020.

CUNNINGHAM, S. Aligning Communication, Cultural and Media Studies Research and Scholarship with Industry and Policy: Australian Instances. **Media International Australia**, v. 136, n. 1, ago. 2010.

DELARBRE, Raúl Trejo. Internet como expressão e extensão do espaço público. **MATRIZES**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 71–92, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38225>. Acesso em: 8 dez. 2022.

DELFINO, D. **The best hit movie of every year since 2000**. Disponível em: <<https://www.businessinsider.com/best-hit-movie-every-year-since-2000-2018-10>>. Acesso em: 11 out. 2020.

DEVECHI, C. P. V.; TREVISAN, A. L. Abordagens na formação de professores: Uma reconstrução aproximativa do campo conceitual. **Revista Brasileira de Educacao**, v. 16, n. 47, p. 409-426, maio 2011.

ELLISON, N. B.; BOYD, D. M. Sociality through Social Network Sites. In: **The Oxford Handbook of Internet Studies**. [s.l: s.n.]. p. 151-172.

EXTRA CLASSE. **Contratação uberizada de professores por aplicativo já é realidade**. Disponível em: <<https://www.extraclasse.org.br/educacao/2020/01/contratacao-uberizada-de-professores-por-aplicativo-ja-e-realidade/>>. Acesso em: 25 set. 2020.

FACEBOOK. **violência e incitação: Padrões da Comunidade**. Disponível em: <https://www.facebook.com/communitystandards/credible_violence/>. Acesso em: 23 out. 2020.

FERNANDES, D. **Por que governo francês está responsabilizando as redes sociais em caso de professor decapitado.** Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54714687>>. Acesso em: 6 nov. 2020.

FLUSSER, V. **Filosofia da Caixa Preta.** Kindle ed. São Paulo: Annablume, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996. *E-book*. Disponível em: Acesso em: 3 jan. 2023.

FRAGOSO, S.; AMARAL, A.; RECUERO, R. **Métodos de Pesquisa para Internet.** Porto Alegre: Sulina, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança.** 6^a ed. [s.l.] Paz & Terra, 2012.

FULLERTON, J. **Teenage girl kills herself “after Instagram poll” in Malaysia.** Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2019/may/15/teenage-girl-kills-herself-after-instagram-poll-in-malaysia>>. Acesso em: 11 out. 2020.

G1 SC. **Professora denuncia aluno de 15 anos por agressão em escola de SC: “Dilacerada.”** Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/professora-denuncia-aluno-de-15-anos-por-agressao-em-escola-de-sc-sociedade-nos-desamparou.ghtml>>. Acesso em: 8 nov. 2020.

G1. **Dupla ataca escola em Suzano, mata oito pessoas e se suicida.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2019/03/13/tiros-deixam-feridos-em-escola-de-suzano.ghtml>>. Acesso em: 10 out. 2020.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GENTILI, Pablo. **Desencanto e utopia: A educação no labirinto dos novos tempos | Amazon.com.br.** [S. l.]: Vozes, 2008. *E-book*. Disponível em: Acesso em: 2 dez. 2022.

GILBERT, Nigel. Emergence in social simulation. *Em*: GILBERT, Nigel; CONTE, Rosaria (org.). **Artificial societies : the computer simulation of social life.** [S. l.]: Routledge, 2016. p. 302. *E-book*. Disponível em: Acesso em: 15 out. 2022.

GILES, J. R. **The Spaces of Violence.** Tuscaloosa: The University of Alabama Press, 2009.

GONÇALVES, Eduardo. Em depoimento, menor diz que agrediu professora após ser xingado | VEJA. **Veja.com.br**, Indaial, 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/em-depoimento-menor-diz-que-agrediu-professora-apos-ser-xingado/>. Acesso em: 22 out. 2022.

GONÇALVES, Eduardo. Em depoimento, menor diz que agrediu professora após ser xingado. **Veja.com.br**, Indaial, 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/em-depoimento-menor-diz-que-agrediu-professora-apos-ser-xingado/>. Acesso em: 22 out. 2022.

GOOGLE. **FAQ about Google Trends data - Trends Help.** [S. l.], 2022a. Disponível em: <https://support.google.com/trends/answer/4365533?hl=en>. Acesso em: 27 ago. 2022.

GOOGLE. **Google Next Billion Users.** [S. l.], 2022b. Disponível em: <https://nextbillionusers.google/>. Acesso em: 6 dez. 2022.

GRANOVETTER, M. S. The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology*, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.

GUIAO, Jordan. **Disconnect: why we get pushed to extremes online and how to stop it**. Monash: Monash University Publishing, 2022. *E-book*. Disponível em: Acesso em: 12 nov. 2022.

GZH. **Polícia Civil vai investigar agressão contra professora em Indaial**. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2017/08/policia-civil-vai-investigar-agressao-contra-professora-em-indaial-9876348.html>>. Acesso em: 8 nov. 2020.

HABERMAS, Jurgen. **Teoria de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus Humanidades, 1999. v. I *E-book*. Disponível em: Acesso em: 24 dez. 2022.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **educação & Realidade**, [s. l.], v. 22, n. 2, 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71361>. Acesso em: 23 nov. 2022.

HAN, B.-C. **No enxame: Perspectivas do digital**. Petrópolis: Editora Vozes, 2018b.

HAN, B.-C. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Ayine, 2018a.

HAN, B.-C. **Sociedade do cansaço**. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

HAN, B.-C. **topologia da violência**. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2017. v. Não paginado

HAN, B.-C. **O que é poder?** 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

HAWDON, J. Applying differential association theory to online hate groups: a theoretical statement. *Research on Finnish Society*, v. 5, p. 39-47, 2012.

HERM-MORRIS, Benjamin. Education and the dislike society: The impossibility of learning in filter bubbles. [s. l.], 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/action/journalInformation?journalCode=rept20>.

HERNÁNDEZ, F. Mudanças que exigem outra narrativa. In: **Catadores da cultura visual: transformando fragmentos em nova narrativa educacional**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2007.

HINE, C. **Ethnography for the Internet: Embedded, embodied and everyday**. London: Bloomsbury Academic, 2015.

HINE, C. **Virtual Ethnography**. New York: Sage, 2000.

HUGHES, Conrad. Addressing violence in education: From policy to practice. *PROSPECTS*, [s. l.], v. 48, p. 23-38, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11125-019-09445-1>. Acesso em: 17 dez. 2022.

IDOETA, Paula Adamo. **Por que algoritmos das redes sociais estão cada vez mais perigosos, na visão de pioneiro da Inteligência Artificial - BBC News Brasil**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-58810981>. Acesso em: 3 dez. 2022.

INSTITUTO PENÍNSULA. **Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios de Coronavírus**. São Paulo: [s. n.], 2020. Disponível em: <https://institutopeninsula.org.br/pesquisa-sentimento-e-percepcao-dos-professores-nos-diferentes-estagios-do-coronavirus-no-brasil/>. Acesso em: 8 out. 2022.

INSTITUTO SONHO GRANDE. **Percepção da violência no ambiente escolar: análise das escolas integrais e regulares**. [S. l.: s. n.], 2021. Disponível em: Acesso em: 1 jan. 2023.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2015. *E-book*. Disponível em: Acesso em: 3 jan. 2023.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de Vida e Formação | Amazon.com.br**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. *E-book*. Disponível em: Acesso em: 3 jan. 2023.

KOZINETS, R. V. **Netnografia: Realizando Pesquisa Etnográfica Online**. São Paulo: Penso Editora, 2014.

LE MOS, A. **Isso (não) é muito Black Mirror: passado, presente e futuro das tecnologias de informação e comunicação**. Salvador: EDUFBA, 2018.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1997.

LIAO, Q. V.; FU, W. T. Beyond the filter bubble: Interactive effects of perceived threat and topic involvement on selective exposure to information. Conference on Human Factors in Computing Systems – Proceedings. **Anais...** New York, New York, USA: ACM Press, 2013. Disponível em: <<http://dl.acm.org/citation.cfm?doid=2470654.2481326>>. Acesso em: 6 nov. 2020

LUFT, Sibila. **Representações sociais da infância indócil: análise dos registros nos livros de ocorrência em uma escola municipal de Santa Maria/RS**. 2012. - UFSM, Santa Maria, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/3462/LUFT%2C%20SIBILA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 dez. 2022.

MAIA, A.; ESCALANTE, P. Consumo de Memes: Imagens Técnicas, Criatividade e Viralização. VIII Simpósio Nacional da ABCiber. **Anais...**São Paulo: nov. 2014. Acesso em: 14 out. 2020

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MANOVICH, L. **The Language of New Media**. [s.l.] The MIT Press, 2002.

MARTINS, G. A. Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 2, p. 8-18, 2008.

MASERI, Sergio Gómez. **Facebook: la historia de un escándalo cada vez mayor - EEUU - Internacional - ELTIEMPO.COM**. [S. l.], 2021. Disponível em:

<https://www.eltiempo.com/mundo/eeuu-y-canada/facebook-la-historia-de-un-escandalo-cada-vez-mayor-624207>. Acesso em: 3 dez. 2022.

MATOS, M. Funcionários públicos do RS completam 50 meses com salários atrasados em janeiro. **G1**, 30 jan. 2020.

MATSUURA, S. **Brasil cultiva discurso de ódio nas redes sociais, mostra pesquisa**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/brasil-cultiva-discurso-de-odio-nas-redes-sociais-mostra-pesquisa-19841017>>. Acesso em: 6 nov. 2020.

MATTOS, C. L. G. DE. **A abordagem etnográfica na investigação científica**. [s.l.: s.n.].

MAUÉS, Olgaíses Cabral. A política da OCDE para a educação e a formação docente. A nova regulação?. **educação**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 75–85, 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/5033>. Acesso em: 2 jan. 2023.

MCCHESENEY, Robert W. **Digital Disconnect: How Capitalism Is Turning the Internet Against Democracy**. [S. l.]: The New Press, 2014. *E-book*. Disponível em: <https://thenewpress.com/books/digital-disconnect>. Acesso em: 27 nov. 2022.

MILLER, D. et al. **How the World Changed Social Media**. Londres: UCL Press, 2016.

MORAES, Maria Laura Brenner. Stuart Hall: cultura, identidade e representação. **Revista Educar Mais**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 167–172, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/1482>. Acesso em: 27 nov. 2022.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro [livro eletrônico]**. São Paulo; Brasília DF: Cortez; Unesco, 2013.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MOSÉ, V. **A escola e os desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2013.

MOTTER, M. DE L. Telenovela: do analfabetismo visual à alfabetização pela palavra. **Revista USP**, v. 66, p. 198-208, 2005.

MOZILLA FOUNDATION. **How healthy is the Internet? — The Internet Health Report 2019**. [s.l.: s.n.]. Acesso em: 23 out. 2020.

NEWBIGIN, J. **The Creative economy: an introductory guide**. London: [s.n.].

NEWMAN, Nic *et al.* **Reuters Institute Digital News Report 2022**. [S. l.: s. n.], 2022.

NOVO NOTÍCIAS. **Professora agredida por aluno é acusada de fazer apologia à violência**. Disponível em: <<https://www.novonoticias.com/cotidiano/professora-agredida-por-aluno-e-acusada-de-fazer-apologia-a-violencia>>. Acesso em: 3 set. 2017.

NÓVOA, António. Como educar as próximas gerações. *Em.*, 2019, Santa Maria. **Palestra de Outorga de título Honoris Causa - UFSM**. Santa Maria: [s. n.], 2019.

NÓVOA, António. **Escolas e Professores: proteger, transformar, valorizar**. Salvador: SEC/IAT, 2022. *E-book*. Disponível em: Acesso em: 3 jan. 2023.

O'REILLY, T. **What Is Web 2.0**. Disponível em: <<https://www.oreilly.com/pub/a/web2/archive/what-is-web-20.html>>. Acesso em: 17 out. 2020.

OCDE. **A Teachers' Guide to TALIS 2013**. [S. l.]: OECD, 2014. (TALIS). *E-book*. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/education/a-teachers-guide-to-talis-2013_9789264216075-en. Acesso em: 1 jan. 2023.

ORLOWSKI, J. **O dilema das redesEUANetflix**, 9 set. 2020. Disponível em: <<https://www.netflix.com/watch/81254224>>. Acesso em: 31 out. 2020

PARISER, E. **O filtro invisível: O que a Internet está escondendo de você**. São Paulo: Zahar, 2012.

PARKER, G. G.; VAN ALSTYNE, M. W.; CHOUDARY, S. P. **plataforma: A Revolução Da Estratégia**. São Paulo: Casa educação, 2016.

PEREIRA, Gustavo Teixeira de Faria; COUTINHO, Iluska Maria da Silva. WhatsApp, desinformação e infodemia: o “inimigo” criptografado. **Liinc em Revista**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 22, 2022. Disponível em: Acesso em: 2 dez. 2022.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. DE. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

RANJAN, Peeyush. **An anthology of insights, for a more inclusive Internet**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://blog.google/technology/next-billion-users/anthology-insights-more-inclusive-Internet/>. Acesso em: 6 dez. 2022.

RANJAN, Peeyush. **An anthology of insights, for a more inclusive Internet**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://blog.google/technology/next-billion-users/anthology-insights-more-inclusive-Internet/>. Acesso em: 6 dez. 2022.

RECH, A. P.; SCHUTZ, D. Episódio Queermuseu: Reflexos do despreparo social em torno da arte. **Palíndromo**, v. 9, n. 19, p. 13-30, 18 jul. 2018.

RECUERO, R. **Redes sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RECUERO, R.; BASTOS, M.; ZAGO, G. **Análise de redes para mídia social**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

RESENDE, Rodrigo. **Facebook é a rede social mais usada por brasileiros para se informar sobre política**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2022/03/14/facebook-e-a-rede-social-mais-usada-por-brasileiros-para-se-informar-sobre-politica>. Acesso em: 6 dez. 2022.

RODEGHIERO, C. C. **violência na Internet: um estudo do cyberbullying no Facebook**. Pelotas: [s.n.].

ROMNEY, J. **Agent provocateur: Slavoj Zizek takes on the “ideology machine” of Tinseltown.** Disponível em: <<https://www.independent.co.uk/arts-entertainment/films/features/agent-provocateur-slavoj-zizek-takes-ideology-machine-tinseltown-8842071.html>>. Acesso em: 11 out. 2020.

RONDÔNIA REAL. **Professora que elogiou garota que deu ovada em Bolsonaro é agredida por aluno menor de idade em sala de aula.** Disponível em: <<https://www.rondoniareal.com.br/2017/08/professora-que-elogiou-garota-que-deu-ovada-em-bolsonaro-e-agredida-por-aluno-menor-de-idade-em-sala-de-aula/>>. Acesso em: 8 nov. 2020.

ROSADO, Janaina dos Reis. **“Oi, professor, vc tá on?” Docentes conectad@s, laços sociais e significados construídos no Facebook.** 2018. Tese (doutorado) - Universidade do Estado da Bahia, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade, Salvador, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7857265. Acesso em: 19 set. 2022.

SALOMON, Danielle. Moving on from Facebook: Using Instagram to Connect with Undergraduates and Engage in Teaching and Learning. [s. l.], n. April, 2015.

SAMUELSON, P. Self-plagiarism or fair use? **Communications of the ACM**, v. 37, p. 21-25, ago. 1994.

SANTOS, Hermílio. Alteridade, decepção e estigma no ciberespaço: desdobramentos da interação social mediada. **Revista FAMECOS**, [s. l.], v. 12, n. 26, p. 41–46, 2005. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3301>. Acesso em: 30 dez. 2022.

SANTOS, Tiago Ribeiro. **A perda da auréola: deslocamento da imagem social e sociológica de professor no Facebook.** 2017. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/182827>. Acesso em: 26 set. 2022.

SANTOS, Yara Magalhães dos. **ENTRE O AMOR, O ÓDIO E O HUMOR: representações da docência e da relação pedagógica em memes compartilhados no Facebook.** 2021. Tese (doutorado) - Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Carlos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14796>. Acesso em: 26 set. 2022.

SCHWABE, Markus. **Country Note Brazil: Results from Talis 2018.** [S. l.: s. n.], 2019.

SHAKESPEARE, William. **A tragédia de Hamlet, príncipe da Dinamarca.** [S. l.]: Ubu, 2019.

SIBILIA, Paula. O universo doméstico na era da extimidade: Nas artes, nas mídias e na Internet. **Revista Eco-Pós**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 133–147, 2015. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/2025. Acesso em: 8 dez. 2022.

SILVEIRA-NUNES, B.; TREVISAN, A. L. violência nas Redes Sociais e o cotidiano docente: estudo do caso da Professora de Indaial. In: CORTE REAL, D.; P. J. C. S. P. M. DA (Ed.). **I SIBFORP & III JIPPGE – BR/AR**. Caxias do Sul: Even3 Publicações, 2018a. p. 284-293.

SILVEIRA-NUNES, B.; TREVISAN, A. L. violência por intolerância no meio digital: primeira aproximação ao tema. In: **educação e Emancipação no pensamento Latino-Americano**. Caxias do Sul: Educs, 2018b. v. 1p. 193-211.

SLEE, T. **What's Yours Is Mine: Against the Sharing Economy**. New York: OR Books, 2017.

TAPSCOTT, D. **Grown Up Digital: The Rise of the Net Generation**. New York: McGraw-Hill, 2009.

TARDIF, M.; RAYMOND, D. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. **educação & Sociedade**, v. 21, n. 73, p. 209-244, dez. 2000.

TORRES, T. O fenômeno dos memes. **Ciência e Cultura**, v. 68, n. 3, p. 60-61, set. 2016.

TREVISAN, A. L. Paradigmas da Filosofia e Teorias Educacionais: novas perspectivas a partir do conceito de cultura. **educação & Realidade**, v. 31, n. 1, p. 23-36, 2006.

VIERA TREVISAN, Neiva. **O jardim da resiliência pedagógica: a ambiência [trans]formativa e os processos de autoformação docente na educação Superior**. 2018. - UAM, Madri, 2018. Disponível em: Acesso em: 3 jan. 2023.

TURKAT, D. Social networks: Theory and practice. **Journal of Community Psychology**, v. 8, n. 2, p. 99-109, 1 abr. 1980.

UOL NOTÍCIAS. **Jovem que agrediu professora em SC diz à polícia que agiu por impulso**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/24/jovem-que-agrediu-professora-diz-a-policia-que-agiu-por-impulso.htm>>. Acesso em: 8 nov. 2020b.

VALENTE, J. Internautas brasileiros acham que a Internet se resume ao Facebook. **Carta Capital**, 24 jan. 2017.

VAN DIJCK, J. **The Culture of Connectivity: a critical history of social media**. New York: Oxford University Press, 2013.

WEIL, Eric. A educação enquanto problema do nosso tempo. *Em*: POMBO, O (org.). **Quatro textos excêntricos**. [S. l.]: Relógio d'Água, 2000. p. 55–70.

WENZEL, K. **“Todos ajudaram a deixar meu olho roxo”, desabafa professora agredida por aluno em Santa Catarina**. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2017/08/todos-ajudaram-a-deixar-meu-olho-roxo-desabafa-professora-agredida-por-aluno-em-santa-catarina-9875971.html>>. Acesso em: 8 nov. 2020.

WERTHEIM, M. **História do Espaço de Dante à Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WRAY, D. D. **The Companies Cleaning the Deepest, Darkest Parts of Social Media**. Disponível em: <<https://www.vice.com/en/article/ywe7gb/the-companies-cleaning-the-deepest-darkest-parts-of-social-media>>. Acesso em: 23 out. 2020.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZEZULKA, Lauren A; SEIGFRIED-SPELLAR, Kathryn. **Differentiating Cyberbullies and Internet Trolls by Personality Characteristics and Self-Esteem**. [s. l.], 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.15394/jdfsl.2016.1415>. Acesso em: 16 nov. 2022.

ŽIŽEK, S. **Violence**. Londres: Profile Books, 2010.

ŽIŽEK, Slavoj. **Pandemic! COVID-19 shakes the world**. [S. l.]: Polity Press, 2020. *E-book*. Disponível em: Acesso em: 12 dez. 2022.

ŽIŽEK, Slavoj. **Violence**. Londres: Profile Books, 2010. *E-book*. Disponível em: Acesso em: 14 out. 2020.

ZUIN, A. A. S. **violência e Tabu Entre Professores e Alunos: a Internet e a Reconfiguração do Elo Pedagógico**. São Paulo: Cortez Editora, 2012.